

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

CAROLINE BEIER FARIA

**HÁ SAÍDAS? AS SAÍDAS.
PELOS CAMINHOS DOS COTIDIANOS DAS VIDAS DE ADOLESCENTES
APÓS CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO
FECHADO**

São Carlos, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

CAROLINE BEIER FARIA

**HÁ SAÍDAS? AS SAÍDAS.
PELOS CAMINHOS DOS COTIDIANOS DAS VIDAS DE ADOLESCENTES
APÓS CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO
FECHADO**

Trabalho apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional, no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional.

Linha de Pesquisa: Redes Sociais e Vulnerabilidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Serrata Malfitano

São Carlos, 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Caroline Beier Faria, realizada em 25/04/2017:

Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano
UFSCar

Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes
UFSCar

p/ Profa. Dra. Patricia Leme de Oliveira Borba
Unifesp

Ao meu filho.

Aos filhos (de outras mulheres) cujas vidas se encontraram com a minha no percurso desta dissertação.

E, por fim, a todas as crianças, adolescentes e jovens que têm o destino traçado e a vida marcada pela criminalização seletiva.

AGRADECIMENTOS

Este é o momento de olhar para trás e reconhecer os que quiseram e puderam colaborar para esta pesquisa, tanto em sua elaboração, como em seu desenvolvimento e sua escrita.

Agradeço primeiramente a todas e todos envolvidos com o Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade de São Carlos, que tão carinhosamente acolheu a mim e a minha proposta de trabalho.

Agradeço às professoras do Laboratório METUIA, que abraçaram a proposta de pesquisa, “pegaram junto” no campo e contribuíram com as reflexões do trabalho. Para além do trabalho, foram compreensão e suporte às difíceis questões pessoais. Às professoras, bolsistas, colegas: minha dívida com vocês é imensa! Maior ainda é a dívida com Prof.^a Dr.^a Ana Paula Serrata Malfitano, no seu papel de orientadora foi muitíssimo além! Foi uma experiência de solidariedade, compreensão e sororidade. Com certeza vocês todas ratificaram e solidificaram este grupo como uma referência mais do que especial para mim.

Às minhas colegas de turma, parceiras muitíssimo próximas que foram irretocáveis e incansáveis no estímulo e na acolhida nos momentos mais difíceis. Vivemos entre nós a sororidade!

Às colegas e ao colega do Departamento de Terapia Ocupacional, agradeço pelo reencontro (e novos encontros), a acolhida os abraços, os sorrisos, a solidariedade, tudo isso tornou o caminho mais leve!

Imprescindível agradecer a todos os trabalhadores das duas fundações e dos dois centros com unidades de internação que mostraram e abriram os caminhos administrativos e burocráticos.

Fico na dúvida se cabe agradecer a confiança dos adolescentes e suas famílias que toparam meu convite ao encontro, penso que talvez não se deva agradecer por alguém confiar na gente... parece estranho, não? Mas é imperioso registrar o meu reconhecimento e sincera gratidão por terem colaborado com esta pesquisa.

Agradeço à equipe da Clínica de Atendimento Psicológico e colegas do Instituto de Psicologia por toda a inspiração para esta pesquisa, assim como pelo apoio e empatia que garantiram o afastamento do trabalho, que permitiu que as disciplinas e o campo fossem realizados.

Agradeço finalmente, aos meus familiares, sempre presentes e disponíveis “pra encarar qualquer bucha”!

RESUMO

A infância e a adolescência pobres passaram por processo de estigmatização social, ocupando um lugar no imaginário cultural de “perigosos” e “violentos”. O Estado brasileiro criou instrumentos de controle e de contenção como resposta ao envolvimento de adolescentes em atos infracionais. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esses instrumentos deixaram de ter caráter formal punitivo e passaram a caracterizar-se, no texto jurídico, pela socioeducação e responsabilização dos adolescentes, das famílias e da sociedade. Nesse contexto, o presente estudo propôs conhecer as expectativas dos jovens acerca do processo de saída da internação, bem como apreender como se dá seu cotidiano. O estudo ocorreu em duas fundações para o cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade em dois estados diferentes da federação, no Brasil, sendo uma de uma cidade de porte médio e outra numa metrópole. Para tanto, na primeira etapa, foram realizados 22 encontros de oficinas com a participação de 59 adolescentes, buscando conhecer suas expectativas acerca da saída da fundação, tendo sido também convidados a participar da segunda etapa. Realizaram-se, também, nove entrevistas semiestruturadas com os técnicos envolvidos em seu acompanhamento acerca das estratégias para a reconstrução do cotidiano do jovem na comunidade. Na segunda etapa foram realizados acompanhamentos territoriais, por quatro meses, com quatro adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de privação de liberdade em um dos municípios estudados, com o intuito de compreender como se deu o retorno à sua comunidade. Por meio dos dados obtidos nas fundações e junto aos jovens em suas comunidades, pudemos compreender que aqueles jovens estão subordinados ao processo social de sujeição criminal mediante a criação da expectativa social que os vincula à identidade de criminosos, o que marca fortemente suas possibilidades de vinculação comunitária. Conclui-se que, apesar da forte marcação desse processo e as exclusões na vida cotidiana que enfrentam, desde antes da internação, os adolescentes buscam construir espaços de resistência e vida em seus cotidianos.

Palavras-chave: Adolescência. Juventude. Conflito com a Lei. Terapia Ocupacional Social.

ABSTRACT

Poor childhood and adolescence has undergone a social stigmatization process taking a cultural imaginary status as “dangerous” and “violent”. Brazilian Government has developed controlling and contention tools as a response to the involvement of adolescents in infractions. The Statute of the Child and Adolescent (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) has made it possible to give these tools a punitive formal profile, in the juridical text, working on socioeducation, and blaming the adolescents, families, and society. Within this context, the present study aimed to know the expectations from juveniles regarding the process of quitting the internment, as well as learning how its routine goes on. The study was at two foundations where the appropriate socioeducational matters of privation of liberty were performed, in two different states of Brazil, being one in a medium-size city, and the other in a metropolis. Thus, during the first stage, 22 workshops meetings were carried out with 59 adolescents, aiming to know their expectations regarding quitting the foundation, and they were also invited to take part into the second stage. Nine semi-structured interviews were also done with technicians involved in their follow-up, focusing on strategies used to plan their reintroduction to the community. In the second stage, territorial follow-ups were performed, for four months, with four adolescents who were interned in socioeducational privacy of liberty in one of the cities mentioned before, aiming to understand how their return to the community was. By using the data obtained from the foundations, and together with the teenagers in their communities, we were able to understand that those adolescents were subordinate to criminal subjection social process, by creating the social expectation which bonds them to the identity of criminals, highly highlighting them to the possibility of communal bonding. It was concluded that besides the strong tagging of this process, and the exclusion from the daily life they face, since their internment the adolescents aim to build resistance and life spaces in their routines.

Keywords: Adolescence. Youth. Conflict with Law. Social Occupational Therapy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Produção da Atividade dos Tesouros.....	11
Figura 02 – Captura de tela de Matéria do Jornal Zero Hora (2015).....	24
Figura 03 – Charge “Junião”	33
Figura 04 – Produção Ilustrativa da Atividade 1.....	45
Figura 05 – Produção Ilustrativa da Atividade 2.....	45
Figura 06 – Produção Ilustrativa da Atividade 3.....	46
Figura 07 – Atividade 2 – Tesouros.	87
Figura 08 – Atividade 3 – O que Impede e o que Ajuda.....	90
Figura 09 – Gosto e Faço, Atividade 1.....	97
Figura 10 – O que me Impede / O que me Ajuda	106
Figura 11 – Charge Santiago	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Adolescentes e Jovens em Restrição e Privação de Liberdade – Total Brasil (2010-2014).....	29
Gráfico 02 – Adolescentes e Jovens em Restrição e Privação de Liberdade por UF (2014)	30
Gráfico 03 – Atos Infracionais – Total Brasil (2014).....	31
Gráfico 04 – Porcentagem de atos infracionais contra a pessoa.....	30

LISTA DE QUADROS

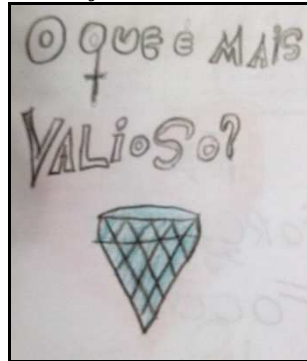
Quadro 01 - Atividade 1, Gosto e Faço.....	96
Quadro 02 - Atividade 3, O que Ajuda.....	129

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	11
1.1 Dos Caminhos que Levaram às Perguntas	11
1.2 Da Estrutura Deste Escrito.....	13
2 INTRODUÇÃO.....	17
2.1 Sobre a Reconstrução do Cotidiano de Jovens Egressos de Internação por Medida Socioeducativa e as Intenções Desta Pesquisa.....	17
2.2 Juventude sob o Olhar da Sociologia.....	21
2.3 Do Lugar da Criança e do Adolescente na Lei.....	25
2.4 Do Lugar Social da Criança e do Adolescente Pobres: Sobre Seletividade Penal e Sujeição Criminal.....	28
2.5 Sobre Etos Masculino e Mortalidade Juvenil.....	34
3 METODOLOGIA.....	38
3.1 Os Colaboradores.....	39
3.2 Sobre as Fundações.....	40
3.3 Descrição das Atividades e Estratégias de Aproximações.....	44
3.4 A Formação dos Grupos de Colaboradores e o Primeiro Ponto de Análise.....	47
4 COTIDIANOS: ELOS, APROXIMAÇÕES E INVENÇÕES.....	55
4.1 Vulnerabilidades Que Se Somam.....	55
4.2 Portas Fechadas, Entreabertas e a Rua.....	65
4.3 “Todo Mundo Morre um Dia”.....	83
4.4 “Ele é do tipo cara valente”.....	94
4.5 Do Lugar de Quem não Faz Relatórios Pro Juiz.....	99
4.6 Acompanhar, Acompanhado, Acompanhante.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	115
ANEXO A - Roteiro de entrevista semiestruturada com os trabalhadores.....	121
ANEXO B - Termo solicitado para realização de entrevistas com adolescentes internados na Fundação A.....	122
ANEXO C - Termo solicitado para realização de entrevista com adolescente da Fundação B.....	124
ANEXO D - Termo solicitado para realização de entrevistas com trabalhadores de ambas as Fundações.....	126
APÊNDICE.....	128

1 APRESENTAÇÃO

Figura 01 - Produção da Atividade dos Tesouros



Fonte: Produção dos adolescentes.

1.1 Dos Caminhos que levaram às perguntas

Sou terapeuta ocupacional na Clínica de Atendimento Psicológico (CAP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A Clínica foi fundada em 1975, caracterizada como um órgão auxiliar do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, inicialmente, destinava-se a oferecer atendimento aos estudantes de graduação do referido Instituto. Em 1977, teve sua função reformulada para atender a comunidade externa à Universidade, organizando-se como campo de prática curricular de estágio do curso de graduação em Psicologia. Seu funcionamento acolhe cartéis¹, jornadas, cursos de extensão e de especialização. A partir de 2008, via incentivo à ampliação das universidades federais, por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI –, houve um aumento de sua equipe, duplicando seu número de profissionais e ampliando as categorias ali atuantes (assistentes sociais, terapeuta ocupacional e psiquiatra).

Com essa mudança, o trabalho clínico com as pessoas da comunidade e de formação dos terapeutas (em graduação, pós-graduação ou extensão) passou a organizar-se em núcleos e grupos de trabalho que gerenciam a atenção clínica e a formação. Entre esses, destaca-se o Grupo de Trabalho (GT) da Clínica dos Usos de Drogas e Questões Adolescentes, que iniciou o trabalho pela articulação de técnicas por uma docente que tem trabalho reconhecido na área.

¹ Cartéis são grupos de estudo sobre teoria e clínica psicanalítica, com metodologia específica, propostos por Jacques Lacan, fundador da Psicanálise Lacaniana.

O intuito era, a partir do GT, dar suporte à escuta e à acolhida às pessoas que buscavam a Clínica e relatavam questões com uso de substâncias psicoativas ou chegavam via essa demanda por encaminhamento. Por meio de atividade de extensão universitária, esse GT começou a oferecer atendimento a adolescentes que cumpriam medida socioeducativa em meio aberto e em meio fechado. Em pouco tempo, as equipes dos serviços de medida socioeducativa de internação (da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FASE) e do Programa de Prestação de Serviço Comunitário da UFRGS (PPSC-UFRGS)² começaram a fazer encaminhamentos ao GT.

Assim, foi criada uma microequipe dentro do GT para articular e executar ações referentes ao denominado Espaço de Convivência e à interlocução com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE). Esse Espaço de Convivência foi pensado para acolher as questões dos adolescentes encaminhados ao GT, com uso ou não uso de drogas, não se restringindo apenas a adolescentes em cumprimento ou histórico de cumprimento de medida socioeducativa. A proposição de um espaço grupal tinha a finalidade de oferecer escuta e dar suporte aos movimentos de vida que os adolescentes desejavam realizar; utilizavam-se recursos audiovisuais, gráficos, virtuais e materiais como diferentes linguagens para expressão.

Nesse espaço, alguns traziam momentos de sua história de vida, questões de relacionamentos familiares, aspirações, desejos de ser. Os participantes propunham atividades e, por meio delas, falavam de seu mundo e de si, de suas identificações (com *MCs*³, com traficantes, com familiares), da relação com drogas e da “*vida loka*”⁴. Abriu-se a possibilidade da escuta e do acolhimento dos rumos possíveis, observando influências das possibilidades que lhes foram apresentadas e construídas ao longo do processo de cumprimento de medida socioeducativa (MSE) e pelo seu entorno familiar e comunitário.

Partindo da experiência pessoal de trabalhar naquele espaço, surgiu o questionamento sobre o que os adolescentes desejam para si e o que o seu entorno espera deles. Também é pertinente perguntar como a experiência da internação por medida socioeducativa promove ou não as mudanças que o programa declara. Considerando que há um “jogo” entre o que os adolescentes desejam e o que é esperado por parte da instituição de socioeducação ou de sua cultura comunitária, surge, na pesquisadora, grande inquietação sobre as produções dessas

² São dois tipos de medida socioeducativa, a primeira, em meio fechado; a segunda, em meio aberto. Os tipos serão apresentados no capítulo seguinte.

³ O termo MC designa aquele/aquela que canta e/ou compõe músicas de hip hop e/ou funk.

⁴ Em seu texto, Malvasi (2012) trata do termo *vida loka*, apontando que na realidade das periferias de São Paulo possui múltiplos significados, incluindo a vida no crime e a “loucura” envolta nela, sendo que o mesmo termo foi utilizado pelos jovens colaboradores desta pesquisa.

forças quando da saída dos adolescentes da internação. Compreender os discursos, as ferramentas e as escolhas de alguns atores desse processo pode trazer elementos para construir uma reflexão e um posicionamento para a prática profissional.

Dessa forma, a temática integra a Linha de Pesquisa “Redes Sociais e Vulnerabilidade”, do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, especificamente no Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos⁵. A equipe do Laboratório METUIA constrói seu percurso pela perspectiva da terapia ocupacional social (BARROS et al., 2002) por meio de projetos de pesquisa, ensino e extensão, e tem se dedicado a experiências relacionadas a populações em processos de ruptura da rede social de suporte, produzindo reflexões embasadas na noção de cidadania e dos direitos e deveres dela advindos. A partir disso, procura desenvolver tecnologias sociais e de cuidado e metodologias participativas que favoreçam a ampliação e o fortalecimento das redes sociais de suporte e a potencialização da construção de perspectivas ampliadas de futuro para esse grupo de jovens (LOPES et al., 2008; LOPES et al., 2014).

Estas têm sido questões bastante caras ao grupo que, partilhando a perspectiva de autores que discutem o lugar social em que se vive, sem pretensões deterministas, sugerem sua influência na formação das subjetividades, uma vez que circunscreve, no tempo e espaço, experiências, sociabilidades e formas de circulação, entre outros fatores (MARGULIS, URRESTI, 1998; DAYRELL, 2003).

1.2 Da Estrutura do Escrito

Temos ciência das distinções entre as palavras “adolescentes” e “jovens” no contexto das produções científicas brasileiras (e internacionais em alguma dimensão): o primeiro termo é utilizado majoritariamente por linhas teóricas derivadas da psicologia, olhando o sujeito a partir de uma perspectiva individualizante, com foco nos seus processos a partir do indivíduo. O segundo, “jovens”, é utilizado por correntes com aporte sociológico, considerando o sujeito nas dimensões das relações sociais e considerando as produções sociais da categoria

⁵ O METUIA compõe-se por quatro núcleos alojados em quatro diferentes Instituições de Ensino Superior no Brasil, a saber: Universidade de São Paulo (USP-SP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade Federal do Espírito Santos (UFES). O núcleo da UFSCar, dentre outros temas, tem desenvolvido prioritariamente ações com a juventude de grupos populares urbanos.

juventude (BOURDIEU, 1983, MARGULIS, URRESTI, 1998a, MARGULIS, URRESTI, 1998b). Porém, é preciso destacar a necessidade de uma sociologia da adolescência e sua abordagem em uma vertente social, bem como alguns estudos que se dedicam a essa discussão.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou colaboradores que estivessem internados para cumprimento de medida socioeducativa, ou seja, adolescentes entre 12 e 18 anos, ou no máximo jovens até 21 anos, conforme previsto na legislação brasileira. Considerando que, de acordo com a legislação brasileira, o termo jovem compreende pessoas de 15 a 29 anos (BRASIL, 2013b), pensamos ser adequado utilizar o termo adolescente, representativo de uma faixa etária mais distante da adulta. Fazemos esta escolha principalmente na atual conjuntura nacional de discussão da redução da idade penal de imputabilidade (BRASIL, 1993). Excetuamos o item *2.1 Juventude sob o olhar da sociologia*, pois, nele, apresentaremos as bases teóricas eleitas para apresentar como compreendemos a juventude e consideramos pertinente ser fiel ao termo.

Diversas vezes empregamos o termo “guris” para referir-nos aos adolescentes colaboradores da pesquisa. É assim como os trabalhadores da socioeducação no Rio Grande do Sul se referem aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa (o mesmo termo era utilizado entre a equipe do GT). No interior de São Paulo, por onde inevitavelmente circulei teórica e relacionalmente durante o curso do mestrado, utilizam-se os termos “meninos” ou “moleques”, “molecada”. Para este escrito, utilizamos a palavra “guris” ou adolescentes para nos referirmos aos adolescentes colaboradores, pois é a forma que soa como mais natural dada a origem da mestranda.

Também foram utilizados os regionalismos da mestranda para acompanhar os trechos de entrevistas e diálogos dos colaboradores, adolescentes, familiares ou técnicos. Nesse ponto, a escolha deve-se principalmente para não identificar os estados e as cidades onde foi feito o campo, buscando preservar ao máximo as identidades dos colaboradores, principalmente dos guris, seja por pertencerem ao círculo da socioeducação, em que eles geralmente retornam aos centros de atendimento ou aos programas de meio aberto, sendo já conhecidos, ou por se tratar de adolescentes envolvidos com atividades ilegais e reconhecidas em nossa sociedade como crime, alguns deles com relações com organizações ligadas à atividade de venda de drogas.

Tomamos como compreensão primeira o proposto por Paulo Malvasi (2011): neste escrito, trata-se de “jovens criminalizados”. Dado o contexto social daqueles adolescentes, os jovens que entram na engrenagem do sistema socioeducativo são os eleitos a ocupar o lugar

de “bandidos”. Esta expressão é tomada por Misse (2014) como uma categoria de análise que nos auxilia a pensar a violência na sociedade brasileira e, a partir dela, trabalhar o processo de sujeição criminal.

O importante, e que aqui buscamos deixar claro, é que as atividades nas quais os guris do estudo se envolveram, ou se envolvem, são atualmente consideradas como crime pela nossa sociedade. Entretanto, é preciso assinalar que considerar algum ato como criminoso é um processo histórico-social, os crimes mudam conforme nossa sociedade caminha; atos passam a ser tomados como crimes enquanto outros deixam de sê-lo. A partir disso, os próprios jovens ou os técnicos nomeiam os atos como crime, referem-se ao mundo do crime ou à “vida loka” ou “corre”, ou “correria” como expressões que ligam ações ao que é ilegal (não é incomum alguns deles terem a expressão “vida loka” tatuada em algum lugar do corpo, geralmente nas falanges dos dedos).

Portanto, o leitor encontrará menção a estes termos, por mais forte que eles possam parecer aos olhos de quem deseja compreender como se engendra o cotidiano de um adolescente criminalizado.

Consideramos que muitos poderiam ser os caminhos para nossa sociedade se dirigir aos “adolescentes em conflito com a lei”, mas os criminalizar foi a forma adotada pela sociedade brasileira, que vem buscando puni-los cada vez mais cedo.

Após esta apresentação, o leitor encontrará o capítulo referente à introdução. Nele, são abordadas as questões teóricas sobre juventude, dos lugares da criança e do adolescente na lei brasileira, o tema da seletividade penal e sujeição criminal, algumas considerações sobre a relação de alguns jovens com o “etos masculino” e a mortalidade juvenil e, por fim, algumas considerações sobre cotidiano e as intenções desta pesquisa.

No terceiro capítulo, apresentamos as fundações de atendimento socioeducativo, campo deste estudo. Foram apresentadas as atividades utilizadas para aproximação com os adolescentes e outros procedimentos de escuta e olhar para o processo de planejamento de saída de uma internação por medida socioeducativa e, por último, como ocorreu a formação dos grupos de pesquisa e o primeiro ponto de análise.

No quarto capítulo, mostramos os conteúdos trazidos pelos colaboradores durante os encontros e as possibilidades de discussão e análise das questões destacadas por nós. Por fim, apresentamos pontos que consideramos importantes no que tange ao tema da reconstrução do cotidiano de adolescentes egressos do sistema de internação, assinalando algumas questões que emergiram nesse percurso. Foi observado que a utilização de encontros para além do ambiente institucional foi um ponto importante e facilitador do trabalho, podendo ser

considerado na proposição de trabalhos com jovens e, especificamente, com egressos de medidas socioeducativas. Observamos que as muitas situações que vulnerabilizam as famílias dos adolescentes e a criminalização de suas origens, suas práticas e escolhas é marcante nos relatos de todos os colaboradores desta pesquisa. Consideramos que as dificuldades do retorno comunitário dos gurus podem ser associadas ao processo de criminalização dos adolescentes pobres, pois seu lugar está marcado socialmente e sua reversão é um desafio a ser enfrentado. As dificuldades por ele vivenciadas se encontram desde a infância e, para alguns, a internação foi apontada como “saída” de situações de risco de morte e de sua integridade física, explicitando que não contam com estruturas formais ou informais de suporte para a vida.

Compreendemos que há uma diversidade nas composições dos cotidianos após a internação, porém o contexto macrossocial é sempre um dos fios que tece o cotidiano e as possibilidades de vida dos gurus colaboradores desta pesquisa, colocando-os, a princípio, na condição de criminosos, sem nenhuma proteção ou um sistema socioeducativo para usufruir. Tal apontamento precisa estar na compreensão das propostas de intervenção com esta população.

2 INTRODUÇÃO

A carne mais barata do mercado é a carne negra

*Que vai de graça pro presídio
E para debaixo de plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos*

A carne mais barata do mercado é a carne negra

*Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem intencionado
E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado*

*Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar bravamente por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar*

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
(A Carne – Seu Jorge)*

2.1 Sobre a Reconstrução do Cotidiano de Jovens Egressos do Sistema Socioeducativo e as Intenções desta Pesquisa

A intervenção em terapia ocupacional utiliza-se da concepção de cotidiano como lócus de ação, sintetizada e debatida por Galheigo (2003). Segundo ela, a profissão constrói um caminho de compreensão do conceito de cotidiano alinhado a teorias filosóficas que sustentam sua composição a partir de fatores externos e internos aos sujeitos. O que há de aspirações, desejos, capacidades, habilidades e sentidos individuais entra em relação com o contexto social e cultural do qual o sujeito participa. A autora traz a contribuição da

psicologia social, alertando que esta relação pode ser alienante e opressora se calcada no modo liberal de relação social (GALHEIGO, 2003). Estabelecer uma relação crítica de compreensão e ação no cotidiano emerge como possibilidade de intervenção do terapeuta ocupacional junto a pessoas ou populações destinatárias de sua ação para construir modos de vida calcados no acesso a direitos, com engajamento em atividades carregadas de sentidos para os sujeitos e/ou coletivos/comunidades. Tendo em vista essa construção, o profissional apresenta condições técnicas e teóricas para intervenção no contexto de vida das pessoas com quem trabalha.

Segundo Salles e Matsukura (2013), o cotidiano nas produções em terapia ocupacional tem conceituação diversa, mas sempre busca exprimir o que as pessoas fazem, como distribuem as atividades no tempo, por onde circulam, e quais as barreiras e potencialidades para efetivar seus desejos. Maximino e Tedesco (2016) defendem a necessidade de os terapeutas ocupacionais esclarecerem suas compreensões sobre os conceitos utilizados no discurso da profissão, pois, em interface com os conceitos rotina e hábitos, propõem que cotidiano é “a relação que cada um estabelece com sua rotina, seus hábitos, com seus afazeres e com os acontecimentos da vida” (p. 142).

Para Heller (2016), a vida cotidiana é vivida por todos, caracterizada por sua heterogeneidade, com funcionamento rotineiro e hierarquização das atividades de acordo com valores atribuídos a elas. Para a realização das atividades, há o necessário aprendizado da manipulação de instrumentos, sendo que, segundo a autora, esse aprendizado é necessariamente “assimilação das relações sociais” (p. 37). Portanto, o cotidiano não é dissociado da história, é “a essência da substância social” (p. 38). Agnes Heller ainda afirma que o indivíduo é um ser genérico e particular, buscando a satisfação das necessidades do eu, o que é, nesse âmbito, necessariamente mediado pelo social. O genérico está contido em cada ser humano, todos os homens seriam genéricos uma vez que todos são “produto e expressão de suas relações sociais” (p. 40). Assim, o genérico e o particular nos seres humanos estão em constante composição e recomposição de arranjos.

Heller considera que o humano-genérico nasce inscrito na sua comunidade e carrega consciência dela, pertença, assumindo como dadas e exercendo as funções da vida cotidiana. A individualidade contém, por sua vez, a particularidade e o genérico, e há uma escolha relativamente autônoma desse arranjo entre os elementos genéricos e particulares. Considera que a “mútua coexistência entre o genérico e o particular” (p. 44) compõe um cotidiano de alguma forma consciente, que flui. O desenvolvimento do indivíduo se dá, portanto, em função de sua liberdade, ou de suas possibilidades de liberdade, a explicitação dessas

liberdades constrói a individualidade unitária. Quanto mais unitária a individualidade, mais o humano se desprende da união vital e “muda” entre o particular e o genérico. Assim, dispõe de mais movimento, no qual pode escolher sua própria comunidade e seu próprio modo de vida. Conforme Heller, a esmagadora maioria das pessoas não deixará de ser essa união vital.

Segundo Patto (1993), na tese de Agnes Heller a vida cotidiana é dialeticamente submissão e rebeldia; da particularidade, onde há a produção da alienação, passa-se à condição de perguntar-se o porquê e como tem a cotidianidade que se tem, livre da alienação, por meio da prática política. A autora sublinha que, para Heller, apesar de todas as barreiras, a necessidade é de os seres buscarem se transformar de sujeitos particulares a sujeitos individuais.

Segundo Aguiar (2014), no pensamento de Heller, todo homem nasce permeado pelo cotidiano, mas, ao ser capaz de produzir reflexões artísticas, teóricas, filosóficas e políticas, estaria na dimensão não cotidiana da vida. Na sua compreensão de Heller, a cotidianidade é o espaço para a satisfação das necessidades básicas e existência dos seres, e a não cotidianidade está para a reprodução da sociedade, fruto de longo processo histórico.

Tendo em vista este conceito de cotidiano, debate-se, na presente pesquisa, a realidade dos jovens em conflito com a lei, especificamente aqueles que cumprem/cumpriam medida socioeducativa em meio fechado (internação). Este trabalho concentra-se na terapia ocupacional social, e nos baseamos em seu referencial teórico-metodológico.

Intenciona-se aproximar-se do que os jovens consideram ser importante na constituição do seu cotidiano após a internação, buscando compreender as aproximações que eles constroem, suas filiações e os espectros relacionais que engendram.

Considerando o cenário de desigualdade atinente aos jovens e adolescentes brasileiros pertencentes à classe social das camadas populares, e, para alguns, a inserção no crime organizado e na violência, parece necessário compreender os processos de vinculação deles com atores e instituições e/ou espaços comunitários, principalmente após a saída de uma internação por medida socioeducativa. Parece importante perguntas que busquem compreender como se dá o trabalho para o (r)estabelecimento de vínculos e o que (e se) eles produzem em termos de proteção e de produção de vida.

Segundo Marinho (2013), o processo de internação por medida socioeducativa gerou em seus colaboradores de pesquisa a sensação descrita por Goffman (2001) de “destreinamento”, uma dificuldade em autogerir-se na sua rotina, a sensação de “estar perdido” para gerir seu cotidiano de forma autônoma, em contraponto ao forte controle externo previsto em uma internação. Ademais, a autora trabalhou com a noção de estigma

proposta por Goffman para explicar a reação dos adolescentes frente à prova imaginária de sua nova imagem e o receio com a emissão de uma imagem agora aprovada socialmente. Ela destaca que, ao retornar à liberdade, o adolescente sente este processo como pressão. A sensação de não acolhida social também se deve pelo fato de as desvantagens em relação a trabalho, escolaridade e rede de suporte não terem sido suficientemente superadas durante a internação, indicando uma reinserção social precarizada.

Prado (2014) aborda especificamente a vinculação de adolescentes egressos da Fundação CASA a serviços e equipamentos da saúde, educação cultura e lazer. Em sua pesquisa, encontrou adolescentes que não têm serviços públicos como referência de apoio e, ainda, podem ter as portas fechadas por serem egressos do sistema socioeducativo. Viu no discurso de profissionais da área a figura da família como a causadora dos problemas (por ser “desestruturada”) e, paradoxalmente, como a devedora moral de mudança da situação dos adolescentes. Em seu estudo, a família foi efetivamente o suporte apontado como promotor de mudanças e que esta mesma família não teve no passado, assim como no presente, suporte por parte dos serviços do Estado.

Nessa perspectiva, trabalhar com pessoas que vivem em desvantagem social requer o olhar ao indivíduo, suas motivações, história pessoal, mas em um movimento que amplia para as condições sociais que facilitam ou que impedem sua vida. Restabelecer laços, construir novos nós, novos lugares de reconhecimento e pertença são um dos objetivos do terapeuta ocupacional. Como afirma Galheigo (2005), trabalhar no campo social é também (re)construir um entorno que acolha as pessoas e diminua as vulnerabilidades.

Optou-se pelo tema do cotidiano nessa população por compreender que o trabalho em terapia ocupacional objetiva o auxílio à construção de um cotidiano mais autônomo para os sujeitos, que contemple seus desejos, seus direitos e suas escolhas, sempre reconhecendo os limites macrossociais impostos (GALHEIGO, 2005). Nesse sentido, segundo Malfitano (2016), “a terapia ocupacional social está voltada ao desenvolvimento de ações pela busca de emancipação e autonomia dos sujeitos que têm impedimentos e/ou dificuldades socioeconômicas para o acesso aos seus direitos sociais” (p. 123). Com isso, propõe-se uma perspectiva que contenha em si dois princípios: em primeiro lugar, que seja capaz de ler a realidade dos sujeitos em tela, compreendendo as questões para além dos fatores do indivíduo, mas como expressão de questões sociais. O segundo princípio é a “articulação entre o micro e o macrossocial” (p. 126), relacionar e associar os dois âmbitos tanto para leitura quanto para intervenção em terapia ocupacional, que deverá contemplar a ampliação da rede social de

suporte e fomento de outros espaços que contemplem os sujeitos no que concerne a seus direitos.

Acredita-se, assim, que há uma inter-relação de relevância entre terapia ocupacional, cotidiano e a situação de jovens em conflito com a lei atualmente.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou compreender como se dá a vinculação dos adolescentes em suas comunidades após a internação por medida socioeducativa. Para tanto, também consideramos pertinente compreender quais as expectativas dos adolescentes internados referentes ao seu cotidiano; como os trabalhadores percebem o planejamento da saída; o que ambos atores elencam como barreiras e potencialidades para a efetivação do planejado, incluindo-se atores e instituições que formam uma rede social de suporte ao planejado.

2.2 Juventude sobre o Olhar Sociológico

A sociologia tem importantes construções teóricas para pensar o tema da juventude, seu atravessamento pela pobreza e o seu lugar na sociedade. Primeiramente, retomo o texto de Pierre Bourdieu (1983), “A ‘juventude’ é apenas uma palavra”, no qual o autor mostra, a partir de diferentes exemplos, que a juventude é construída socialmente, ou seja, o fato de que, em uma determinada sociedade, uma etapa da vida seja circunscrita e caracterizada equivale a dizer que ela é produzida, assim como atribuir-lhe sentidos e expectativas. A juventude não existe em todas as comunidades planetárias, e, onde ela existe, é carregada de expectativas, responsabilidades, ocupa e dá lugares aos jovens. Bourdieu (1983) também argumenta que, além disso, as divisões entre as idades são também divisões de poder entre jovens e velhos, variáveis de acordo com cada comunidade. Ambos segmentos concedem e tomam poder em diferentes esferas da vida cotidiana ao reconhecerem (e terem reconhecido) seu pertencimento a uma ou outra faixa etária.

O autor alerta que uma representação homogênea de juventude serve para construir uma cortina de fumaça que esconde diferenças entre “juventudes” de distintas classes sociais. Ao jovem de classe popular, não lhe cabe prolongado tempo de estudo e formação, uma vez que a necessidade de ingressar no trabalho é vigorosa. Diferentemente, para os jovens burgueses a adolescência é extensa, com subsídio familiar e poucas responsabilidades, circulando pela infância e pela adultez ao mesmo tempo. A estes jovens também estão

reservados os títulos acadêmicos e profissionalizantes de maior valor social, garantindo ingresso consistente no mundo do trabalho – entenda-se garantia de mais direitos e privilégios (BOURDIEU, 1983).

As transições de uma etapa jovem para a adulta e desta para a do envelhecimento estão fortemente relacionadas não somente à idade cronológica, mas também à tomada de responsabilidades e à formação escolar e para o trabalho. Sobre isso, Bourdieu afirma que, mais claramente no mundo do trabalho, há mecanismos de regulação do tempo de ascensão dos mais jovens, mantendo uma estabilidade na transmissão de privilégios. Os conflitos surgem quando os dois tempos se chocam, e jovens mais “apressados”, ou por possuírem mais títulos (e não o conhecimento adquirido pela experiência e antiguidade dos mais velhos) intentam ou efetivamente diminuem o tempo de sucessão.

Urresti e Margulis (1998) também compartilham do ponto de vista de que a juventude não pode ser vista apenas por um prisma, somente pelos seus aspectos biológicos, ou pelo geracional, ou somente pela classe social. Pode ser caracterizada pelo ritmo biológico, o quanto cada um tem de potência de vida, de “moratória social”, ou seja, de tempo a ser vivido e energia a ser empregada em projetos. Assim, os jovens teriam a moratória vital a seu favor, um tempo largo para diversas realizações, ainda que sobre isso recaiam diferenças sociais e culturais no modo de ser jovem. É também fortemente caracterizada pelas condições sociais e econômicas de gozar ou não do período de moratória, definida pelo autor como um privilégio para quem pode suspender o tempo de tomar as responsabilidades e obrigações dos não jovens e de manter-se em estado de “ensaio” de relações afetivas e laborais (ainda em um período de dependência familiar financeira, sem casamento ou união estável, sem filhos e com longa formação profissional).

Há, ainda, outra importante marca atribuída à juventude: o não compartilhamento de vivências de uma época, isso faz com que o grupo de uma geração posterior à outra tenha diferentes códigos, percepções e valores. Tal fenômeno decorre do fato de que a “nova geração” não vivenciou o contexto sócio-histórico da geração que a precedeu, não conseguindo construir para si a mesma representação de quem passou pela experiência de ter construído o patrimônio (URRESTI, MARGULIS, 1998), de ter migrado de alguma região, de ter comunicação mais limitada – por exemplo, ter vivido em épocas em que não havia internet ou telefone.

Os mesmos autores afirmam, ainda, que a juventude é um signo, uma construção social, mas é necessariamente articulada a condições sociais e histórico-culturais e que não são homogêneas a todos os jovens. Eles reforçam, por diversas vezes, que há diferenças

importantes entre jovens de alto poder aquisitivo e jovens de classes populares, sendo que, dentro de uma mesma classe social, há diferenças na distribuição de privilégios e poderes entre os jovens, influenciando o gênero, a etnia, o capital cultural, dentre outros. Tomo como ilustração o achado na pesquisa de Cappellaro (2013), em que a autora construiu traços de vida com moças da periferia de São Carlos – SP. O estudo aponta que, naquele local, não lhes era esperado a conclusão dos estudos, a formação em educação superior e, muitas vezes, nem mesmo o trabalho remunerado fora do âmbito doméstico. Ainda, a autora destaca a presença de uma resignação (não sem alguma ambivalência) ao que lhes é prescrito e esperado: que deem conta das tarefas da casa, da limpeza, refeições e cuidado dos membros mais novos da família (filhos, enteados, sobrinhos).

Pais (1990) destaca como a sociologia se posiciona frente ao tema da juventude: por vezes, caracteriza-a como uma categoria homogênea (pessoas que compartilham de uma mesma fase da vida), outras vezes reconhece as diferenças entre os jovens, principalmente as de classe e de gênero. Em outro âmbito, ingressa em debates que tomam os jovens como grupo uniformemente caracterizado por ser questionador e abalar a ordem estabelecida, como “criadores de problemas e conflitos”.

Nesse sentido, trago como ilustração a matéria do jornal Zero Hora de Porto Alegre (figura 02), parte de uma série de reportagens em que os jovens são tidos como “o problema a ser resolvido”: um grande número de jovens “góticos”/“emos” reúne-se todo domingo à noite em frente a um supermercado no bairro Cidade Baixa (bairro de bares maciçamente frequentado por universitários e, à época, alvo de especulações imobiliárias por parte de empreendedores da elite da capital – incluindo o grupo de comunicação dono do referido jornal). Os conteúdos da série de reportagens eram sempre os mesmos: o quanto os jovens eram arruaceiros, desrespeitosos, perturbavam a harmonia do local. O fato de serem jovens pobres e moradores de cidades da região metropolitana foi citado brevemente, mas fica claro o desconforto de uma determinada classe da sociedade com o compartilhamento do espaço da cidade com jovens que não deveriam ter saído da periferia.

Figura 02 – Captura de tela de Matéria do Jornal Zero Hora (2015).

Cenas de abusos envolvendo jovens atormentam moradores e comerciantes de rua da Capital

Aos domingos, duas quadras da Lima e Silva se transformam em território sem lei

Por: Gustavo Azevedo e Marcelo Goizatto*
04 de abril de 2012 - 12h42:56s

Compartilhe:    



Jovens em situações rua quadras de Lima e Silva, próximas ao subterrâneo da Capital.
 Foto: Humberto Herrero / Agência FOLHA

Cenas de bebedeira, brigas, gritarias e sexo em via pública modificaram a Cidade Baixa, um dos mais tradicionais bairros de Porto Alegre. Inconformados com o vandalismo que se repete a cada domingo, moradores e comerciantes estão tendo de adaptar sua rotina e seu trabalho.

Fonte: Jornal Zero Hora, em 04 de abril de 2012, disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/br/noticias/noticia/2011/04/cenas-de-abusos-envolvendo-jovens-atormentam-moradores-e-comerciantes-de-rua-da-capital-3262807.html>> Acesso em: 19 nov. 2015.

A ocupação de um espaço por jovens pode ser vista de diferentes formas, cabe perguntar a que interesses atendem os questionamentos feitos. Parece pertinente fazer apontamento da mesma natureza em relação a que leituras a terapia ocupacional realiza quando se trata do trabalho com jovens. Que questões elaboramos, no que decidimos focar? As questões sobre as quais nos debruçamos são as questões com as quais os adolescentes estão preocupados? Ou temos nos ocupado com “problemas” que importunam a fatia dominante da sociedade?

Assim, toma-se o debate acerca das concepções de juventude e adolescência como essenciais, entendendo que, a partir delas, serão retratadas e interpretadas suas formas de ser e estar no mundo, bem como as maneiras pelas quais a sociedade se organiza (ou não) na atenção nesses momentos de vida, especialmente na configuração dos seus direitos e deveres (LOPES et al., 2008).

2.3 Do Lugar da Criança e do Adolescente na Lei Brasileira

Faremos uma retomada muito breve do histórico da legislação brasileira para a infância e juventude, com foco nas compreensões sobre infância e adolescência por trás de dois principais regramentos, o Código de Menores (de 1927 e reeditado em 1979) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (de 1990). Entendemos os marcos jurídicos como importantes, uma vez que elaboram concepções que engendram práticas sociais destinadas ao público infanto-juvenil.

O Código de Menores (BRASIL, 1979) foi o primeiro conjunto de regramentos que diferenciava o tratamento para os menores de 18 anos da legislação para os adultos. Ele baseava-se na “doutrina da situação irregular”, que compreendia situações como privação econômica, ausência de cuidados familiares, exploração, infração penal, entre outras situações de privações como uma existência anormal e necessitada de medidas educativas a partir da sua retirada da cena comunitária (SALIBA, 2006). Assim, trazia em si a diferenciação entre a *criança* pertencente à família organizada, estruturada, com lugar social de valor, e o *menor*, aquele que, oriundo de família de camadas mais baixas, não gozava da mesma imagem social, era visto como provável delinquente, aquele que trazia desordem e deveria ser retirado das vistas da sociedade. Seu recolhimento justificava-se tanto para protegê-la quanto para proteger o próprio menor de seu destino de vagabundagem (LOPES, SILVA, MALFITANO, 2006).

Com o movimento social que culminou na proposição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (BRASIL, 1990), ficou evidente a mudança nas concepções relacionadas aos direitos desse último grupo, estando juridicamente garantidos independentemente de classe social. O ECA refletiu, nesse âmbito, os avanços no debate, propondo, primeiramente, e contrário ao que se viu no passado, a diferenciação entre os adolescentes pobres, “carentes”, daqueles autores de atos infracionais. Foram criadas as fundações de proteção, que acolhem em abrigos ou casas-lares crianças e adolescentes em situação de rompimento e/ou reestruturação de vínculos familiares. Também foram criadas as medidas socioeducativas, executadas pelas fundações de atendimento socioeducativo quando da aplicação de restrição de liberdade; e as medidas em meio aberto, executadas por equipamentos da assistência social ou por organizações não governamentais em regime de convênio com os órgãos executivos da assistência social.

Mas essa mudança não construiu um novo lugar social e cultural para a criança, o adolescente e o jovem pobre (SPOSITO, SILVA, SOUZA, 2006). A eles, majoritariamente, permanece um imaginário que os aloca como desviantes, violentos, criminosos, desocupados. Políticas públicas foram criadas tendo por base as diretrizes do ECA (BRASIL, 1990), entretanto ainda há muito a ser efetivado para promover o desenvolvimento seguro de jovens e crianças vulneráveis dando-lhes a devida proteção social (SILVA, LOPES 2009).

Com a relação direta entre juventude pobre, vulnerabilidade e violência, somado ao sentimento de insegurança social, seguem-se políticas específicas com o intuito de controlar e disciplinar os jovens desse segmento social. Mantém-se a cisão entre política pública para os adolescentes e para os jovens, sendo os primeiros os “vulneráveis ou em situação de risco”, carregados da concepção anterior de “menor”, com intuito de prevenir ou reparar a delinquência porvir (SPOSITO, SILVA, SOUZA, 2006, p. 243).

Há de se cuidar, no entanto, para não se tecerem correlações simplistas entre pobreza e criminalidade, como se todo ato infracional fosse, exclusivamente, cometido pelo pobre e/ou como se todo pobre, obrigatoriamente, cometesse ato infracional (BORBA, 2012). Esse imaginário torna-se mais denso quando relacionado aos jovens que, por diferentes motivações, envolvem-se com grupos em atividades criminalizadas. No que tange às medidas socioeducativas, o ECA é explícito no caráter educativo do processo de cumprimento de medidas. Há de se construir com os adolescentes uma nova forma de conduta e comportamentos que não ligados a delitos. Essa construção se dá de forma pedagógica, sem, de forma alguma, ferir os direitos da pessoa em desenvolvimento, a inscrição da criança e do adolescente no sistema socioeducativo deve ser inclusive promotora de direitos e proteção.

As medidas são ordenadas pelo Sistema Nacional de Socioeducação, aprovado em 2012. O sistema busca ordenar e orientar os diferentes serviços e órgãos que têm como destinatários crianças e adolescentes e suas famílias. Dentro do Sistema de Garantia de Direitos, ele reforça a promoção dos direitos e dos direitos humanos como valores e o dever do Estado, da sociedade e da família como vigilantes a fim de que os direitos das crianças e adolescentes sejam assegurados (SINASE, 2006). O documento também reafirma os princípios das execuções das medidas, seu caráter de brevidade, excepcionalidade, respeito ao processo legal e à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Ainda, deve ser considerado o contexto do adolescente e a adequação da medida ao ato, considerando-se as singularidades de cada situação. Julgamos importante para este trabalho o destaque que o documento dá ao artigo 86 do ECA, que trata da relação das crianças e adolescentes com os serviços comunitários: sua vinculação deve ser estimulada e propiciar o acesso a direitos,

inclusive durante o cumprimento de medida socioeducativa. O SINASE também aborda questões objetivas de gestão e financiamento, que não são, contudo, foco aqui.

Quando apreendidos, aos adolescentes estão previstas medidas socioeducativas, as quais são classificadas em: advertência, obrigação da reparação do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação (BRASIL, 1990). Dentre os programas de proteção, estão previstos: orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar e acolhimento institucional.

Ainda segundo a legislação, em relação às medidas socioeducativas, a advertência trata-se de admoestação verbal, posteriormente registrada de forma escrita e devidamente registrada. A obrigação de reparar o dano consiste em restituição do bem, compensação do prejuízo da vítima ou ressarcimento material, dentro das possibilidades do adolescente e do dano em questão (BRASIL, 1990). A medida socioeducativa de prestação de serviço comunitário prevê que o adolescente realize atividades de interesse comunitário sem remuneração, pelo período máximo de seis meses. Já a liberdade assistida prevê acompanhamento técnico da família e do adolescente com vistas à sua promoção social, a partir de inclusão em programas, garantia do acesso e aproveitamento escolar e composição de estratégias para profissionalização ou ingresso no mercado de trabalho (BRASIL, 1990). A última medida a ser aplicada é a privação de liberdade, a qual deve ser utilizada em situações muito específicas, pois retira o adolescente do convívio familiar e comunitário (BRASIL, 1990). A presente pesquisa insere-se no campo da medida de internação.

Assim, pela doutrina da proteção integral, prevê-se a aplicação de uma diversidade de medidas socioeducativas que devem considerar as circunstâncias, a capacidade do adolescente de cumpri-la e a gravidade do ato infracional, pautando-se por uma proposta pedagógica que vise à sua reinserção social (BRASIL, 1990; 2012).

Embora, com a proposição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tenham ficado evidentes as mudanças nas concepções relacionadas aos direitos desses grupos, independentemente da condição socioeconômica e dos contextos sociais dos sujeitos a que se voltam, sabe-se que essa mudança não foi acompanhada pela constituição de uma nova imagem social e cultural da criança, do adolescente e do jovem pobres (SPOSITO, SILVA, SOUZA, 2006). Nesse âmbito, cabe dizer que a população jovem pobre é a mais vulnerável e apresenta maior desvantagem social, possuindo menos experiência profissional, pouca qualificação, maior propensão a acidentes e, conseqüentemente, menor acesso ao mundo do trabalho, o que acarreta na redução das suas oportunidades e/ou da sua absorção no trabalho formal, pois a eles, majoritariamente, permanece um imaginário que os aloca como

desviantes, violentos, criminosos e desocupados (LOPES et al., 2008).

Tomando-se a problemática específica da vulnerabilidade social como geradora de dificuldade de participação e/ou inserção na vida social, a tarefa a que se propõe o atendimento socioeducativo se complexifica ainda mais: de um lado, como visar a efetiva reinserção social e, de outro, como fazê-lo diante da perspectiva de que a reinserção remeta a um contexto social produtor e/ou reprodutor de vulnerabilidades?

2.4 Do Lugar Social da Criança e Adolescentes Pobres: sobre Seletividade e Sujeição Criminal

Mesmo com todos os avanços advindos de lutas sociais que preveem na legislação brasileira a adolescência como uma fase peculiar do desenvolvimento na qual devem ser priorizadas ações de educação e proteção (BRASIL, 1990), o que se constata é uma maioria de adolescentes pobres cumprindo medidas socioeducativas e uma predominância de jovens negros e pobres no sistema carcerário brasileiro (BRASIL, 2014). Assim, priorizam-se ações de encarceramento dessa população com o intuito de que ela seja apartada do convívio social.

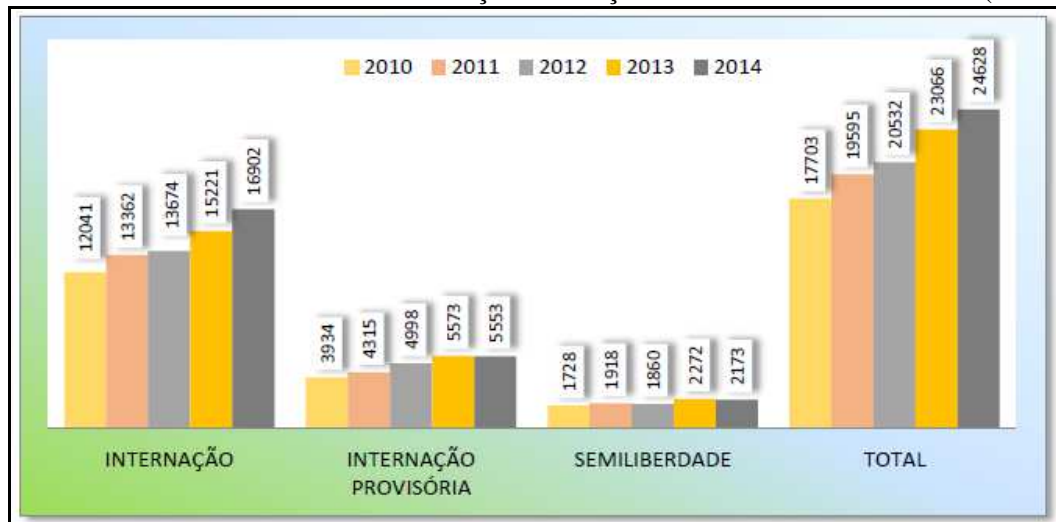
Tais constatações são apresentadas no documento Mapa do Encarceramento (BRASIL, 2014) o qual sinaliza não só a manutenção, mas o recrudescimento da tendência à seletividade penal e criminal brasileira. Além de o país estar em um momento de encarceramento massivo, com aumento de sua população carcerária – entre 2005 e 2012 aumentou 74%, passando de 296.919 presos para 515.482 –, o encarceramento de jovens, negros e pertencentes a camadas populares também aumentou. Jovens entre 18 e 25 anos representavam 54,8% dos presos em 2012; da população geral, para cada 100 mil brancos, 191 estavam presos, enquanto para cada 100 mil negros, 292 estavam encarcerados.

O Mapa do Encarceramento não utilizou das informações do sistema socioeducativo para suas análises, pois elas não estavam sistematizadas e disponíveis, explicitando que a fonte foi o Anuário Estatístico de Segurança Pública de 2011 e 2012. Em 2011, da população situada entre 12 e 17 anos, para cada 100 mil habitantes, 95 estavam cumprindo medida com restrição de liberdade; em 2012, esse número subiu para 100 adolescentes para cada 100 mil habitantes. Em um ano, o aumento foi de 5%, representando um total de 20.532 adolescentes.

De acordo com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2017), em seu levantamento anual, havia um total de 24.628 adolescentes e jovens

entre 12 e 21 anos internados no ano de 2014. Destes, 66% estavam em internação para cumprimento de medida socioeducativa, o que nos mostra uma predominância da internação em relação à semiliberdade. Assinalamos, também, que 22% daquele total estavam internados provisoriamente (ou seja, aguardando sentença).

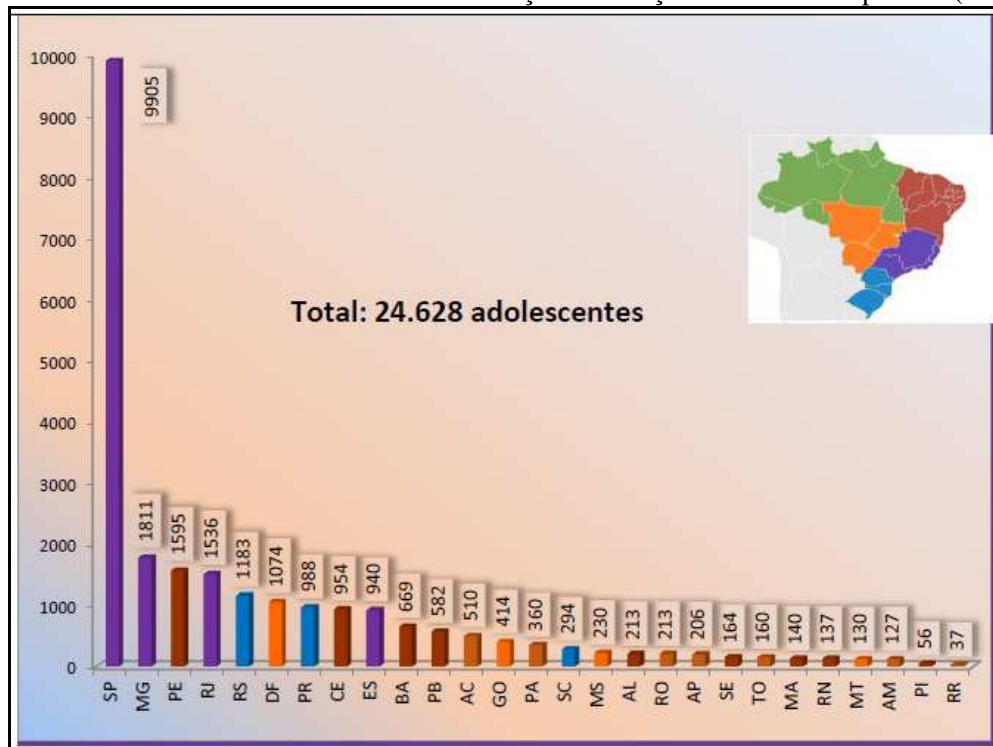
Gráfico 01 - Adolescentes e Jovens em Restrição e Privação de Liberdade – Total Brasil (2010-2014)



Fonte: Levantamento Anual SINASE, Brasil, 2017, p. 15

Em relação à distribuição dos jovens internados nas Unidades da Federação, São Paulo é o estado com maior número de adolescentes internos, assim como com maior população geral, e é considerado um “sistema de excepcionalidade”. O documento ainda destaca que os números de internos acompanham as dimensões demográficas de cada UF.

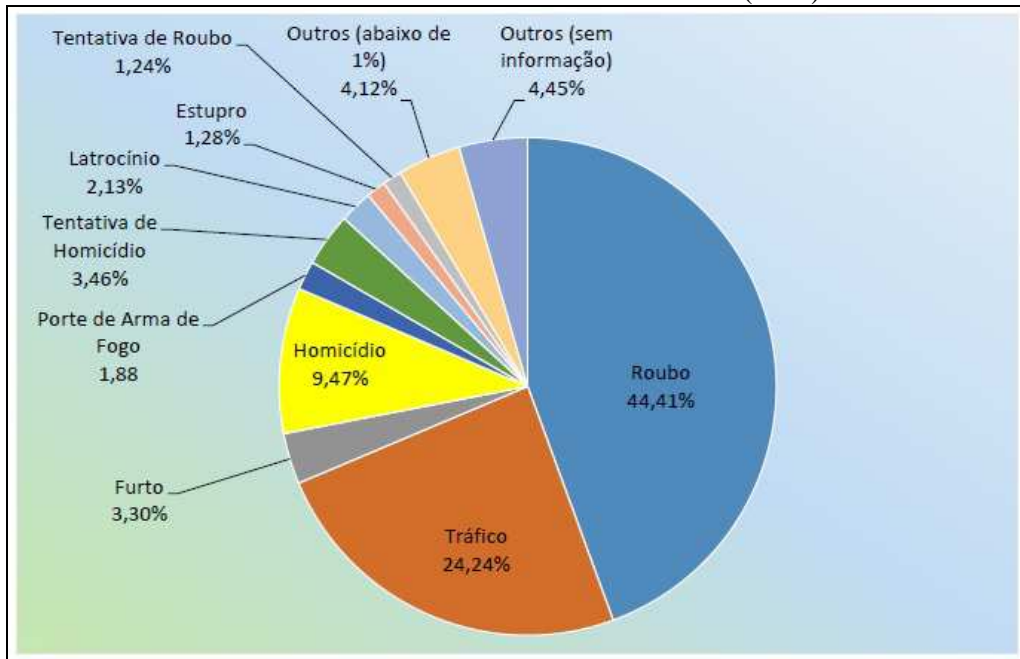
Gráfico 02: - Adolescentes e Jovens em Restrição e Privação de Liberdade por UF (2014)



Fonte: Levantamento Anual SINASE, Brasil, 2017, p. 16.

Quanto aos tipos de atos infracionais cometidos que levaram à internação, 43% dos atos relacionados às internações eram análogos a roubo; 24,8% relacionados ao tráfico de drogas; 9,23% análogo ao homicídio (BRASIL, 2015b). Vê-se uma predominância de atos contra o patrimônio, que não justificariam sentenças de privação de liberdade, portanto, talvez seja pertinente um estudo mais atento à distribuição de atos por modalidade de internação, pois, conforme indicado pelo ECA, a privação de liberdade é indicada para atos graves (BRASIL, 1990). É possível, ainda, que grande parte dos atos contra patrimônio esteja relacionada à internação provisória e semiliberdade. Mesmo que esse não seja o objetivo deste estudo, mantemos o destaque na informação, uma vez que esses dados levantam importantes questões que caracterizam o sistema penal brasileiro, a seletividade de quem é apreendido/preso e as disparidades nas sentenças (CARVALHO, 2015).

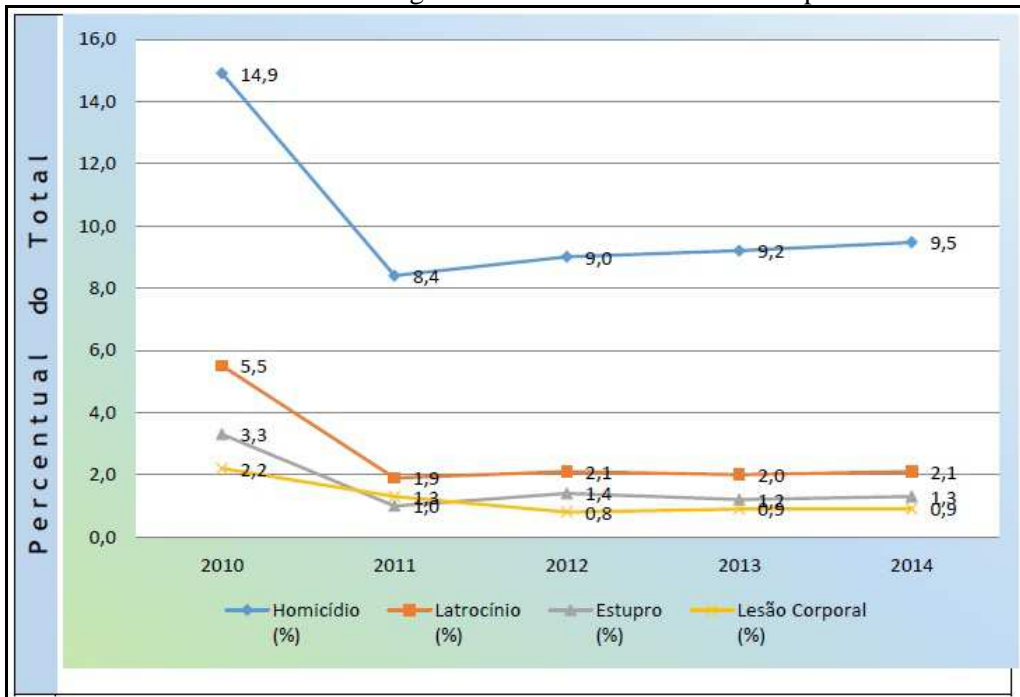
Gráfico 03 – Atos Infracionais – Total Brasil (2014)



Fonte: Levantamento Anual SINASE, Brasil, 2017, p. 28.

Conforme o gráfico a seguir, temos uma breve série histórica sobre os atos infracionais contra a pessoa, sendo que os autores do estudo não consideraram a oscilação como relevante.

Gráfico 04 – Porcentagem de atos infracionais contra a pessoa



Fonte: Levantamento Anual SINASE, Brasil, 2017, p. 31.

Há cerca de três anos, torna-se efervescente o debate acerca do Projeto de Lei 171/93, que buscava a redução de 18 para 16 anos a idade em que a pessoa seria considerada capaz de

responder por atos considerados criminosos pela legislação brasileira. Esse projeto foi apresentado ao Congresso Nacional em 1993, com o argumento de que, com o advento da modernidade, as crianças e adolescentes da época já teriam acesso à informação e formação pessoal que as permitiriam discernir sobre atos classificados como crime segundo a legislação penal de adultos. Tal projeto teve PECs (Propostas de Emendas Constitucionais) com teor correlato pensadas a ele e lenta tramitação.

Com pareceres favoráveis e tramitação seguindo, movimentos sociais se articularam no “Movimento Não à Redução” para dar visibilidade aos argumentos contrários à proposta e defender a proteção da juventude pobre brasileira. Em agosto de 2015, em uma manobra política, o projeto recebeu redação amenizando a inicial e a votação aconteceu na Câmara dos Deputados Federais em horário diferenciado ao regular, com o impedimento de acesso dos movimentos sociais à plenária. O novo texto foi aprovado e encaminhado ao Senado Federal com a proposta de que jovens entre 16 e 18 anos, autores de atos de homicídio doloso, crimes hediondos e lesão corporal seguida de morte cumpram pena em estabelecimento separado dos demais adolescentes e, após os 18 anos, sejam transferidos para penitenciárias.

Sobre o tema, Emilio Garcia Mendez (2015) faz a leitura de que esse tipo de proposta é um retrocesso às leis menoristas dos regimes ditatoriais da América Latina. Movimentos como esse estão acontecendo em diferentes países da região e, segundo o jurista, acabam desenlaçando crianças e adolescentes pobres da proteção integral e entregando-as às leis penais adultas, o que representa uma grave ameaça aos pactos internacionais de direitos humanos. Ainda, Mendez (2015) afirma que o uso seletivo e classista dos sistemas de justiça juvenis e a debilidade das políticas sociais criam o discurso de aumento de criminalidade, violência e sensação de impunidade, o que resulta como reação a solicitação de maior punição.

Muitas foram as expressões contrárias a esse Projeto de Lei. Acerca disso, apresenta-se uma charge (figura 02) que traz em seu cerne a questão da seletividade dos atores punidos nas engrenagens do sistema policial e judiciário no Brasil.

Figura 03 - Charge “Junião”



Fonte: Charge de Junião, confeccionada para o site Ponte Jornalismo. Disponível em: <http://www.juniao.com.br/crimes-castigos-e-o-olhar-diferenciado-para-definir-a-reducao-da-maioridade-penal/>. Acesso em: 02 ago. 2015.

Outro ponto que nos parece relevante na discussão sobre a seletividade no encarceramento de jovens é o processo descrito por Bauman (1999) que relaciona a sedução e o acesso ao consumo com a produção de fracassados e rejeitados da sociedade consumidora. Se há algo que não é negado a ninguém nesta sociedade capitalista é a sedução ao consumo. Isso iguala a todos à exposição ao apelo ao consumo, que não tem freio; quando pensamos que estamos perto do ideal, esse parâmetro modifica-se, e é sempre possível consumir mais, de modo que o que consumimos nunca é suficiente (BAUMAN, 1999). Cada um consome o que pode e viabiliza seu consumo da forma que pode, alguns, por meio da ilegalidade. Bauman ainda propõe que, nessa sociedade pautada pelo consumo, o intolerável é aquele que não consegue consumir, este é o indesejável.

Há, ainda, o agravante de que, com o fim da era industrial e suas configurações de exploração do trabalho, já não há mais a formação do “exército de reserva” (um número expressivo de pessoas que, após passar um período desempregado, seria reabsorvido pelo mercado após a demissão de outros trabalhadores); assim sendo, a rotatividade nos postos de trabalho finda, fazendo com que os desocupados não retornem mais à condição de empregados, não tendo a possibilidade de serem consumidores nesta sociedade. A parte deles caberá à prisão, e Bauman (1999) sustenta seus argumentos com base em estudos do aumento do encarceramento em países como os Estados Unidos da América. Seria possível dizer que o

Brasil também caminha nesse sentido, uma vez que é o terceiro país que mais encarcera no mundo, majoritariamente jovens pobres, que não acessam o consumo pelas vias legais?

Ainda sobre essa seletividade, Misse (2014) desenvolve o conceito de *sujeição criminal* para nomear o processo social de produção de uma expectativa negativa em relação a determinado grupo social e/ou sobre indivíduos de um grupo. Segundo o autor, esse processo faz com que os indivíduos criem nessa expectativa e sintam-na como parte integrante de sua subjetividade.

O *sujeito criminal* não surge a partir de atributos anteriores, o sujeito é, a priori, suspeito de ser sujeito criminal por suas vestes, local de circulação ou moradia, cor, origem social, pois é identificado como outro (diferente de mim) portador de signos que o marcam como culpado sem qualquer julgamento ou ato/fato consumado. No mundo, há uma cisão entre “as pessoas de bem” e “as pessoas do mal”, e o sujeito criminal pertence ao tipo social que corresponde ao “mal”, admitindo-se como “normal” que seja assim. Portanto, é produzida uma diferença entre este sujeito e a visão do eu para evitar a sujeição criminal em mim, o que também acaba marcando, essencialmente, a produção da diferença de direitos entre os dois agentes (MISSE, 2014).

Ainda segundo Misse, no processo de incriminação moderno, o Estado é responsável pelo controle dos indivíduos considerados perigosos, que se dá pelo encarceramento, e, no Brasil, por execuções extralegais, de mortes em confronto com a polícia e por atos de “justiça feita pelas próprias mãos”. Esses atos seriam uma resposta à demanda moral de fazer justiça e de dar visibilidade pública do controle que exerce sobre os indivíduos criminalizáveis e indesejáveis para a sociedade. De sua parte, a trajetória do sujeito criminal está determinada, esse é o curso “natural” das coisas. Ele pode reconhecer-se, mesmo que não aberta ou totalmente, como suspeito, construir justificativas para sua trajetória, ou, ainda, admitir ser “perigoso e irrecuperável” (p. 209).

2.5 Sobre Etos Masculino e Mortalidade Juvenil

Baseado em dados do Ministério da Saúde, o Mapa da Violência comparou dados de 1980, 2002 e 2012. No período entre os anos de 1980 e 2012, 28,8% das mortes de jovens foram causadas por homicídio, já na população não jovem (menores de 15 anos e maiores de 29 anos), os homicídios representam 2% dos óbitos. Especificamente no ano de 2012, 38,7%

das mortes de jovens ocorreram por homicídio, enquanto 2,4% das mortes de não jovens foram provocadas pelo mesmo motivo (BRASIL, 2015).

O estudo mostra, também, que, em 2002, ocorreram 28,9 homicídios para cada 100 mil habitantes, e, em 2012, houve 29 para cada 100 mil. Especificamente sobre a etnia dos jovens mortos em assassinatos, houve, em 2002, 19.846 vítimas entre os brancos, mas em 2012 esse número caiu para 14.928 (uma diminuição de 24,8%). Diferente é o caso da população negra, em que as mortes por homicídio subiram de 29.656 para 41.127 (um aumento de 38,7%). Ou seja, com a queda de homicídios de brancos e elevação da taxa de homicídios de negros, matam-se 73% mais negros do que brancos no Brasil. Especificamente entre a população jovem, no período, as taxas de homicídios de jovens brancos caíram 28,6% (em 2002 era 21,7 para cada 100 mil habitantes e reduziu-se para 16,4 para cada 100 mil), e a dos jovens negros aumentaram 6,5% (em 2002 era de 37,5 em 100 mil, e em 2012 passou para 40,4 em 100 mil). Para cada jovem branco assassinado, morreram 2,7 jovens negros, ou seja, há uma verdadeira seletividade nos homicídios.

Waiselfisz (2015a), com intenção declarada de instrumentalizar o debate sobre o desarmamento no Brasil, fez estudo específico sobre mortes causadas por armas de fogo, verificando que, em 2014, 71,7% dos homicídios foram causados por esse tipo de armamento. Segundo o pesquisador, há disparidades regionais nesses dados. Por exemplo, em Alagoas a taxa de homicídios por arma de fogo é de 56,1 por 100 mil habitantes, já em Santa Catarina, a taxa é de 7,5 por 100 mil. Ainda assim, em termos nacionais, a taxa é assustadoramente alta, sendo que, no período analisado – de 1980 a 2014 –, ocorreram 830.420 homicídios somente por arma de fogo; no ano de 2014, foram 44.861, enquanto a AIDS matou 12.534 pessoas no mesmo ano. Em 2014, foram 123 vítimas de homicídios por arma de fogo a cada dia do ano, o equivalente a cinco mortes por hora.

O autor ressalta sua estupefação com a quase absoluta falta de campanhas e mobilizações que pautem esse tema em nosso país, mesmo considerando o alarmante dado. Assim como analisado nos outros anos, os homens negros e jovens são as principais vítimas assassinadas por armas de fogo no Brasil: 94,4% eram homens. A taxa de homicídios por arma de fogo de negros aumentou 9,9%, e a de brancos caiu 27,1%, ou seja, morrem por arma de fogo 2,6 vezes mais negros que brancos.

Em estudo do mesmo ano, Waiselfisz (2015b) fez recorte sobre os homicídios de jovens de 16 e 17 anos a fim de instrumentalizar os órgãos governamentais e a sociedade civil para o debate acerca da redução da maioridade penal. O autor ressalta o importante crescimento da vitimização homicida nessa faixa etária: em 1980, houve 9,1 homicídios por

100 mil jovens; em 2013, essa taxa foi de 54,1. Em 2013, 93% dessas mortes foram de jovens do sexo masculino, e a vitimização de negros também seguiu o encontrado por outros estudos: foram assassinados 173,6% mais negros que brancos. Ou seja, os jovens dessa faixa etária são muito mais vítimas do que autores de homicídios.

A partir de sua experiência de campo de pesquisa, Alba Zaluar (2007) encontrou o mesmo panorama: jovens negros de periferia sendo assassinados antes de completarem seus 25 anos. Jovens mortos pelas mãos de policiais ou pelas mãos de outros jovens (de grupos rivais), homicídios maciçamente ligados ao tráfico de drogas.

A escolha brasileira por enfrentar o tráfico e a corrupção associada a ele com a prisão de pequenos comerciantes tem gerado um número cada vez maior de encarcerados e vítimas de extorsão, torturas e homicídios. A relação desses jovens com o comércio ilegal de drogas, segundo Zaluar (2007), dá-se por uma via em resposta às condições materiais precárias em que se encontram os jovens e suas famílias, ocasionadas pela associação da pobreza com a urbanização acelerada não acompanhada de desenvolvimento econômico suficiente para oferecer emprego aos imigrantes, educação às crianças e aos jovens e postos de trabalho para jovens.

Mas Zaluar (2012) discorda de outros autores quando afirmam que essa é a única causa desse fenômeno, pois, para a autora, o envolvimento de jovens com o tráfico dá-se por uma conjuntura macrossocial e pela associação da questão de classe social com a não transmissão da socialização na civilidade e da tolerância. A autora fala do uso da violência para resolução de conflitos e transmissão de regras e contratos como a via comum de relação. Retoma o proposto por Norbert Elias sobre a regulação do uso da violência pela sensibilização do sofrimento alheio e sobre regulação da expressão dos sentimentos afirmando que, para essa comunidade, o processo não se completou por não possuir espaços vicinais de produção desse controle (ZALUAR, 2012).

Os jovens de periferias, em pleno momento de identificação e fortalecimento de identidade masculina, seriam atraídos por uma figura masculina sustentada por grupos criminosos, o que Zaluar considera um “etos guerreiro”. Nessa concepção, o status e o orgulho masculinos são valorizados e a afirmação de uma virilidade tem lugar central na apresentação social dos jovens. A questão é que isso passa por respostas violentas a qualquer simples ameaça a tal virilidade, seja para defender sua área, responder a provocações, disputas por namoradas ou um simples olhar atravessado.

Assim, a incorporação a grupos criminosos traz esse *modus operandi* do etos guerreiro associado aos códigos desses grupos, servindo, também, aos interesses das organizações

ilegais que funcionam em territórios periféricos. Esse funcionamento também irrompe contra pessoas de outras gerações: o uso de arma de fogo, da violência despótica ocorre no enfrentamento a representantes de associações, líderes comunitários, pessoas mais velhas e que trariam outros regramentos à civilidade, de não uso da violência e proteção à vida. A autora aponta que essa foi a saída para o desafio de leitura desse fenômeno da violência entre “dominados”, não entre agentes de diferentes classes sociais (jovens de periferia matando-se entre si, seriam os autores e as vítimas). As formas de resolução dos conflitos na interpretação dos diferentes autores citados por Alba Zaluar (1999) seguem a mesma concepção de que não há espaço para a negociação, o discurso e o argumento; os atos dar-se-iam somente por imponência física, persuasão, influência ou legitimidade.

A autora também afirma que, para compreender esse fenômeno, não basta o recorte geracional e de gênero, é preciso associá-lo ao contexto local e transnacional do “crime negócio” e da cultura globalizada. Não basta analisar as disputas entre jovens sem considerar os interesses de quem coloca as armas de fogo em suas mãos, da ligação do tráfico de armas com a organização internacional de cartéis das drogas. Ademais, o desenrolar dos estudos etnográficos também apontou a necessidade de olhar as instituições policiais e jurídicas, seus processos e efeitos em relação aos jovens envolvidos com tráfico e com o crime organizado nas periferias (ZALUAR, 1999).

Tomemos o fato: esses *guris pobres* e, em sua maioria, negros não são os únicos infratores da nossa sociedade, mas são os eleitos ao encarceramento pela lógica do sistema prisional e judiciário, quando não executados pela mesma polícia ou por seus pares, conforme registrado no Mapa do Encarceramento (BRASIL, 2014) e no Mapa da Violência (BRASIL, 2015), pesquisas nacionais sobre encarceramento e violência no Brasil brevemente apresentadas.

Assim sendo, partimos do pressuposto de que a mortalidade juvenil resulta da complexa relação entre diferentes fatores e está implicada quando propomos uma discussão sobre a retomada do cotidiano de jovens após uma internação por MSE, uma vez que as possibilidades da brevidade de sua existência são, frequentemente, consideradas pelos próprios adolescentes, conforme testemunhado na prática de campo deste estudo. Desse modo, pensamos que os riscos reais de mortalidade dos jovens pobres em relação com atividades criminalizadas devem ser rigorosamente tomados a sério por agentes do poder público que trabalham na relação com os jovens. O direito à vida deve ser assegurado para que o direito à vida digna possa ser o próximo foco.

3 METODOLOGIA

*Es preciso meter en el barro los pies
y mancharte tus lindos mocasines
si del hombre querés hablar,
si querés que te crea.
Es preciso subir el volumen a mil
en los reinos prohibidos del silencio
si tus papos de libertad
no son papos y nada más.
Y tuviste a los medios
y sentiste la gloria quizá
pero no, no te das cuenta
lo rápido que tu alma se cae se pudre
y ya no brilla más.
Es preciso comer con la panza dolida
de los pibes que comen cuando pueden
si del hombre querés hablar,
si querés que te crea.
Es preciso sentir en el lomo el bastón
de los tipos azules que te cuidan
si tus papos de libertad
no son papos y nada más
(Es preciso – Arbolito)*

Para buscar compreender como se dá o retorno dos guris ao convívio comunitário, buscamos organizar o trabalho de campo em duas etapas. A primeira ocorreu durante a internação dos adolescentes por medida socioeducativa em dois centros de atendimento socioeducativo de dois estados diferentes. Visou a apreender os relatos dos adolescentes e dos técnicos envolvidos com a internação deles acerca dos projetos, das possibilidades e limites identificados pelos diferentes atores. Com os adolescentes, foram realizadas oficinas (grupo de atividades), e, com os trabalhadores, entrevistas semiestruturadas.

Pretendeu-se, por meio dos encontros com os trabalhadores e com os guris, apreender como se dá o planejamento dos retornos comunitários após um período de internação, considerando que, em função da restrição de liberdade, há o rompimento brusco dos laços existentes. Buscamos olhar para as expectativas e desejos dos guris e para as condições contextuais que acabam por construir limites e possibilidades para seu engajamento em atividades que lhes sejam significativas. Consideramos, também, que as condições e a organização de trabalho nas fundações têm seus efeitos na construção e nas possibilidades de planejamento da saída dos adolescentes da internação por medida socioeducativa.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em encontrar os adolescentes após a internação na modalidade de acompanhamento territorial, buscando compreender como se deu o processo de retorno ao cotidiano em comunidade. A quais atividades os adolescentes estavam vinculados, qual a rede de suporte constituída para efetivar seus projetos, os limites e possibilidades que constituíram o processo de retorno. O acompanhamento territorial toma o conceito de território como espaço geográfico que constrói significações socioculturais e históricas, sendo espaço de relação dos sujeitos onde atuam diferentes forças. O acompanhamento territorial, por sua configuração, permite uma proximidade às situações reais de vida dos jovens e estar com eles onde as relações acontecem; ainda prevê a escuta de suas demandas e a mediação de encaminhamentos frente à vulnerabilidade social e ao não acesso a bens e serviços (LOPES, et al, 2014; LOPES, BORBA, CAPPELLARO, 2011).

3.1 Os colaboradores

O trabalho ocorreu em duas cidades diferentes, uma metrópole e uma de médio porte, em dois diferentes estados brasileiros. As cidades não serão nomeadas para não se correr o risco de identificação dos colaboradores com a pesquisa.

No centro de atendimento socioeducativo da primeira cidade, a mestranda realizou o campo sozinha; na segunda cidade, as atividades de grupo foram compartilhadas com duas professoras e uma bolsista de iniciação científica, e os acompanhamentos territoriais somente com a bolsista de iniciação científica⁶. Portanto, nesta parte da escrita, as descrições dos diários de campo, dos relatos dos grupos e acompanhamentos podem vir na primeira pessoa do singular ou do plural. Utilizar o texto na primeira pessoa foi uma forma de apresentar o vivido, pois se trata de um relato do desenvolvimento da metodologia e da experiência em que a mestranda se colocou ao lado dos adolescentes, em relação com eles, buscando construir um vínculo.

Foram realizadas nove entrevistas com técnicos de ambas as fundações. Em cada Fundação, conversamos com três técnicos de nível superior, seus gestores e um agente da segurança. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas para guiar uma conversa individual

⁶ Destaco e reconheço a qualificada e comprometida parceria da “equipe” do METUIA que se formou para a condução das atividades de férias, composta pelas professoras de prática Prof.^a Ma. Livia Celegati Pan, Prof.^a Ma. Marina Jorge e pela Bolsista de Iniciação Científica Gabriela Martinez Agnello, que também se envolveu nas atividades de entrevista dos técnicos e acompanhamento territorial dos adolescentes, integrando sua pesquisa no interior do Programa PIBIC/CNPq/UFSCar.

com cada técnico abordando o planejamento da saída dos jovens, quais as barreiras e potencialidades encontradas e como esses atores veem como a instituição lida com tal tarefa (Anexo A).

Também foram efetuados 22 encontros grupais, com a participação de 59 adolescentes, entre 14 e 19 anos de idade, com a aplicação das atividades descritas no item 3.3. Por fim, foram acompanhados quatro adolescentes, pelo período de quatro meses (de setembro a dezembro de 2016), em apenas um dos municípios componentes do estudo.

3.2 Sobre as Fundações

A partir do Código de Menores brasileiro de 1927, previu-se o recolhimento de crianças e adolescentes que se encontravam em “situação irregular”. Para tanto, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (a partir da Lei 5.413 de 1964). Essa fundação seria responsável pela proteção e correção das causas da irregularidade dos menores e concretizou-se com sua ramificação na dimensão estadual das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor.

Somente em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, com sua nova concepção sobre a infância e adolescência brasileira, extinguiu as Fundações do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) e distinguiu o abrigo por motivo protetivo da internação para construir a ressocialização de adolescentes que cometeram ato infracional. Para atender o último objetivo, foram criadas as Fundações de Atendimento Socioeducativos em âmbito estadual, que gerem os Centros de Atendimento Socioeducativos. Eles devem se localizar de forma descentralizada, facilitando o acesso das famílias aos seus adolescentes internos e aproximando as equipes dos centros das equipes que formam as redes municipais das diferentes cidades atendidas (BRASIL, 2013).

Os centros nos quais esta pesquisa foi desenvolvida são resultados dessa mudança legislativa e paradigmática da atenção à criança e ao adolescente brasileiros. Assim sendo, destacamos, a partir daqui, as singularidades de cada centro.

A Fundação localizada na metrópole foi fundada em 2002. Os serviços de internação estão organizados em Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE) em diferentes cidades daquele estado; cada CASE divide-se em alas, e cada ala tem sua equipe técnica psicossocial de nível superior (com cerca de quatro profissionais, podendo ser advogados, assistentes

sociais, pedagogos, psicólogos ou educadores físicos) e agentes socioeducativos. A cidade onde o CASE participante se localiza abriga ainda outro CASE, e cada um deles divide-se em quatro alas com 18 vagas para adolescentes do sexo masculino. Há também uma única unidade para adolescentes do sexo feminino.

Essa fundação executa duas modalidades de internação, que variam de acordo com a progressão da medida, internação sem possibilidade de atividade externa (ISPAE) e internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE) – que permite sair da unidade de internação para atividades de formação profissional, tratamento de saúde, entre outras. Segundo a instituição, durante a internação são construídos, entre os adolescentes, seus familiares e os técnicos das alas, os Planos Individuais de Atendimento, que são levados às audiências para discussão e apreciação do judiciário. Nelas, pode-se mudar a modalidade da internação (ISPAE ou ICPAE), decidir pelo fim da internação, com a extinção da medida ou passagem para alguma medida em meio aberto.

A ala que colaborou com a pesquisa conta com 18 vagas para adolescentes, mas, à época do trabalho de campo, abrigava 34 adolescentes, e sua modalidade de internação não conta com possibilidade de saída. Possui três técnicos na equipe psicossocial, de diferentes áreas profissionais.

A Fundação do outro estado constituiu seu organograma a partir de divisões regionais e cada uma delas gere seus Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente; o desta pesquisa atende uma cidade de médio porte e outras cidades da sua região. Em 2006, a cidade de médio porte recebeu um Núcleo de Atendimento Inicial e um Centro Socioeducativo com internação provisória e internação para cumprimento de medida socioeducativa.

O Centro conta com equipe multiprofissional, das áreas de Pedagogia, Segurança e Psicossocial. Essa equipe desenvolve atividades recreativas, artísticas, pedagógicas, profissionalizantes e atendimentos psicossociais individuais e em grupo. De acordo com os trabalhadores, todas as atividades acontecem no centro, exceto as atividades competitivas entre os centros da fundação, como, por exemplo, os campeonatos de handebol, tênis de mesa, futebol, entre outros. Também segundo os trabalhadores, esse Centro conta com 54 vagas para internação e 10 vagas para internação provisória de jovens da cidade e cidades adjacentes. Para o atendimento dessa população, possui seis vagas técnicas para equipe psicossocial (estando previstos assistentes sociais e psicólogos), tendo somente metade do quadro completo à época do trabalho de campo.

Frente à pergunta de como se dá o planejamento da saída do adolescente da Fundação, todos os trabalhadores relataram construir o Plano Individual de Atendimento (PIA) como

instrumento para a elaboração da saída. Muitos dizem que essa construção se inicia na chegada do adolescente à internação.

Na metrópole, as avaliações ocorrem a cada seis meses, de acordo com o ato infracional cometido e se o adolescente é reincidente, e a equipe decide se vai solicitar ao juiz a extinção ou progressão de medida. Quando a equipe solicita o desligamento do adolescente da internação, elabora-se um estudo de caso, junto com as chefias de equipe, a direção e trabalhadores da área psicossocial, no qual são avaliadas as necessidades da família, como está a relação do adolescente com a escola, se há necessidade de encaminhamentos, visita domiciliar, quais os contatos necessários. Esse estudo é feito um mês antes da entrega do relatório dos adolescentes para audiência judicial.

Temos, portanto, que a construção do cotidiano comunitário dos gurus é tomada pelo Estado como sua tarefa e há todo um aparato técnico para garantir que isso ocorra. Corroboramos isso com o trecho de entrevista de uma das trabalhadoras. Ela afirma que o trabalho da internação por medida socioeducativa é justamente reatar e fortalecer os vínculos comunitários com forte atenção para que os existentes não se rompam em função do processo de internação.

então minha função, ela é basicamente essa construção né? Manter esse vínculo do adolescente com sua comunidade de origem, trabalhar nesse fortalecimento de vínculos com a família, com a rede, né, que a maioria nunca acessou, que as famílias nunca acessaram, ou fazer com que esse serviço seja articulado com o que a gente faz aqui, pra que isso não se rompa quando o adolescente venha, né, pra fundação, enfim.

No Centro da metrópole, diz-se que o planejamento para saída relaciona-se com os interesses dos gurus e com as possibilidades de suas famílias, há um estímulo para que o adolescente elabore um discurso pra além daquele relacionado ao ato infracional, conforme relato:

P: E quem decide o que ele vai fazer?

Trabalhadora: É ele e a família. A gente pensa com eles, assim, a gente estimula reflexões, mas quem decide a escola pra onde ele vai estudar é ele, a gente oferece as alternativas, a gente conversa com ele, bah, quer voltar pra comunidade, ali, aquela escola vai ser legal pra ti ou não vai, que habilidades tu tem, que desejos tu tem pra quando sair daqui, no que que tu era bom né? Os gurus trazem muito, eles falam muito no ato infracional, mas a gente tenta 'Tá, mas e aí?' 'O que de diferente tu tinha?' E tenta falar de outras coisas também, 'O que que de bom tu tem?' 'O que que tu fazia que era legal?'. 'O que que tu fazia que orgulhava tua mãe, porque eles falam muito dessa decepção que causaram, 'Tá mas o que que tu fazia de legal

também?’ A gente tenta tirar o que dá também, né, pra pensar no desligamento. O que a gente oferece da fundação é o programa de egressos.

Segundo as trabalhadoras, o referido programa de egressos é facultativo à participação dos adolescentes, oferece oficinas de arte, cultura, esporte, apoio escolar, apoio à inserção laboral e atividades profissionalizantes. De acordo com a portaria que o instituiu, seu objetivo é trabalhar com a inserção familiar, escolar, profissional, cultural e esportiva dos egressos da fundação de atendimento socioeducativo do estado. Deve trabalhar no planejamento, execução e articulação de políticas que levem ao acesso a direitos e diminuição das condições de vulnerabilidades. O adolescente participante recebe uma bolsa de cerca de R\$400,00 por mês. Conforme duas técnicas entrevistadas, o programa é executado por organização da sociedade civil conveniada ao estado por edital, sendo que, com a mudança de gestão do governo, o edital sofreu muitas alterações, e a entidade que antes executava o programa (com trabalho reconhecido e de longos anos) não quis se inscrever no processo seletivo. O programa estava suspenso, sem receber novos egressos, pois a entidade selecionada pelo edital é de outro estado da federação e ainda não tinha estrutura montada para recebê-los.

Na cidade de médio porte, os trabalhadores são coesos na descrição do planejamento: com a chegada do adolescente, é realizado um ‘diagnóstico’ da situação dele, praticamente nos mesmos termos do outro centro, identificando necessidades, redes de suporte, como o relato abaixo indica.

Que nem, quando o menino chega, precisa levantar o diagnóstico dele, porque não é só no final da medida que a gente vai preparar pra ele ir embora, a gente tem que começar a preparar isso desde quando ele chega, organizar, né, entender um pouco o que aconteceu, o que levou ele, né, a infracionar, quem é essa família, o que é que a família tava fazendo, né, onde que ela deixou de atuar, né, é todo esse diagnóstico, a partir do momento que a gente tem um diagnóstico dessa família, a gente vai inserir algumas metas pra esse menino no cumprimento da medida, tanto pro menino quanto pra família também. A gente vai trabalhar um pouco com essa família, nós vamos articular com a rede, porque é muito importante também a rede trabalhar, até porque a vida do menino aqui é pequena, né, a vida dele é lá fora, né?

Essa Fundação constrói com os adolescentes ‘metas’ que devem ser atingidas durante a internação e podem ser revistas durante o processo. A saída do adolescente passa por atingir essas metas que o tornariam capaz de envolver-se em um cotidiano necessariamente diferente do que o estabelecido antes da internação. Duas trabalhadoras disseram que, por vezes, as famílias impõem decisões aos adolescentes, como mudança de cidade ou de casa com o fim

de afastá-lo do ambiente, dos amigos, para que tenha outro projeto de vida. Percebemos que, desde a perspectiva das fundações e das famílias, há de se atentar a quais elos irão compor o cotidiano dos adolescentes.

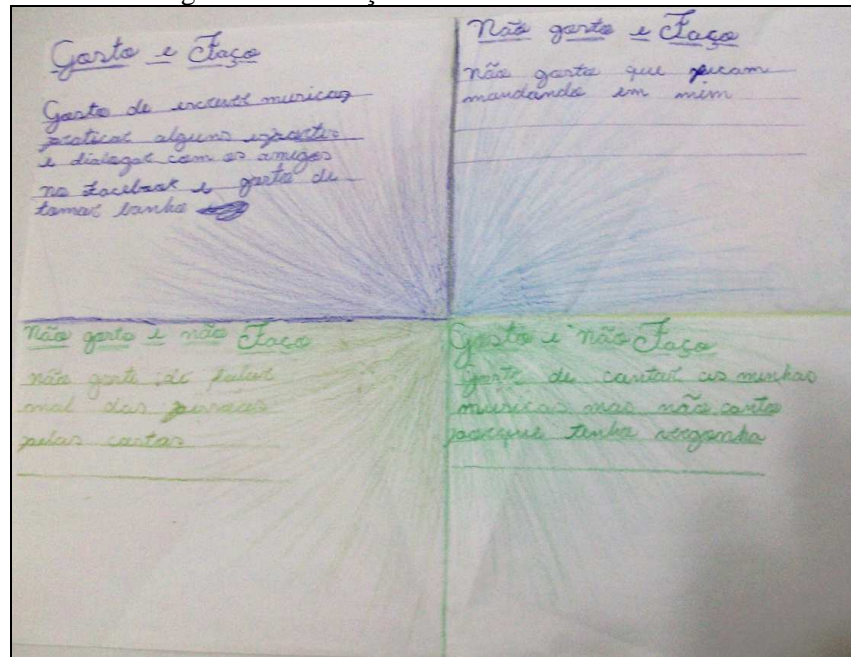
3.3 Descrição das Atividades e Estratégias de Aproximação

A proposição inicial das atividades de campo foi realizar um Grupo de Atividades como recurso para aquisição de dados de pesquisa, tendo como pressuposto as atividades e oficinas em terapia ocupacional (SILVA, 2013; PEREIRA, MALFITANO, 2014). Objetivou-se abordar os projetos dos jovens para o futuro momento de seu retorno à comunidade. Como estratégia, optou-se por realizar algumas atividades que pudessem ser replicadas em diferentes grupos. O espaço grupal também foi tomado como espaço de escuta sobre os desejos, aspirações, limites e possibilidades após a internação. Nos encontros em ambas as fundações, foram desenvolvidas as mesmas atividades.

A primeira atividade, Atividade 1 – Gosto e Não Gosto, buscava identificar o que eles gostavam e não gostavam de fazer e o que faziam ou não, expressando desejos, realidades, possibilidades de cada universo. A folha de papel era dividida em quatro quadrantes e, em cada um, havia um título indicando o que cada um escreveria: “Gosto e Faço”, “Gosto e Não Faço”, “Não Gosto e Faço” e “Não Gosto e Não Faço”⁷. Apresenta-se, na Figura 04, um exemplo de atividade realizada.

⁷ Foram elaborados quadros com a sistematização dos conteúdos trazidos pelos guris; eles constam do apêndice desta dissertação.

Figura 04 - Produção Ilustrativa da Atividade 1.



Fonte: Produção dos adolescentes.

Após essa atividade, seguiu-se a discussão utilizando as produções para a conversa e expressão verbal livre. Ao final da discussão, os jovens receberam nova folha de papel e lhes foi solicitado que registrassem ali o que lhes era muito valioso, algo muito importante e que desejassem manter com eles próprios, o que guardariam em um baú de tesouros: Atividade 2 – dos Tesouros.

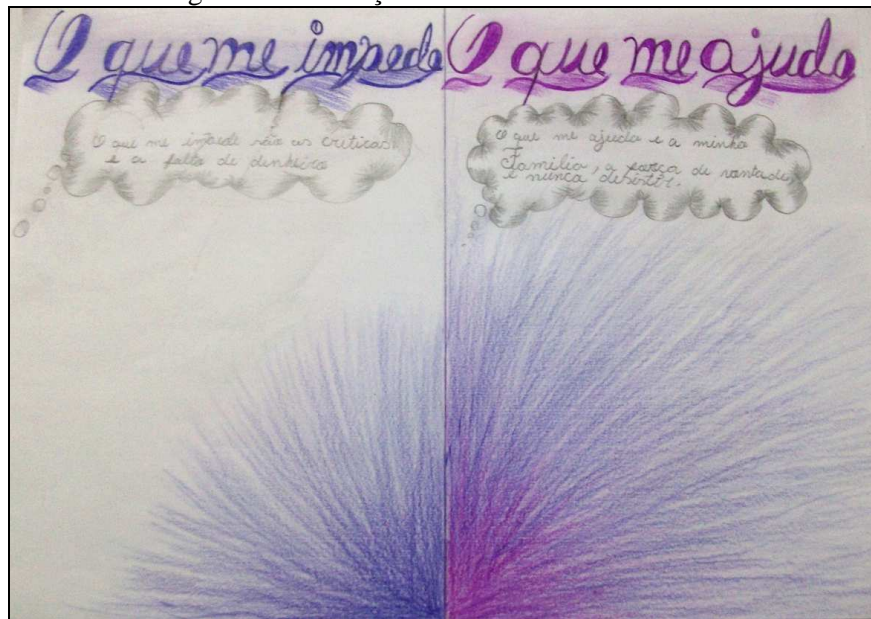
Figura 05 - Produção Ilustrativa da Atividade 2.



Fonte: Produto dos adolescentes.

No encontro seguinte, retomamos a atividade dos tesouros e pedimos que registrassem em uma folha o que lhes impedia e o que lhes ajudava a ter em seu cotidiano o que eles valorizavam: os seus tesouros. Novamente pedimos que dividissem a folha, agora em duas partes, Atividade 3 – O que Impede e O que Ajuda. O objetivo era registrar o que os impedia e o que os auxiliava a ter em seu cotidiano o que lhes era mais valioso. A esta atividade também seguiram discussões disparadas pelos registros gráficos dos guris.

Figura 06 - Produção Ilustrativa da Atividade 3.



Fonte: Produção dos adolescentes.

Faz-se necessário mencionar que os jovens escolhiam se poderíamos levar suas produções para a Universidade ou se deveríamos deixar em seus pertences para que pudessem levar para casa ao saírem da internação. O número de adolescentes que quiseram ficar com sua produção variou entre as turmas e entre as atividades, por vezes sentíamos uma valorização que tendia a reter as produções, outras ou um movimento de ‘quero que a senhora guarde’, ou, ainda, ouvíamos: “pode mostrar lá na Universidade, senhora”.

Como uma segunda etapa da pesquisa, para ampliar a compreensão do planejamento da saída de um guri de uma internação de cumprimento de medida socioeducativa, propôs-se aos jovens encontrá-los após sua saída. Esse momento da pesquisa consistiria em encontros após a saída da internação, com a proposta de compartilharem o que gostam sobre o seu cotidiano.

Os encontros foram apresentados de forma a nos colocar à disposição para auxiliá-los no que necessitassem, e demos a possibilidade de seguir os encontros com a finalidade a ser

construída junto aos gurus, atendendo a demandas apontadas por eles no tocante ao retorno ao convívio comunitário. Eles saíram da internação com esse acordo estabelecido.

Quatro adolescentes aceitaram ser acompanhados em um espaço maior de tempo do que o de duração dos grupos, de forma a aprofundar as questões relacionadas ao tema da pesquisa, tendo como base o acompanhamento territorial (LOPES, BORBA, CAPELLARO, 2011).

3.4 A Formação dos Grupos de Colaboradores e o Primeiro Ponto de Análise

Descreveremos neste subitem como se deram as articulações e pactuações para efetivação do trabalho de campo no centro socioeducativo da metrópole, e contaremos, também, o processo desde a solicitação até a autorização da realização da pesquisa na cidade de médio porte, enfocando as dificuldades de realização do trabalho dentro dos centros de atendimento socioeducativo, principalmente em relação às possibilidades dos colaboradores. Compreendemos que há dificuldades intrínsecas a todo trabalho de campo em uma pesquisa, mas o vivido no processo desta pesquisa traz em seu bojo características do cotidiano de fundações de internação, com similaridades a uma instituição total.

O Centro de Atendimento da metrópole foi o primeiro de cuja Fundação recebemos o aceite em realizar a pesquisa, e, de fato, o processo administrativo não tardou tanto. Após contato verbal e autorização formal emitida, seis meses depois da solicitação, organizei-me para realizar as atividades no centro aos sábados.

A apresentação da proposta para participação na pesquisa foi realizada por meio de um encontro grupal com seis adolescentes que teriam saída nos meses seguintes a fim de me apresentar e explicar brevemente a proposta do trabalho, fazendo o convite para a conversa individual. Dos seis, quatro aceitaram colaborar com a pesquisa, um aceitou ‘conversar’/‘falar’ somente após sair da internação, disse que não conseguiria falar “lá dentro”, e outro não aceitou participar de nenhuma forma e em nenhum momento, afirmando que havia se tornado pai e não desejava manter nenhum vínculo com a medida socioeducativa ou a internação.

Ao primeiro sábado de apresentações, seguiram-se as entrevistas com a equipe e os aguardados encontros grupais com os adolescentes⁸ durante os sábados seguintes. Foram realizados encontros individuais, preparatórios ao grupo de atividades, com os quatro guris; o objetivo era apresentar a proposta da pesquisa, esclarecer dúvidas e conhecer um pouco mais da história de cada um dos integrantes do grupo. Nesse momento, foi feita a proposta dos encontros após a saída da internação, a segunda etapa da pesquisa.

Na segunda semana, três dias antes do sábado agendado para início do grupo, fui informada de que o contexto local havia mudado e de que não era mais indicada a minha presença aos sábados. Na semana anterior, quase a totalidade dos guris da ala havia brigado entre si; segundo os trabalhadores, a motivação era a rivalidade entre facções criminosas às quais os guris se filiam. Uma vez que os fins de semana são caracterizados por haver menor presença da equipe técnica e administrativa, não haveria, portanto, condições que garantissem minha segurança, e, assim, minha atividade no sábado daquela semana, e das outras, foi suspensa. Com isso, fui orientada pela direção a buscar a equipe técnica com total liberdade de horários, independentemente da rotina dos guris. Contudo, os trabalhadores disseram não existir tal disponibilidade, uma vez que não havia espaço físico (inclusive para eles próprios realizarem seus atendimentos) e que não seria viável organizar dessa maneira os encontros por mim propostos devido à dinâmica e aos horários que acontecem o banho e café da manhã, atividades organizadas por outra equipe, a de segurança/agentes socioeducativos (nesta ala as aulas ocorrem no período da tarde, sendo possível realizar os encontros com os guris somente no período da manhã).

Mantive conversas com o maior cuidado possível, mas em cada contato um me direcionava ao outro, em um circuito fechado de bate-volta e de repetidas falas e justificativas (todas plausíveis e justificadas naquele contexto). Enquanto isso acontecia, fiz entrevistas com os trabalhadores, os dias correram e se aproximava a semana da audiência dos guris com quem eu já havia feito as entrevistas e convidado à participação na pesquisa. Por coincidência (e por sorte), outro ator institucional entrou em cena e viabilizou os encontros com os guris nos três dias anteriores à audiência; a equipe da ala, tanto técnica quanto da segurança, foi muito flexível em disponibilizar novos horários e espaço físico para realizar os encontros durante a semana anterior à audiência dos guris. Geralmente, se um adolescente tem previsão de saída, ela acontece poucas horas após a audiência.

⁸ Dois dos quatro adolescentes do grupo tinham 16 anos de idade, e os outros dois tinham 18 anos.

Soma-se a isso o fato de que, por questão de segurança indicada pela equipe, os quatro gurus da pesquisa não puderam compartilhar o espaço grupal, pois pertenciam a grupos rivais, tendo sido organizadas, então, duas duplas de participantes (conforme orientação da equipe de socioeducadores). Além disso, a dinâmica para mover algum guru da ala para atendimento toma tempo (por mais solícita e ágil que seja a equipe de segurança e de educadores), e esse tempo deve estar previsto para organizar qualquer atividade, principalmente as que não são rotineiras. Houve, ainda, uma situação em que a equipe trouxe o adolescente “errado” para o grupo (os dois gurus tinham nomes compostos e um deles era o mesmo de um dos nomes de um dos gurus colaboradores); ele ainda disse para a agente: “Viu, dona, eu disse que não era eu! Eu não tenho atendimento de grupo”. Enfim, com esse novo contexto, as horas de trabalho previstas diminuíram significativamente, acabaram acontecendo apenas três encontros com pouco mais de uma hora e meia com cada dupla.

As condições de precariedade das instalações físicas também refletiram em empecilhos para o trabalho. Por não haver espaço físico nem para os atendimentos da equipe técnica, a cada dia a equipe destinava uma sala para os encontros com os gurus. O acesso aos quartos era dividido em partes separadas por pesadas portas de ferro com grade e, em cada uma das partes desse corredor, ficava um tipo de estrutura: salas de segurança, consultório médico ou odontológico; na seguinte, as salas de aula; na próxima, o refeitório.

Cada uma dessas partes tinha uma dupla ou trio de agentes, cada um deles com diferenças sutis (ou nem tanto) na conduta. Houve dia em que ninguém se importou em eu ficar de porta fechada com dois gurus em uma sala. Uma das vezes, fechei a porta e, ao fechar uma janela basculante que havia no alto da parede, algum agente a abriu, pensando que ela estava estragada por ser antiga e havia aberto sozinha por eu não tê-la fechado com a força necessária; assim, eu a fechei pela segunda vez. Na terceira vez que a fechei, essa pessoa colocou uma garrafinha de água mineral de 500ml entre suas folhas para que eu não a fechasse novamente. Segui o encontro com os gurus, estarecida com o ocorrido, e os gurus acenando negativamente com a cabeça, mas totalmente conscientes do que acontecia.

Outra situação que ilustra a análise a seguir é a postura desconfiada de um dos gurus durante o grupo. Como previsto no nosso acordo inicial, ele pedia constantemente para que o gravador⁹ fosse desligado, ao que era atendido, mesmo que depois permitisse que o ligasse novamente. Estava materializada na concretude do gravador a posição de vigilância da

⁹ Esta fundação autorizou gravações de voz das entrevistas com os adolescentes e trabalhadores para esta pesquisa.

instituição total. A instituição deve estar ciente do que seus internos dizem e até pensam, o espaço privado deve ser evitado ao máximo para que ela cumpra sua função de normatização.

Nesse contexto, as dinâmicas institucionais, sua estrutura física e relacional impuseram sérias barreiras ao trabalho. Reforçamos, aqui, que compreendemos a necessidade imperiosa de proteção e segurança da integridade física dos adolescentes, assim como dos trabalhadores e da própria pesquisadora, mas, em se tratando de uma instituição de internação, muitas vezes configurada como uma instituição total, consideramos importante sublinhar as dificuldades.

Após a realização das atividades, não foi possível proceder à segunda etapa, de acompanhamento dos adolescentes, pois, com o número de adolescentes que concordaram em participar reduzido a quatro, as dificuldades em encontrá-los não foram superadas. Primeiramente, os contatos telefônicos foram infrutíferos com um dos guris, com outros dois eles foram possíveis por uma e duas vezes, respectivamente, em que consegui contato somente com uma prima e uma ex-namorada. Após esses contatos, os números também passaram a atender com mensagens automáticas de caixa postal ou de telefone desligado. Considerando o contexto local de enfrentamentos constantes entre grupos ligados a atividades criminalizadas e a veemente recomendação dos trabalhadores pelas questões de segurança urbana, os guris não foram procurados em suas casas. O quarto guri teve sua internação estendida e, até o fim do trabalho de campo, seguia internado.

Já na Fundação da cidade de médio porte, as tratativas para o trabalho de campo demandaram tempo e dedicação (desta vez, de toda a equipe do METUIA). A proposta de pesquisa foi acolhida pelo Centro, que nos orientou sobre os procedimentos administrativos necessários para iniciar a tramitação do projeto na Fundação para apreciação e possível aceite da proposta de pesquisa. Com a aproximação do Projeto METUIA ao centro de atendimento socioeducativo, surge também a possibilidade de trabalhar não somente com a pesquisa, mas também com uma atividade de extensão com os adolescentes internados. Assim, a partir de reuniões com a equipe e escuta de sua demanda de ações em parceria com a Universidade, propusemos um projeto de atividade grupal que tratasse da preparação para saída, com discussão de projetos de momento de vida e acompanhamento territorial de alguns deles após a saída, com o intuito de dar suporte à concretização dos projetos, além de trabalhos diretamente com a equipe, por meio da participação em reuniões regulares.

Nesse ínterim, fomos autorizadas a realizar uma atividade nas férias para aproximação à unidade e conhecimento dos adolescentes. Na ocasião, realizamos 8 encontros grupais, no

próprio espaço do centro, com a participação de 55 adolescentes, de 14 a 19 anos, internados e divididos em 4 turmas, com pouco mais de 2h30min cada.

A solicitação de autorização para realização da pesquisa foi primeiramente indeferida sob o argumento de interferir na rotina de atividades dos adolescentes. Elaboramos uma carta com pedido de reconsideração, embasando a solicitação citando a discussão do projeto em andamento e que os dados da pesquisa poderiam advir do trabalho de extensão proposto. Esse argumento não foi suficiente, e a pesquisa foi novamente indeferida. Solicitamos nova reconsideração e decidimos propor que o grupo de atividades fosse realizado aos finais de semana. Essa terceira proposta também foi indeferida, sob o mesmo argumento. Parecia-nos que o contato com os adolescentes internos era realmente muito restrito. Como o tempo para cada etapa de análise pela administração estadual da Fundação era muito dilatado, já não havia mais possibilidade de realizar a primeira etapa da pesquisa; abrimos mão dela e solicitamos a realização das entrevistas com os técnicos e gestor e acesso aos dados dos adolescentes egressos daquele centro localizado na cidade de médio porte para a realização do acompanhamento territorial.

Durante a espera da resposta, o centro novamente nos convidou para realizar atividade durante as férias escolares dos adolescentes internados (agora já nas férias de inverno!). O grupo METUIA decidiu pelo mesmo formato dos grupos realizados anteriormente. Naquela ocasião, realizamos outros oito encontros grupais, com a participação de 53 jovens, novamente divididos em quatro turmas. Um mês depois do término da atividade de férias, recebemos a notícia de que o último pedido para realização da pesquisa havia sido aprovado. Com muita disponibilidade e prontidão, os profissionais envolvidos construíram todas as condições para o campo iniciar imediatamente. Entretanto, a atividade de extensão proposta pelo Projeto METUIA não foi aprovada, apesar das tentativas de diálogo com os gestores da equipe central de administração estadual da Fundação.

Assim, os grupos realizados na cidade de médio porte estão relacionados a atividades nas férias (janeiro e julho) que o Laboratório METUIA foi convidado a realizar no local. Seguindo os mesmos percursos metodológicos, os grupos se caracterizaram como Grupo de Atividades, realizado por terapeutas ocupacionais, com foco para a preparação para a saída da internação. E foram propostas atividades que buscassem desenvolver o tema dos projetos de momento de vida após sua saída, como já descritos.

Compreende-se a delicadeza da tarefa de aceitar ou negar uma atividade de pesquisa com contato direto com adolescentes internados, haja vista a responsabilidade jurídica das fundações pela execução de medida e segurança e anonimato dos jovens ali internados.

Compreende-se priorizar a proteção da individualidade, privacidade e intimidade dos adolescentes, não os objetificando; compreende-se até mesmo a manutenção de questões institucionais dentro dos muros da instituição, sem lhes dar visibilidade, por não ter a garantia de uma relação respeitosa com as pesquisas realizadas pela Universidade. Mas se ponderam os fartos ganhos que a atividade de pesquisa pode trazer ao trabalho e ao desenvolvimento das mesmas fundações. Pesquisas sobre a medida socioeducativa de internação sem o contato com os adolescentes durante o período podem ter sérias restrições para alcançar determinados objetivos e produzir conhecimento sobre aquela dura realidade.

Defende-se a aposta de que é possível construir uma relação respeitosa entre as fundações de execução de medida socioeducativa de internação e universidades, com a construção conjunta de projetos de pesquisa e de extensão que contribuam mutuamente aos interesses envolvidos. Uma relação que permita a conversa sobre as delicadas questões envolvendo o trabalho nos centros de internação e construa alternativas às dificuldades encontradas pelos trabalhadores e gestores.

Descreveremos, a seguir, as questões relativas ao estar e realizar os grupos na instituição de internação. O primeiro ponto que destacamos refere-se ao fato de que os grupos com os jovens no centro de atendimento socioeducativo desta fundação ocorreram em salas de aula e de atividades cuja acústica não favorecia a conversa. Qualquer fala de mais de uma pessoa ao mesmo tempo amplificava o som, tornando o ambiente ensurdecedor e as frases, incompreensíveis, contexto adverso para a prática de grupos.

O segundo ponto refere-se à distância entre o que a instituição de socioeducação espera ouvir dos adolescentes e o que eles realmente desejam falar, especificamente em se tratando do tema da sua relação com as atividades criminalizadas e sua motivação para construir outro percurso de vida que não inclua o ilegal após a sua saída.

Para a efetivação do grupo de atividades, foi necessário compor o ambiente com os gurus. Iniciamos o primeiro encontro tratando do nosso lugar na Universidade, de nossas intenções de trabalho, que elas não compreendiam qualquer julgamento ou avaliação moral de suas escolhas ou opiniões, que chegávamos àquele espaço com profundo respeito e sigilo ao que fosse dito ali. Principalmente, asseguramos que nada do que nos fosse dito seria repassado a qualquer integrante da equipe da fundação ou ao juiz. Faz-se necessário sublinhar que os grupos acolheram a nossa proposta, uns gurus se expunham mais e outros menos, como em qualquer grupo. No segundo período de férias, a atividade desenvolveu-se com mais tranquilidade, pois alguns dos gurus seguiam internados e nos reconheceram, iniciando o trabalho de forma mais leve e confiante. Durante os encontros grupais, fomos desenvolvendo

(os adolescentes e nós) uma forma de falar abertamente sobre seus desejos, pretensões, posicionamentos em relação a pontos que talvez não fossem os esperados pela instituição.

Assim, a presença quase que constante de agentes socioeducadores nas salas durante os grupos foi o que manteve, por muitas vezes, o caminho fechado para conversas no grupo maior. Neles, descobrimos, por exemplo, que os jovens usam o alfabeto da LIBRAS¹⁰ para conversar entre eles de forma que os agentes não tomem conhecimento do conteúdo.

Raros foram os agentes considerados, na avaliação dos adolescentes, aptos a testemunhar uma conversa aberta do grupo; assim, fomos encontrando formas protegidas de conduzir os grupos. Uma delas foi tangenciar temas considerados “proibidos” ou que trariam algum prejuízo ao adolescente; quando o agente saía da sala, tratávamos da questão, interrompíamos a frase e a completávamos “esquizofrenicamente” com algum tema afim. Cabe destacar que os agentes de dentro das salas muitas vezes permaneciam sentados junto a outros nos corredores, do lado de fora das portas das diferentes salas, conversando entre si, o que criava um ambiente barulhento do lado de fora, pela característica acústica do local usado por nós como justificativa para encostar a porta. Algumas vezes, os agentes entravam e, outras, eles permaneciam do lado de fora, entrando e saindo.

Outra estratégia encontrada por nós foi iniciar o grupo da manhã com uma conversa com todos compondo uma grande roda e, depois, para a execução da parte gráfica do trabalho, pedíamos para os guris se dividirem em grupos menores, de acordo com suas afinidades. Nesse momento, o barulho que criávamos era intenso, mas estar entre três ou quatro pessoas permitia escutar e ser escutado sobre qualquer tema. Ainda assim, alguns guris não se sentiam confiantes e preferiam expressar-se por escrito, estratégia à qual recorreremos algumas vezes, sempre respeitando as intenções de cada um deles. Como já explicado no item anterior sobre as atividades, as atividades gráficas também atualizavam a questão do que pode e do que não pode ser dito, com a previsão das sanções que a instituição promove a quem não internaliza novos hábitos e discursos.

Assim, de forma improvisada, fomos criando estratégias de construção de espaços de fala e escuta conforme as situações se apresentavam. Esse conjunto de situações reforça nossa ideia de que a instituição total é ainda muito viva e ativa enquanto instrumento de normalização nos centros de internação para atendimento socioeducativo. À instituição total nada deve escapar, ela tem controle sobre o que é dito e deve funcionar como meio de manter

¹⁰ Língua Brasileira de Sinais, utilizada para comunicação gestual na comunidade de surdos.

a norma, de corrigir, no caso, o comportamento desviante de adolescentes envolvidos com atividades criminalizadas.

No que tange às contribuições dos técnicos, foram feitas entrevistas, no espaço físico das fundações, durante o horário de trabalho deles. O roteiro para a entrevista semiestruturada utilizado está disponível no Anexo A e previa conhecer se havia e como era o planejamento da saída, quais os limites e possibilidades encontradas ao longo do planejamento e como viam o posicionamento da instituição frente ao planejamento da saída dos guris.

Os agendamentos com os profissionais ocorreram sem empecilhos ou conflitos de atividades para além do previsto de se entrevistar alguém em seu local e horário de trabalho (como disponibilidade de salas e a gestão do tempo dos profissionais). O que cuidadosamente destacamos é de ordem relacional e que, ao nosso ver, também se relaciona com o tipo de instituição onde essa etapa da pesquisa ocorreu. Alguns profissionais ficaram temerosos em serem entrevistados, tentavam checar se a sala estava bem fechada, perguntavam se ninguém poderia ouvir o que conversávamos, por vezes falavam baixo e próximo ao gravador, alguns disseram para retirar conteúdos específicos da entrevista, e houve inclusive recusas em participar da pesquisa com alegação de medo em ser identificado e perseguido institucionalmente.

Novamente, o “clima” de que há coisas que não podem ser ditas se apresentou. Dessa vez, entre os trabalhadores. A instituição total organiza-se de forma que o externo não seja comunicado de suas práticas, sua prática real não pode ser diversa ao que ela comunica ao “fora” como sua missão, no caso, a ressocialização de adolescentes.

A instituição total evita ao máximo a exposição de suas práticas, principalmente as física e subjetivamente violentas, ela não se sustenta sem esse tipo de ação. Assentir com o trânsito de pesquisadores em uma unidade de internação é promover à instituição sua porosidade, e consideramos este o primeiro dos muitos paradoxos com os quais nos deparamos durante a realização desta pesquisa.

4. COTIDIANOS: ELOS, APROXIMAÇÕES E POSSÍVEIS INVENÇÕES

Muitas vezes, a sensação que tenho é que os guris estão fechados em uma estrutura na qual não deixam qualquer um entrar. Em raros momentos, era como se abrissem uma pequena fresta, nos olhassem por ela e se perguntassem: “dá mesmo pra confiar?” (trecho de anotações do diário de campo).

4.1 Vulnerabilidades Que Se Somam

A associação entre pobreza e criminalidade é quase inquestionável quando falamos da população “adolescentes em conflito com a lei”, principalmente numa relação causal; é possível encontrá-la tanto em registros acadêmicos quanto no senso comum. Ainda assim, existem discursos que buscam apresentar essa relação desde outra perspectiva. Tomando como ponto de partida a situação de vulnerabilidade à qual algumas famílias estão expostas e compreendendo a seletividade criminal, que foca nessa população, compreendemos as ações de criminalização como mais uma forma de vulnerabilização em suas vidas.

O primeiro destaque que fazemos traz o relato de dois guris sobre o contexto ou de como se deu seu envolvimento com os atos infracionais para garantir o suporte material familiar, uma vez que vivem com severas dificuldades financeiras. Adriano¹¹ nos relata:

É que ela tem um monte de filho né? Meus irmãozinhos tudo...e eu tava roubando e tava ajudando. Meu padrasto também é do crime, só que ele também era do tráfico.[...] Minha mãe nasceu, morou com meu vô, no caso eles brigaram e mandaram ela embora, e no caso ela foi lá pra Santa Catarina, e aí ela conheceu meu pai, tá ligado? Aí ela começou a namorar meu pai, começou a trabalhar em uma boate e ficou lá. Daí passou um tempo e ficou grávida do meu pai, que era eu.

Destacamos também a história de Fernando, que não sabe dizer o motivo, mas não se sentia acolhido em sua família e encontrou acolhimento junto a um dos patrões do tráfico de um bairro próximo ao seu. Mudou-se para a casa desse outro jovem, que tinha cerca de 24 anos à época, segundo Fernando.

¹¹ Todos os nomes dos guris foram trocados por questões de sigilo e segurança.

Eu andava na rua, dona [...] tinha família, tinha pai e mãe...irmãos. Mas andava na rua, ia pra casa dele, ele me tratava como filho, me dava tudo, comida, roupa, eu dormia lá. Me dizia: 'Que tu qué aqui, vai embora!' Mas me passava a mão na cabeça, me dava tudo. Não sei por quê.

Adriano também faz um relato de ter construído identificações, filiações, com outros jovens ligados a atividades criminalizadas e de ter encontrado guarida na figura de seu patrão, que também o criou.

Ah, já comecei com uns onze (anos), com dez eu já tava perto, com onze eu já tava com os grande. [...] mas vai, é da família, e esse é meu patrão da rua, né? 'Vou criar ele, não sei o que', e aí eu comecei a assaltar carro, comecei a assaltar os mercados, a roubar, traficar, um monte de coisa. E aí foi, seguiu a vida... Agora eu tô aqui.

Os trabalhadores das duas instituições pesquisadas também destacaram a vulnerabilidade vivida pelas famílias dos jovens. Conforme pode ser observado no trecho da entrevista de uma trabalhadora, em que ela afirma tentar compreender o histórico das famílias e seus contextos:

Quando eu falei disso, da acolhida, é também compreendendo essa mãe e esse pai, em uma história também de não acolhidas. Assim, não de um julgamento da família do tipo "Ai, ele não tem uma família que cuide", não nesse sentido. Então, entendendo a complexidade que essas pessoas também vêm né? De um histórico na família, de abandonos. E, eu não atendi essa família ainda porque esse menino chegou agora, mas não sei o que se passou ali, mas a gente percebe na fala das mães, que são as pessoas que mais acompanham, de mulheres que sofreram violência, que também se viraram sozinhas muito cedo, com muitos filhos e com essa dificuldade de cuidado, dificuldade de acesso à renda, uma renda digna, que te permita oferecer pro teu filho... que tu possa tá em casa cuidando, que tu não precise sair de casa às cinco da manhã e voltar às oito da noite cansada de ter trabalhado o dia inteiro cuidando dos filhos dos outros e aí tu já não consegue dar conta dos teus. Então não sei dizer o que dá errado, mas eu consigo dizer várias coisas que aparecem pra nós.

Apoiamo-nos em Goldani (2015), que, percorrendo as políticas brasileiras para infância e adolescência, afirma existir a crença de que as famílias pobres são “desestruturadas” e que essa inadequação pode ser também responsável pelas dificuldades pelas quais as crianças e adolescentes passam. O sistema de justiça juvenil torna-se, nesse contexto, o principal motor de criminalização dos jovens pobres. A referida autora também desvela a relação entre o sistema socioeducativo e a persistente perspectiva de criminalização da pobreza.

Uma das trabalhadoras expressa o sentimento de impotência e incerteza quanto às saídas possíveis para as situações construídas anos atrás nas vidas dos jovens. Trazemos trecho de entrevista como ilustração:

Eu acho que teria esse caráter mais protetivo lá antes, e [...] por exemplo, eu tava atendendo um adolescente aqui que ele já tá morando sozinho desde os 11, 12 anos, dos onze pros doze anos. Ele saiu de casa porque, o que ele traz, né, o sentimento dele, assim, a mãe tinha um novo namorado, tinha as coisas dela, o pai organizou a família de uma outra forma depois da separação, e ele não se dava bem nem com um nem com outro, porque eles cobravam muito dele, e aí o amigo, que é o patrão, né, que é o gerente da boca, convidou pra morar na casa dele e ele foi, que é um cara de 24 já, que é um jovem também, né, que assumiu ele, então eles moravam juntos, ele começou a trabalhar no tráfico porque ele quis contribuir de alguma forma, porque ele tava recebendo esse apoio. E aí ele teve acompanhamento do Ação Rua, das ONGs, educadoras, ele traz nome de assistente social do CRAS [Centro de Referência de Assistência Social], ele traz nome de conselheiro que acompanhou, e que assim, acessou vários recursos de rede. Mas mesmo assim ele continua no tráfico porque ele tinha esse... esse vínculo com esse cara que ofereceu coisas pra ele, que a família acabou não oferecendo, a escola também não tinha esses atrativos. E ele disse hoje, com 16 pra 17 anos, que ele vai sair e a ideia dele é continuar na rua com esse cara. E aí né, o que a gente faz com essas informações, a gente se sente um pouco...: “tá o que a gente faz com isso agora?”

O descrito pelas trabalhadoras da Fundação da cidade de médio porte não difere do descrito pelos trabalhadores da outra cidade, no que tange à situação das famílias: a vulnerabilidade já existe há tempo, segundo elas, e as condições materiais e de suporte são insuficientes para garantir maior proteção às crianças, agora adolescentes.

A gente vê as famílias dos adolescentes muito vulneráveis, né, muitas vezes a mãe é sozinha, né, não tem um trabalho formal, é um trabalho meio esporádico, muitas vezes não tem uma casa própria, isso dificulta, porque, além de não ter um trabalho formal, tem a questão de pagar um aluguel, são muitos filhos, não têm condições de cuidar de todos os filhos, né, estão muito vulneráveis mesmo. Muitas vezes o pai dessas crianças, cada um é de um pai, muitas vezes não recebe pensão alimentícia, as famílias não conseguem se organizar nesse sentido por conta dessas questões, a própria... Muitas vezes a mãe ou o pai estão presos, muitas vezes já passaram pelo sistema prisional por conta de envolvimento... São famílias muito vulneráveis, baixa renda, poucos recursos da própria comunidade, projetos mesmo, políticas públicas pra essas famílias, inserção em projetos, geração de renda, a gente vê que não tem o mínimo do mínimo, então são essas dificuldades que a gente vê que as famílias apresentam. A gente vê que essas famílias não conseguem lidar com essas situações dos adolescentes, muitas vezes elas não entendem as situações, elas desconhecem, assim, o uso de droga, o envolvimento dos meninos, não sabem quem são os amigos deles, não sabem os lugares que eles frequentam, não sabe as questões

escolares, não sabe o que está acontecendo na escola, se ele está frequentando, se ele está indo bem, né, é onde elas não conseguem limitar mesmo o adolescente, né, onde as coisas acabam assim, se perdendo, são muitas questões familiares, cada um com a sua complexidade, né... Assim, bem individual mesmo.

Pensamos ser importante trazer esse conteúdo, pois fala de algo importante a ser considerado no desenvolvimento de crianças e adolescentes: o acolhimento, a segurança material e afetiva. Buscamos, com isso, problematizar o contexto em que se criam as condições que as famílias têm em prover as necessidades materiais e afetivas de seus filhos, em algumas situações elas são marcadas por fortes privações materiais.

Tais dificuldades não se limitam aos cuidados das crianças e adolescentes, tendo as famílias de baixa renda problemas em ter boas condições de habitação, mobilidade, alimentação e para desenvolver-se profissionalmente. Se as famílias se desenvolvem em duras condições, isso refletirá nos cuidados com os filhos; cabe aqui perguntar: qual seria o suporte necessário a cada família para melhorar suas condições de vida? Nossa sociedade tem fortes contrastes sociais e de acesso a direitos, não nos é confortável o lugar comum de imputar às famílias e aos indivíduos seu sucesso material ou seu fracasso por não ter melhores condições de habitação ou melhores salários. A estrutura de serviços assistenciais e educacionais pode até ser capaz de minimizar os efeitos da pobreza para algumas famílias, mas as diferenças persistem e muitas famílias seguem em situação de vulnerabilidade. Compreendemos que se trata de processo social em que está previsto que a maior parte da população não terá acesso à proteção social, viabilizando o díspar enriquecimento de outra pequena parcela da população.

Tejadas (2005), buscando compreender as condições de adolescentes que reinternaram por ato infracional e seus familiares, apresenta achados importantes sobre as políticas do Estado para promoção e restabelecimento da proteção às famílias e aos adolescentes. Em seu estudo, evidencia-se o não acesso a políticas ou sua desvinculação a elas por não representarem o ideal social de adolescente ou de família pelo comportamento em sala de aula, ou pela não frequência em cursos profissionalizantes, entre outros motivos. Aponta, ainda, que tais políticas caracterizam-se pela fragmentação em setores, sem articulação para buscar maior efetividade em seus resultados.

Não é nossa intenção criar uma relação de causalidade entre vulnerabilidade e envolvimento com atos infracionais; menos ainda aderir à tese culpabilizadora das famílias pelas suas condições. Consideramos que o contexto em que vivem é resultado de profundos processos histórico-sociais e nos apoiamos em Castel (1998) para compreender os processos de proteção social. Uma vez que a proteção da família mostra-se claudicante, a proteção

secundária deveria ser provida por serviços, instituições. A partir do trabalho de campo, o que vemos na realidade dos guris e suas famílias é que suas condições já não eram favoráveis à proteção antes do momento atual; os serviços de suporte têm sérias dificuldades em exercer suas funções, que poderia amenizar as precárias condições das famílias.

Essa vulnerabilidade dos serviços que acompanhavam as famílias dos guris internados é clara aos olhos dos operadores da socioeducação, a insuficiência de recursos, de trabalhadores, às vezes de projeto para um acompanhamento longitudinal no tempo não consegue promover proteção suficiente às crianças e adolescentes, estreitando laços de cuidado.

Porque, algum caso a gente vê que, a rede, assim, em condições bem vulneráveis, a gente viu que algumas coisas não foram feitas, e que agora é muito mais difícil trabalhar, cuidar, a família extensa também não quer, então se torna um problema maior mesmo, porque não se trabalhou as questões que deveriam ser trabalhadas, né. Às vezes na infância, na pré-adolescência, e agora infelizmente as coisas estão piores, estão vulneráveis mesmo, tanto a família quanto o adolescente, e quando o adolescente começa infracionar muito cedo, pra gente tirar isso dele, meio que, vamos dizer assim, esse vício que ele já tem é muito difícil.

Uma trabalhadora da cidade de médio porte diz que a equipe tem desejo em trabalhar pelos guris, mas infelizmente a instituição não consegue completar o quadro da equipe psicossocial, que atualmente tem dois de seis profissionais previstos. O que, segundo outra funcionária, é sentido pelas outras áreas da equipe, como segurança e pedagógica, conforme relato a seguir:

O menino precisa ser atendido, ele não foi, quais são as consequências dele dentro das atividades pedagógicas dessa falta de atendimento? Você percebe a dificuldade? O menino tem alguma coisa que ele tem que falar no atendimento psico que não é pra referência da pedagogia e nem da segurança, e que vai desencadear às vezes, se não atendimento, e uma situação em sala de aula... E que aí o profissional sem o conhecimento de psicologia e mesmo que tivesse não seria esse trabalho, o foco é pedagógico, tem que contornar situações de um atendimento, um desejo do menino que seria do atendimento, da dificuldade dele que é do atendimento, ele não vai externar e vai desencadear o que? Ou em uma indisciplina em sala ou uma situação de agressividade que poderia, né, fazer um desabafo, conversar com sua técnica em um ambiente mais reservado, e às vezes não consegue garantir porque não tem profissional.

Tal quadro insuficiente de profissionais é vivido também no Centro Regional Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade de médio porte. Como forma de lidar

com a problemática, delimitaram os públicos a serem atendidos a partir de políticas específicas, no caso idosos, crianças que sofreram abuso sexual e mulheres vítimas de violência. A focalização em políticas é uma saída no combate à precarização dos serviços, mas não para as necessidades das famílias.

Outra trabalhadora da Fundação da referida cidade é específica na ausência de serviços e políticas públicas para a juventude. Reconhece que a insuficiência de serviços é de todos os setores e isso impacta negativamente nos projetos de vida dos jovens.

Acho que as políticas públicas precisam ser ampliadas pra atendimentos de jovens. Porque é a base, eu acho que assim, poucas, pouquíssimo que tem, deveria ter muito mais políticas públicas. Eu acho que tudo... mais postos de atendimento, de recepção, mais área de lazer pra esses jovens, eu acho que deveria ampliar, acho muito pouco, e olha que a nossa cidade ainda, no meu entender, é um exemplo de acordo com outras cidades que a gente atende.

Foi frequente, entre os trabalhadores entrevistados por nós, a afirmação de que algumas dificuldades em relação ao retorno comunitário dos guris residem nas famílias. Por vezes, as famílias não conhecem os serviços e seus caminhos burocráticos, não se posicionam requerendo os direitos dos guris e das famílias, o que, amiúde, impulsiona a equipe de um dos centros a fazer a busca e agendamento nos serviços. No excerto a seguir, uma das trabalhadoras também relata a defasagem escolar como efeito.

Claro que a gente vê que às vezes algumas famílias não dão conta disso, né? Por isso que muitas vezes a gente acaba fazendo isso, né, entra em contato com a escola, pra garantir a vaga do adolescente, né? Porque, querendo ou não, a família vai até lá, mas ela não conhece o direito que o adolescente tem sobre aquilo, né... a vaga dele, o direito de estudar, de estar inserido na escola e tal. E acaba não voltando (a estudar), e o adolescente acaba perdendo a vaga e o adolescente acaba não voltando pra escola. Aí eles vêm pra cá dois anos defasados, três anos sem ir pra escola, bem perdidos... Então o nosso papel é estar sempre orientando a família. Quando ele tá saindo “Óh, vai em tal lugar”, ou vai cumprir uma medida, ou vai ser acompanhada pelo CRAS, pelo CREAS...

Fica evidente que a situação relatada fala sobre algo mais do que a família não ter conhecimento sobre a burocracia/fluxos dos serviços, como veremos no item a seguir; é frequente a negação de acesso a serviços aos jovens egressos de internação. Como forma de acessar os direitos dos guris, a trabalhadora diz que é necessária uma postura mais ativa e impositiva dos atores, com apropriação sobre os direitos dos adolescentes. Compreendemos que, segundo o SINASE, é tarefa dos executores de medidas construir com os adolescentes

uma atitude cidadã, considerando seu momento de vida e suas necessidades, estabelecendo laços comunitários. Compreendemos que se trata de mais um paradoxo na trajetória de vida desses guris, os direitos não acessados por anos a fio culminam na criminalização da sua pobreza, e essa criminalização inscreve os guris na engrenagem do sistema socioeducativo que tem como uma das funções o acesso aos direitos (os mesmos que têm sido sistematicamente negados). Mas, antes que isso possa ocorrer, as portas do sistema de garantia de direitos permanecem fechadas, e tanto os adolescentes quanto suas famílias são responsabilizados por não acessarem seus direitos. A essa condição política de acesso a um direito a partir de uma condição de exceção, Teixeira (1985) nomeia de cidadania invertida, em que os sujeitos “entram em relação com o Estado quando se reconhecem enquanto não-cidadãos” (p. 401).

É a criminalização, a culpabilização e a punição da pobreza. Pensamos que a construção de uma relação dos adolescentes com seus direitos é de extrema relevância e que uma passagem pelo sistema socioeducativo não deveria gerar discursos que desresponsabilizam o Estado pela sua insuficiência e ineficácia.

Portanto, vimos que, de acordo com o encontrado em campo, a situação de vivência de vulnerabilidades de diversas ordens mantém suas famílias em situação de pobreza, e isso leva a uma conseqüente vivência de restrição material. Em uma sociedade em que o consumo é um valor determinante das relações sociais (BAUMAN, 1999), a precariedade material certamente influencia na identidade jovem e nas ambições que projeta para si. Tais restrições podem ser associadas às frequentes menções pelos jovens ao desejo pelo consumo e ostentação e o compartilhamento disso com seus pares do seu local, de seu bairro.

Como representado na ideia de Bauman (1999), os guris vivem sob a mesma sedução ao consumo imposta a toda a sociedade. Essa atração por andar com ‘carrão’, roupas de marca, ‘bombando’ não é exclusiva dos guris que se envolvem em atos infracionais. A pressão pelo consumo é o imperativo da nossa era, conforme o autor, e a inclusão se dá a partir dele, como ilustrado nos trechos das entrevistas de Anderson e Felipe:

Eu não escuto nada, é que na real dá dinheiro, tu quer andar de carro com as guria, quer andar bombando aí né, bombando 24hrs, o bolso cheio de dinheiro, roupa, tênis, relógio, corrente, boné... tu vê que não pode nada [...] aí eu tenho que correr atrás, trabalhar não dá, trabalhar é treta, mano...

Ah, dona, é tri bom tá cheio de dinheiro, andando de carrão, não uso essas roupas aqui, uso coisa boa... poder sair com as gurias, ah, dona, a senhora não entende...

Seu desejo é tão legítimo quanto o de outras pessoas, e o envolvimento com atividades ilícitas e criminalizadas pode ser uma tentativa de acessar um padrão de vida que não seria possível a partir da renda de seus pais (ou dos adultos provedores do lar) ou com a remuneração de qualquer trabalho previsto em lei para sua faixa etária. Pensamos não ser justo fazer uma associação direta do envolvimento com o ato infracional com o desejo de ostentação ou de consumo, mas fica clara a associação feita pelos adolescentes entre as necessidades financeiras para viabilizar atividades típicas da idade, a intenção de ostentar e os limites financeiros das famílias, como no relato de Cleber:

Cleber: A gente roubava porque a gente queria, pra ir pra festa...

P: Pra fazer dinheiro?

Cleber: É, dinheiro...

P: Tu queria dinheiro? Dinheiro pra festa, dinheiro pra...?

Cleber: Ah, a gente gostava de ostentar. Quanto mais dinheiro pra nós era melhor.

P: Entendi.

Cleber: Que nem, tipo assim, cara, meu pai e minha mãe trabalha, se eu pedisse um tênis pra eles ia batalhar e ia me dar o tênis, mas não ia me dar, ah, que nem, somos quatro irmãos, se eu pedisse um tênis de mil reais pro meu pai, são quatro irmãos. Ai que nem, no caso [...], o cara vê os outro lá usando, “vou comprar aquilo lá”.

A impossibilidade do consumo gera uma reação social de segregação. Lehfeld e Silva (2016) defendem o posicionamento de que, em nossa sociedade, predominam práticas segregacionistas e higienistas a partir do olhar sobre os *rolezinhos* nos shoppings. Contra esse segregacionismo justificado, os jovens utilizariam a ostentação para buscar meios de pertencimento social, de visibilidade social. Os autores tecem relações com Pereira (2014), que, em suas etnografias por bailes de *funk* ostentação em São Paulo, tece relações das produções artísticas com consumo juvenil e pobreza. Segundo o autor, a origem pobre de jovens é compensada pela imaginação de pertença a outra classe, de reversão de estigmas. De acordo com ele, o *funk* ostentação, suas letras e videoclipes proporcionam essa experiência. Assim como andar pelas ruas da sua comunidade com carro ou moto roubados ou trocados

com usuários de suas biqueiras para saldar dívida e compra de mais droga¹² é uma forma de ter visibilidade, conforme guris relataram em grupo.

Anderson também fala em querer ver-se fora do crime, mas diz que não consegue aguardar o retorno dos investimentos em estudo e trabalho; afirma que sua ânsia o faz querer buscar o que deseja de forma rápida. Ele apresenta isso como algo compartilhado entre seus companheiros, como no trecho a seguir:

Me ver sereno, trabalhando. Se pá, se fosse do jeito que os cara quisesse os cara tava trabalhando, pá, com um emprego bom, uma casa... Mas não é assim [...]. Os cara vai buscar o jeito mais rápido de conseguir as coisa. E é isso que eu acho que as pessoas não entende, sabe dona? Que, bah, eu não sei o que as pessoas têm na cabeça, que espera um tempão, nunca cresce...

Cleber também afirma que sair da internação com a pactuação de realizar o curso oferecido pela Fundação em seu programa de egressos pode auxiliá-lo a não se envolver em roubos ou tráfico, mas, por diversas vezes, menciona coisas como “ah, mas é difícil”, cita como difícil o alto retorno financeiro que as atividades criminalizadas lhes dão quando comparado à bolsa que o programa de egressos oferece ou a um salário/remuneração por algum serviço que ofereça. Consegue balizar o retorno financeiro com o risco de morte e a perda da liberdade que o envolvimento em atos ilícitos pode ocasionar.

Cleber: Ah, tentar fazer o curso que eles oferecem, sair daqui e continuar fazendo na rua, porque é legal esse curso. Não é muito que o cara ganha né, mas, ah, o cara ganha dois, três mil em uma fitinha, pra depois só chamar a gurizada: “Vamo, vamo pra festa”, aí o dinheiro acabar... É de momento né? É de momento. Daí o cara pega ali e quer mais, e quer mais, e uma hora a casa cai, a casa cai.

P: Tu acha que tu vir internado foi um limite pra ti?

Cleber: Ah, é, porque eu podia estar morto também. Não sei. Eu tava roubando demais.

Com o conteúdo ilustrado pela fala dos dois guris, percebemos que as tentativas de superação da situação de vulnerabilidade e pobreza tendem a ser mais efetivas quando acionadas pela via da criminalidade, da ilegalidade, uma vez que as possibilidades pela via do direito e da moralidade estão longe do alcance dos guris e de suas famílias, ou, ainda, seu retorno é uma promessa no horizonte, ou insuficiente, aquém das intenções e desejos dos

¹² Em um dos grupos, os guris afirmaram ser relativamente comum usuários oferecerem carros, caminhonetes, celulares caros e eletrodomésticos em troca de saldo de dívida e aquisição de mais cocaína, “tem gente que cheira tudo, senhora!” foi o relato de um dos guris. No livro “Cabeça de Porco”, Soares, MV Bill e Atayde (2005) também abordam esse fenômeno nas *biqueiras*.

adolescentes e suas famílias. Em relação a isso, uma das técnicas fala do desafio de “competir” com a sensação de reconhecimento que a *vida loka* proporciona e transpor a barreira das dificuldades advindas da baixa renda familiar.

Como motivar esse adolescente a outras trajetórias que, assim, não essas ligadas ao tráfico, essa forma de obter renda, de poder, né? E reconhecimento. Acho que esse é o limite pra todo mundo. [...] e às vezes a falta de vontade mesmo, de motivação do adolescente, isso também acontece. Às vezes eles não tão a fim, e beleza, eles não tão a fim, a medida vai acabar, né... Bom, a gente apresenta o que nós temos e o que a gente pode oferecer, nem sempre o plano que a gente estabeleceu no começo ele vai ser dado continuidade no desligamento, a gente sabe disso.

Tal cenário também é encontrado na pesquisa de Almeida (2002), na qual, em um universo de mais de cem guris internados, viu-se frequente a tentativa anterior de manter suas atividades juvenis com trabalho infantil, informal ou de aprendiz. Assim, sem sucesso, os jovens recorrem às atividades criminalizadas e/ou informais junto aos seus familiares ou conhecidos, já que não possuem escolaridade para integrar outras modalidades de contratos. Portanto, os jovens colaboradores de seu estudo buscavam amenizar sua situação de escassez material da forma que lhes era possível.

O imaginário social que paira sobre um adolescente envolvido com atividades criminalizadas diz que isso se dá por motivos fúteis associados ao seu mau caráter, sua índole natural de “bandido”. Em uma perspectiva que tenta contemplar as questões contextuais das trajetórias dos adolescentes, associa-se o envolvimento com o crime como resultado da situação de pobreza e, ainda, da origem de famílias que fogem à norma social, dita “desestruturada”. Como destino a esses adolescentes, cabe somente o ingresso na *vida loka* e, para eles, está reservado seu lugar no sistema socioeducativo e no sistema penitenciário após completarem 18 anos.

O que escutamos a partir dos relatos dos guris é que há, sim, múltiplas situações de fragilidade nas histórias das suas famílias, rompimentos de laços, situações de violência doméstica, vivência das limitações materiais que a pobreza traz. Muitas vezes, isso é experienciado em conjunto; conforme os laços se desfazem, a proteção primária fica mais frágil e as pessoas acabam dependendo de serviços e de profissionais. Por sua vez, pudemos perceber que esses serviços não se constituem como referência aos adolescentes ou aos seus familiares, e isso também está presente no discurso dos trabalhadores dos serviços de internação. Eles testemunham a precariedade dos serviços, suas limitações e as

impossibilidades (de ordens diversas) de estabelecer relações entre as famílias e as equipes. Assim, as vulnerabilidades se somam.

4.2 Portas Fechadas, Portas Entreabertas e a Rua

A questão sobre as possibilidades de circulação dos adolescentes colaboradores, após sua internação, mostrou-se como uma barreira encontrada. Desde as entrevistas e o trabalho de campo durante a internação dos gurus ao reencontro após sua saída, já se apontavam muitas dificuldades em construir um retorno comunitário que garantisse os direitos dos gurus de acesso à educação, à saúde, à cultura, ao lazer. Tratamos, neste ponto, não sobre a não existência dos serviços ou espaços, mas sobre os entraves sociais que fecharam as portas ou que deixaram pequenas frestas para a tentativa de reconstrução de um cotidiano possível para os adolescentes colaboradores. A rua aparece como espaço privilegiado de socialização e circulação dos gurus e também se relaciona com o estar acompanhado e por quem bate à sua porta.

Como primeira barreira para a reconstrução de um cotidiano após a saída da internação, trazemos a escassez e/ou a insuficiência de serviços e espaços para jovens; isso apareceu em todas as falas dos profissionais e, por vezes, na fala dos gurus. Os trabalhadores dos centros relataram disparidade nas redes dos diferentes municípios em que trabalham, alguns com mais possibilidades de espaços profissionalizantes, outros com mais opções de atividades culturais, e, assim, os “buracos” nas diferentes redes são diversos. Estávamos buscando algum espaço na cidade onde os gurus pudessem fazer alguma atividade relacionada às artes para poder oferecer-lhes opções. O principal local na cidade está fechando as portas, a gestão está se municipalizando e, segundo os trabalhadores do local, não há garantia de continuidade, mesmo que haja a promessa do gestor estadual. Trazemos como ilustração a fala de uma trabalhadora de um dos centros sobre a inexistência de serviços e sobre a seletividade de outros.

Trabalhadora: É a mesma coisa da rede, não tem um trabalho do CRAS, do CREAS, né? Não existe isso, não tem um lugar que ele possa tratar a questão da dependência química...

P: Um dos limites é a inexistência de serviços?

Trabalhadora: Sim! Na verdade, às vezes o equipamento até está lá, mas o equipamento não funciona, não executa aquilo, entendeu? A gente sabe que

às vezes é falta mesmo, funcional, é difícil mesmo funcionar... As políticas públicas precisam funcionar pra melhorar a situação dessas famílias.

Ainda ilustrando as barreiras para a retomada de um cotidiano, trazemos os relatos sobre o retorno à escola, tanto pelo valor central da escola, única oportunidade concreta de ascensão na estrutura social, fortalecida pelo imaginário e legislação, quanto pela óbvia insistência desse tema em aparecer nas entrevistas e grupos enquanto expectativa e ideal de inserção comunitária para os gurus.

Os jovens trazem relatos sobre sua vida escolar e sobre o sentido do estudo para si e seus familiares, apresentando as dificuldades de relações no ambiente escolar e como afetaram sua permanência na escola, resultando em desistência.

Nos relatos dos gurus, eles relacionam a evasão escolar com a convivência com outros grupos de gurus, em uma relação de busca de identificações com pessoas mais velhas do sexo masculino e o uso de droga, demonstrando a criação de sentidos para si que não vêm de frequentar a escola, como vemos na fala de Adriano:

P: Uhum... E como era na escola? Fora a Vitória?

Adriano: Ah, na escola eu gostava de estudar, até uns dez eu gostava de estudar, aí teve um tempo que... [risadas] eu comecei a matar aula, tá ligado? Matar aula, com 11, isso.

P: Pra fazer o que?

Adriano: Pra ficar na rua, fumando maconha, no meio dos guri grande sabe? Eu queria ser, eu era pequeno mas eu queria ser adulto, sabe? Fazia tudo o que os grande fazia.

P: Como qualquer criança... (risadas)

Adriano: É, eu era muito..., mas eu queria roubar já, mas tinha o triozinho, era eu, o Richard e o Gratan, tinha um triozinho assim, mas era tudo piazinho assim, aí esse Gratan começou a trabalhar, casou tal, o Richard virou cantor, é MC agora, e sobrou só eu...

Anderson conta que sua história escolar ficou marcada por discussões com professores, chegando a ser expulso de uma escola, e também relaciona o uso de cocaína com a não continuidade dos estudos:

Anderson: [...] Eu também não gostava de ir pro colégio. Só brigava. Os professor queria mandar eu calar a boca e eu dizia que não. E aí eu ficava discutindo.

P: Elas falavam assim: 'cala a boca'?

Anderson: Claro, mandava o cara calar a boca. 'Tu não é minha mãe, vai se foder'.

P: É?

Anderson: Aí me expulsaram do colégio. Daí nunca mais. Não, daí eu estudei no (diz nome do bairro), mas daí eu já tava com a cabeça toda

virada ao contrário. Fui duas vezes no colégio e depois nunca mais fui.

P: Foi com quantos anos isso?

Anderson: Treze, acho. Mas aí eu tava cheirando pó que nem louco. Daí depois eu conheci essa mina que eu tava agora por último. E aí eu parei com tudo, parei de cheirar pó, parei com tudo. Até parei um pouco com o crime depois que eu fiquei com ela.

Percebe-se, novamente, um conteúdo comumente encontrado em nossa sociedade que relaciona o envolvimento com outros gurus e o uso de droga com a evasão escolar.

Diversos estudos se debruçaram sobre a relação entre adolescente autor de ato infracional e educação formal. Destacamos as contribuições da tese de Borba (2012), que traz o panorama da trajetória escolar de jovens que passaram pelo Núcleo de Atendimento Inicial em São Carlos (SP), desvelando uma trajetória marcada por dificuldades desde o primeiro ano do ensino fundamental. Ou seja, as dificuldades escolares estavam presentes antes do envolvimento com outros adolescentes, com o uso de substâncias psicoativas ou, ainda, com a prática do ato infracional, pois aqueles adolescentes estavam desassistidos de proteção desde o primeiro ano do ensino fundamental. Ainda assim, o imaginário social de que “as companhias” e “as drogas” “desviam” os adolescentes para “caminhos” que levam ao ato infracional é predominante, inclusive nos discursos dos próprios jovens. Com isso, parece-nos equivocado associar a evasão escolar com o uso de drogas ou com a vida no crime. Segundo os dados de Borba (2012), a evasão está mais para um produto de dificuldades de outra ordem nos primeiros anos escolares dos gurus.

A relação com a escola também é muito presente nos relatos dos trabalhadores, obviamente por ser um espaço importante para o grupo populacional que focamos aqui, mas, contraditoriamente, é citada como entrave e como produtora de vulnerabilidade e exclusão dos adolescentes atendidos pelas fundações. Ao serem internados, já estão há muitos anos sem frequentar a escola, e o início da evasão ocorreu antes de se envolverem em atividades criminais, o que corrobora a já citada pesquisa de Borba (2012).

E um dado que eu acho muito importante, que sempre me chama muita atenção, é que os gurus quando vêm pra cá eles estão fora da escola, todos abandonaram a escola antes. A gente tem um menino que estudava antes de cometer o ato infracional, mas é um ato infracional que foge também do que é comum pra maioria. O restante lá, 99,98% dos gurus quando entram no tráfico, eles abandonaram a escola ou acabam abandonando naquele período, eles tão fora, então há um abandono da escola muito cedo.

Uma das trabalhadoras detalha suas impressões sobre a relação dos gurus com a escola a partir da experiência de educadora e trabalhadora da socioeducação. Ela destaca que, muitas

vezes, o estudo não faz parte da cultura das famílias dos guris e que, ainda, sua organização familiar prevê grande autonomia aos guris, o que conflita muito com o ambiente escolar, muito tutelado e rigidamente organizado em um currículo tradicional que não compreende a juventude atual. Aborda, também, que há crianças e adolescentes que têm outras necessidades a serem atendidas antes de serem demandadas a aprender, e que essas questões não têm acolhida, como a falta de alimento em casa ou dificuldades emocionais. Considera, por fim, que as crianças e adolescentes não são vistos de forma integral no ambiente escolar, o que dificulta sua permanência.

Vários fatores, né, Carol? No fim é a questão cultural, né? Não é da cultura deles frequentarem as escolas e muito porque a escola não oferece o que eles precisam. Eu vejo muita criança indo pra escola sem ter comido em casa, e aí vai aprender o que na escola, gente? A prioridade é outra, a prioridade é conseguir dinheiro pra comer, não ir pra escola. As questões das regras da escola também, né? A questão de se adaptar às regras é muito difícil, quando tu cria essas próprias regras; a maioria dos adolescentes criam as próprias regras, né? Não obedecem muito a família e tal, aí na escola: um milhão de regras; se adequar àquilo é muito difícil, né? A escola não oferece também o que eles estão precisando nesse momento. As escolas têm muitas vezes o currículo tradicional. Não compreendem a nossa juventude, a nossa adolescência. Eu sinto muito também a questão da defasagem idade/série, que é muito por reprovação. Tem alguns adolescentes que chegam pra nós também com algum retardo. E que isso não é considerado na escola, então vão reprovando, reprovando, reprovando aquele aluno, não se faz uma avaliação global dele.

Porém, para uma outra técnica, a interpretação não se encontra nessa questão estrutural, mas, sim, no desejo individual de cada adolescente.

Muitos não querem estudar mesmo, porque não gostam, não acham legal, né, que a vida que eles levam, ociosa, muitas vezes no meio infracional, nas drogas, né, no tráfico, que é uma vida mais fácil, ganhando né, um dinheiro fácil pra eles, então muitas vezes eles não querem ir pra escola. E aí tem uma certa dificuldade mesmo, de uma compreensão, de entender aquilo, a gente fala que aqui a escola na fundação é um lugar privilegiado, que a sala de aula ela tem uma média de quinze alunos, se você for na escola regular você encontra quarenta, cinquenta, não sei, um professor não dá conta de tudo isso, entendeu? E os meninos hoje, os alunos em geral, eles não, na sala, não têm disciplina, então é impossível o professor dar aula.

Nessa diversidade de visões entre os técnicos, há também quem assinala que, se as escolas conseguissem acolher as crianças e adolescentes em sua integralidade e pluralidade, seria possível construir pertença ao espaço, mas há uma rigidez de exigências de condutas e

expectativas e a cegueira frente às suas necessidades. Segundo a trabalhadora, essa postura acaba expulsando as crianças e adolescentes da escola.

Eu acho assim, se fala muito em evasão. Como se o adolescente saísse da escola, assim, né? Eu acho que algumas vezes a escola expulsa os adolescentes também, tá? Porque, no momento em que tu vai para um local, e tu não te identifica, tu não pertence àquele local, e que o local não faz nada pra que tu te sintas pertencente, ele tá te expulsando também, sabe?

Outro possível motivo para a evasão escolar é trazido por Fernando. O que o jovem nos traz é que ampliar seus conhecimentos não lhe faz sentido, considera que as habilidades que tem para ler, escrever e somar são suficientes:

*Fernando: Ih, dona, que escola o que? Pra quê?
P: Não precisa mais? Não tem vontade de aprender mais nada?
Fernando: Já sei ler, somar umas coisas, tá bom assim, pra que mais...? [...]
As dona acha que vou sair e ir pra escola...*

A legislação brasileira coloca a educação como direito de crianças e adolescentes a ser zelado pelos adultos. No contexto das medidas socioeducativas, o estudo reverte-se em dever do adolescente, estando a frequência escolar vinculada ao cumprimento da medida, independentemente da cultura transmitida ao adolescente pela sua família ou comunidade. Novamente, a vulnerabilidade dos adolescentes interpõe-se à tarefa de um serviço, quais as possibilidades de o ambiente escolar desenvolver aprendizado dos filhos de famílias pobres que passam por necessidades materiais? A partir de uma perspectiva crítica, como poderia a escola dar conta de demandas básicas de sobrevivência das famílias? Não nos parece adequado tecer críticas ao sistema educacional, uma vez que compreendemos que as dificuldades advêm da insuficiência de diferentes setores do Estado. Consideramos que esse tema, pela sua complexidade, merece estudo específico.

É frequente ouvir os guris afirmarem com segurança que, quando buscam as escolas, elas os negam matrícula. As experiências são diversas: alguns contam que foram expulsos, tiveram relações conflituosas com professores, não gostavam de estudar, não gostavam das regras, não gostavam de se sentir mandados.

Dificuldades dessa ordem são sentidas nas duas cidades, tanto pelos trabalhadores quanto pelos próprios adolescentes. Situação que algumas vezes não é contornada nem com intervenção da justiça, conforme relato a seguir:

Técnica: Não conseguem a vaga, muitas vezes alegam que é um adolescente pra uma escola, ah, só tem aquela escola, e ele já passou por lá, teve várias ocorrências de indisciplina, aí muitas vezes é negado a vaga, né? É falado “não, a gente não tem a vaga agora, tem que esperar”. E isso acaba o tempo passando e o adolescente já perdeu aquele tempo, aquele ano escolar. Tem essas dificuldades, sim, a gente sabe que é difícil, a gente tenta insistir muito pra que o adolescente consiga a vaga na escola, algumas famílias conhecem, vão até o ministério público, vão buscar o defensor, outras não.

P: Olha... E com o ministério público e defensor funciona?

Técnica: Às vezes sim.

P: Às vezes?

Técnica: Às vezes [risadas]

P: Mas nem assim eles conseguem a vaga na escola?

Técnica: É que aí tem que acontecer, tem que dar um jeitinho pra arrumar a vaga, mas não deveria ser assim, né?

Todos os trabalhadores dessa fundação relataram dificuldade em conseguir vaga nas escolas. Mesmo com o trabalho que a equipe faz antes da saída do adolescente, não são raros os casos em que a mães ligam solicitando auxílio, pois a vaga foi negada ao adolescente. Nessa cidade, o juiz responsável pela Vara da Infância e Juventude expediu ofício determinando que todos os jovens egressos sejam acolhidos nas escolas, mas ainda assim há resistências. A trabalhadora ressalta que o papel das Diretorias de Educação também é importante, principalmente quando comprometidas com os direitos dos guris.

Aqui na cidade [...] a gente sabe que o juiz expediu um ofício determinando que todas as escolas recebam os jovens em cumprimento de medida, é uma determinação judicial, precisava disso? Não é uma garantia? Não estava no ECA? No SINASE? É uma garantia, se é uma garantia, não precisava de uma determinação judicial.

A rejeição do adolescente pelas escolas também é constante no trabalho de preparação para a saída na metrópole; a resolução muitas vezes acontece com ameaças às escolas e intimidações com a justiça. Destacamos o relato de uma trabalhadora que detalha as estratégias utilizadas pela equipe para conseguir vaga nas escolas. Ainda coloca o questionamento de que, quando se consegue a vaga nesses termos, com grande resistência por parte da escola, como se daria a receptividade ao adolescente.

(perguntado sobre as dificuldades encontradas quando o planejado não dá certo):

Ai, vou te dizer, quase nunca dá certo. (risos) Não, não é bem assim, mas, às vezes, muitas vezes não dá certo, tá? Que dificuldades a gente encontra? Eu tenho muita dificuldade de conseguir a vaga pra adolescente, mesmo o Estado sendo obrigado a garantir a vaga, o Estado não quer, não quer dar vaga em escola pra adolescente que saiu da Fundação. Na cidade [...] a

gente tem uma relação muito próxima com a central de vagas, aí a gente consegue a vaga mais facilmente, mas na região... é muito difícil, muito, muito, muito difícil. A gente tem que ir bater boca: 'Não, vocês são obrigados a dar a vaga!', e ameaçar: 'Ah, a gente vai falar na audiência que vocês não quiseram dar a vaga!' ou 'Me deem um papel de vocês dizendo que vocês não querem dar a vaga pro adolescente' e ir pra audiência com isso. A gente sente muito a rejeição mesmo, 'Ah, vem da Fundação, eu não quero. Não quero nem saber pra onde ele vai, mas na minha escola ele não vai estudar'. Então a gente sente isso muito forte. E aí pensando: já é um adolescente que já tem essa rejeição antes da matrícula, imagina o que vem depois? Então a chance disso dar certo é mínima, tá?

Trazemos o relato de uma trabalhadora da cidade de médio porte que também ilustra o rechaço que alguns professores têm pelos guris, já rotulados de 'indisciplinados', 'problema', levando à situação de "expulsão" da escola:

'Ah senhora, eu chegava pra estudar e o professor falava: 'Ah, já veio o destruidor!', quando não: 'Aquele ali? Fulano? Deus me livre desse daí, maior rebeldia, maior falta de educação', 'Por isso eu não quero voltar pra aquela escola, porque se eu voltar ele vão falar a mesma coisa e eu não vou ter estímulo nenhum pra estudar lá'. É possível... às vezes eles dizem: 'É do lado da minha casa, mas eu prefiro estudar um pouco mais distante, e chegar em uma escola que ninguém me conhece, que eu vou começar uma nova vida ali'. Tem dessas questões também. Ou identificação também, o jovem não se identificou naquela escola, não teve nenhuma questão de disciplina, mas ele não se identifica, ele estudava naquela lá porque foi em outras e não conseguiu, mãe foi junto, não conseguiu e ele ficou naquela mesmo, mas não gosta, não tem afinidade, os guris falam às vezes.

Desde o início dos encontros com Luis, um dos jovens com quem realizamos o acompanhamento durante esta pesquisa, perguntava-lhe sobre o retorno à escola, e ele dizia que somente retornaria no próximo ano escolar. Faltavam ainda cerca de quatro meses para terminar o ano e ele deveria estar cumprindo liberdade assistida (LA), o que prevê a vigilância sobre a inserção escolar. Sua recusa não me parecia fazer sentido, pois, se não fosse à escola ainda naquele ano, como ficaria o relatório da LA e quais seriam as consequências judiciais disso? Apontou-me a direção da escola onde estudava e a escola em que queria estudar, sabia dos procedimentos burocráticos para efetuar sua matrícula, mas dizia querer retornar só no ano seguinte. Com o início das ausências à escola para ficar na rua, sua avó foi alertada pela escola e passou a acompanhá-lo até o portão; ele ficava na escola até o horário do intervalo, quando pulava o muro para ficar na rua.

Sua avó diz ter raiva dos guris que o levaram para o caminho errado, ainda os vê pelo bairro e os culpa pelo envolvimento dele com atividades criminalizadas. Ela conta, ainda, que Luis só pode voltar a estudar em outras duas escolas, em bairros contíguos ao que moram

(uma delas é a mesma que Luis me apontou na primeira conversa), pois a escola na qual Luis pulava o muro não o aceita mais, não acreditam que ele tenha compromisso com as atividades escolares e, ainda, poderia causar confusão no ambiente. Vale ressaltar que Luis tem 17 anos e ainda está no ensino fundamental; das três escolas em questão, somente a apontada por ele oferece educação de jovens e adultos. Nas outras, integraria turmas com grande defasagem idade-série, o que talvez lhe cause constrangimentos e, portanto, explique sua escolha de escola.

Como dito, o tema da escola foi recorrente nos dados de campo e trata de temática de extrema relevância, uma vez que, conforme a Constituição Brasileira, a educação é direito social universal para cidadãos de todo o país, independentemente de sua condição social, devendo ser provida pelo Estado, destacando, ainda, que a frequência deve ser zelada pelo poder público e pelas famílias (BRASIL, 1988). Ademais, a escola representa espaço importante de socialização para crianças e adolescentes e uma probabilidade maior de acesso a trabalho ou emprego com maior rendimento e relação menos precarizada, ampliando, mas não garantindo, possibilidades de mudança de posição social.

Entretanto, é preciso abranger especificamente o quanto a Educação sofre pelas carências e precarizações de diversas ordens que vivencia. Não nos ateremos à crise institucional escolar brasileira neste estudo, que é reflexo de múltiplas causas. O que é importante assinalar é que não nos posicionamos culpabilizando seus agentes pelas dificuldades de reinserção dos gurus na escola após a internação ou pelas questões vivenciadas nos primeiros anos de vida escolar, e tampouco culparemos os adolescentes.

Nesse complexo contexto, vemos, a partir dos relatos das dificuldades encontradas, que, novamente, o processo de sujeição criminal dos adolescentes coopta os atores comunitários, especificamente, aqui, os escolares (por diversos motivos). Pensamos que a reversão de tal processo pode ocorrer pelo fortalecimento da rede escolar (em verdade, pelo fortalecimento do acesso aos direitos das crianças e adolescentes) e pela pauta do tema da estigmatização dos adolescentes pobres, principalmente os já envolvidos com o crime. Tal posicionamento não busca culpados, uma relação direta e causal em relação ao problema, mas propõe a responsabilização e apropriação dos atores envolvidos com o tema. Pensamos que talvez esse seja o papel fundamental dos atores da socioeducação (tanto do meio fechado quanto do meio aberto): colocar em pauta a inserção dos gurus e problematizar o lugar que eles ocupam na sociedade de depositários do “mau” da sociedade, a condensação da figura do bandido. Talvez, assim, possam ser criadas frestas nas portas que se fecham aos gurus.

Nesse sentido, o contato com serviços e com outros municípios também tem o intuito

de provocar a demanda de atendimento às famílias, processo visto pelos trabalhadores como necessário para dar visibilidade às famílias frente aos serviços, buscando romper as barreiras e estabelecer laços.

A gente insiste muito que o nosso papel é de provocar um pouco, a gente acaba provocando algumas situações pra ver se eles “opa!”, a gente tem que levantar essa demanda pro município, pro município agir, porque até então eles não vão atrás, eles não encontram demanda, então a gente meio que provoca um pouco também, sabe? A gente liga, a gente insiste, a gente vai atrás pra que eles também “Opa! Essa família também é nossa”, “Esse adolescente é nosso, a gente que precisa cuidar.”.

Sobre a recusa de adolescentes egressos do sistema socioeducativo, trazemos o relato de uma profissional que nos conta que isso transcende a escola. Ela tem relatos de cursos profissionalizantes que conhecem o guri e, por isso, não o aceitam, às vezes criando justificativas para não recebê-lo após a acolhida do adolescente ter sido pactuada com a equipe da Fundação.

Às vezes o guri mora aqui, ali na esquina, por exemplo, é o local que está oferecendo o curso de qualificação profissional, é um espaço público, é gratuito, tá no período de inscrição, e inventa mil e uma desculpas pra não oferecer a vaga pro menino. Já teve caso desses tipos. Porque sabe que ele está saindo de uma medida socioeducativa, já é do bairro, já conhece, entendeu?

Nesse contexto, de portas fechadas e desigualdades acirradas, as atividades do tráfico ou em assaltos aparecem como uma possibilidade de renda suficiente para seus gastos e, por vezes, auxílio às famílias. Os gurus são facilmente absorvidos nessas atividades, uma vez que ela não exige idade mínima ou escolaridade para seu desempenho, diferentemente do que acontece em programas profissionalizantes ou pré-profissionalizantes, aos quais muitos dos gurus não têm acesso por não terem escolaridade mínima¹³. Já a atividade ilícita ou irregular faz parte dos cotidianos das periferias e são integradas em enquadres diferenciados de moralidades (ZALUAR, 2015; TELLES e HIRATA, 2007).

Também em relação ao retorno dos gurus às atividades escolares, duas trabalhadoras da metrópole fazem alusão às configurações dos grupos ou facções às quais os gurus se filiam. Segundo elas, nessa cidade há de se ter um cuidado particular na inserção dos gurus nos

¹³ Este foi tema recorrente nos grupos: quando falávamos em programas que previam remuneração para formação profissional ou alguma atividade de aprendizagem profissional, os gurus nos contavam sobre sua defasagem na escolaridade, que impedia seu acesso aos tais programas.

espaços e serviços comunitários. A circulação pelos bairros e ruas é restrita, e, devido às disputas entre facções e grupos, a entrada em território de outro grupo rival configura-se risco de morte ao adolescente, conforme relato de uma das trabalhadoras a seguir:

O risco é muito em função do tráfico, né? Das guerras de facções, por que aqui na cidade [...] táestá um absurdo isso. Então a gente... a guerra de facções está dominando a cidade, principalmente a periferia, e é esse o risco que a gente se preocupa e que os adolescentes trazem muito forte, assim, que é a questão de não poderem circular em algumas ruas da cidade, da comunidade onde vivem. Por exemplo, vou te dar o exemplo da (diz o nome do bairro), tá? Esse é um bairro que é totalmente dividido por facções, então, se tu é de determinada facção, tu não pode circular em várias regiões, porque são de outras facções. E aí corre o risco de te matarem, então é muito isso. A gente tem visto muito de os adolescentes dizerem assim: 'Ah eu não posso estudar ali, então eu prefiro estudar no Centro'.

Fernando também faz referência ao contexto de inserção em grupos como algo que limita sua circulação e possibilidades de construir outros projetos para a sua vida. Ele aponta a impossibilidade de deixar as atividades ligadas ao tráfico por além de contar com o retorno material que isso lhe dá, mas, principalmente, por estar envolvido há muito tempo em uma facção e, na configuração dessa facção, não pode se afastar, pois “sabe de muita coisa”, e a saída de qualquer membro não é autorizada, pois poderia trazer fragilidades à facção, tanto em relação à polícia quanto em relação a outros grupos rivais.

Fernando: Ah, dona, não dá, não...

P: Por que não dá?

Fernando: Ah, dona, deixa quieto...

P:Hã? O patrão não deixa?

Fernando: Ah, não é que não deixa, é que não é bem assim, o cara sabe muita coisa, e pá...não dá pra sair.

A rivalidade entre grupos que organizam roubos ou o tráfico de drogas nas periferias é fator contextual presente em diferentes relatórios de pesquisa (SILVA, 2004; ZALUAR, 1999, 2007, 2012; MISSE, 2008), assim como os códigos de confiança e lealdade e a relação disso com a mortalidade de jovens (ZALUAR, 2015). Essa realidade permeia tanto o cotidiano dos trabalhadores das unidades que já estão habituados e faz parte da dinâmica das alas no centro de internação da metrópole. Uma das trabalhadoras afirma que a lógica dos centros é diferente da lógica das penitenciárias, os guris não são separados pelos grupos, e devem conviver entre si: “quem dá a ordem aqui é a gente, não as facções”. Além disso, afirma que os guris são estimulados a encontrar meios de conviver. Por vezes, há brigas entre eles (como a que ocorreu antes de

iniciarmos os grupos desta pesquisa), geralmente motivadas por pequenos atritos cotidianos (um pegou o bife do outro, por exemplo), mas, segundo ela, o pano de fundo é a filiação a grupos distintos. Compreendemos que, novamente, a questão da proteção às crianças e adolescentes está posta. Desse contexto, destacamos, aqui, que ele impede a circulação dos guris por espaços que constituiriam outras possibilidades de relações sociais em seus projetos de futuro.

Cabe lembrar que o Brasil é signatário da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que suplementa sua convenção com disposições sobre as piores formas de trabalho infantil (BRASIL, 2000). Nesse sentido, orienta que sejam criminalizadas três das piores formas de trabalho infantil: todas as formas de escravidão, exploração sexual e a cooptação para atividades ilícitas, particularmente o trabalho no tráfico/produção de drogas. Assim sendo, pensamos ser pertinente questionar aqui por que o envolvimento de adolescentes nessas atividades, mesmo que sob a justificativa de geração de renda para família, devendo ser fortemente combatido os transforma em réus e os pune? Se a orientação da convenção é a proteção e ações que garantam o acesso a seus direitos, como o imaginário social produz a punição como resposta?

Ainda sobre a motivação para retornar às atividades de roubo ou assaltos, outro ponto levantado é a necessidade de financiar seu consumo de droga, pouquíssimo frequente, segundo os próprios guris, mas presente. Referem-se principalmente ao grupo dos “nóia”, sujeitos, no caso adolescentes, que fazem uso, geralmente de crack, e que acabam em situação de rua, não conseguindo manter um contexto minimamente protetivo, suprindo necessidades fisiológicas básicas e em situação de mendicância ou realizando pequenos furtos para viabilizar a compra do crack. Um dos guris entrevistados em um grupo afirmou que a situação desses adolescentes nos centros de atendimento socioeducativo é mais protetiva do que estar nas ruas, “estão melhor lá do que estavam lá fora”, dizem que nos centros têm garantidas as refeições, abrigo de frio e lugar para dormir.

Mais uma vez a questão da não garantia de acesso à proteção no período da infância e adolescência cria situação de vulnerabilidade que criminaliza a situação de pobreza na qual os guris vivem, e é imperioso tratar do tema que poderia passar despercebido: o ingresso no circuito socioeducativo é que permite acesso à garantia de direitos aos adolescentes em situação de maior vulnerabilidade. Tal questão novamente visibiliza as fragilidades do sistema protetivo à infância e adolescência pobres brasileiras, e pensamos que deve ser alvo de atenção dos atores envolvidos e comprometidos com o tema.

Trazemos, a seguir, outro tema que também apareceu nos encontros das duas cidades, e que reforça nossa hipótese de que o processo social de sujeição criminal é fator importante e

praticamente determinante das possibilidades de criação de um retorno comunitário respeitoso e protetivo. Durante a conversa, os gurus contam que são “forjados”, que os policiais os conhecem, muitos estão ‘marcados’, no discurso deles; a marca também é no corpo, as tatuagens que carregam, e que geralmente fazem alusão à *vida loka*. Mais de uma vez ouvimos frases que ecoavam entre eles como: ‘Os polícia sabem, eles conhecem as tatuagens’; ‘Ah, quem vai acreditar (que não está mais envolvido no crime) olha essas tatuagens’; ‘Quem vai dar emprego com essas tatuagens?’ (e mostra os braços cobertos por tatuagens). Os gurus parecem se ver marcados pelo crime, pela *vida loka*, e nos perguntamos se, para eles, sua inscrição no crime seria tão permanente quanto as inscrições de seus símbolos na sua pele. Parece-nos que esse tema estaria ainda no caminho de tornar-se dúvida para eles, quase se transformando em uma pergunta. “Se vou sair (na rua), ninguém acredita. Policial vai pegar/forjar. Até provar que preto não é branco”.

Essa fala nos fez associar, na discussão do grupo, que ‘preto não é branco’ com a seletividade da polícia e da justiça para o encarceramento e o assassinato da juventude negra e pobre brasileira. Perguntamos a eles que saídas poderiam construir para não oferecer seus corpos (e suas vidas) a esta engrenagem, ao que um dos gurus responde que, quando sair da fundação, não andaria sozinho, estaria sempre acompanhado de sua mãe ou namorada, pois isso o imunizaria de qualquer abordagem da polícia, e que estava planejando, com sua mãe, mudar-se para outra cidade, em um território em que não seria reconhecido por policiais, pois já estava ‘marcado’ em sua região.

Defendemos que a sujeição criminal fecha portas aos adolescentes pobres, ainda mais aos que já tiveram algum envolvimento com atividades criminalizadas. Cabe, novamente, a pergunta de como os atores da rede de proteção e da socioeducação podem construir brechas, frestas por onde os gurus possam adentrar espaços de existência e proteção.

O estar na rua é muito frequente nas falas dos gurus; trazemos alguns destaques sobre isso não somente pela sua frequência, mas também por se caracterizar como uma das vias de acolhimento dos gurus acompanhados nesta pesquisa. Renan nos leva a conhecer seu bairro, pedimos que nos mostre por onde anda e saímos a tirar fotos de locais e de coisas de que ele gosta. Ele estende um dos braços e o passa pelo horizonte dizendo: “Olha aí, não tem nada aqui pra fazer, não tem nada nesse bairro, só a rua mesmo”. Mostra-nos a praça e campo de futebol do bairro, que fica em frente a sua casa, é uma quadra inteira de areião, imaginando, dá pra ver árvores, bancos, um playground e um campinho com goleira, mas só imaginando.

Leva-nos pra um dos cantos do bairro, numa das ruas de saída, diz que fica por lá, naquela esquina, parado, olhando o horizonte. Ele ainda é taxativo, diz que coloca o pé na rua

e o que tem na calçada é “vagabundo”, assim, não vê muita saída pra condição dos jovens dali; com segurança, afirma que a prefeitura deveria ter mais projetos aos jovens, espaços de convivência e pessoas a quem eles pudessem se referenciar. A meia quadra, mostra-nos uma estrada precária, diz que comunica seu bairro com outro, bem mais antigo, e que as pessoas usam muito esse caminho. É um caminho rústico, chego a duvidar se é uma rua reconhecida pela prefeitura, pois ela vai costeando uma pequena propriedade rural, parece caminho feito pela gente de lá, marcado pela insistência e necessidade de circular.

Destacamos, nessa cena, o apontamento do adolescente em relação à necessidade de ter não somente o espaço físico, mas a presença de pessoas a quem se vincular, as aproximações podem levar a diferentes filiações e projetos de cotidiano. Pensamos ser importante sublinhar esse modo de estar e de circular apontado por um número expressivo de guris: o estar com outros, fazer coisas junto com outros, acompanhar quem lhes é referência sobre o modo de ser.

Assim como Renan, Cleber também fala sobre estar junto com jovens mais velhos, que se constituíram como referência para ele. Contextualiza o envolvimento com atividades criminalizadas como modo compartilhado entre os jovens com o fim de obter dinheiro “fácil”. Destacamos que isso também se relaciona juntamente com o estar na esquina, entre pares ou entre referências, como algo cotidiano para os jovens daquele grupo. Nesse excerto da entrevista, o adolescente fala de uma proximidade natural com outros jovens envolvidos em atividades criminais, assim como seria natural serem presos ou internados por atos infracionais.

Cleber: Aí, era a gurizada, juntava todo mundo na esquina ali, e aí rolava uma maconha, ficava ali. Tinha uns guri mais velho que eu, mais velho que eu, e eu era menor, tinha...uns 14 anos. Daí eu via eles lá, tudo ganhando dinheiro fácil né, e eu não ganhava nada, daí eu pensei: 'bah', comecei a me envolver, me envolver, comecei a roubar.

[...]

P: E eles estão aí ainda?

Cleber: Eles tão preso. [...] Mas a maioria dos meus amigo tão preso agora. Porque quando eu fui preso tava eu e mais três, meu irmão e mais dois, tava junto comigo.

Assim sendo, os achados teóricos vão ao encontro dos relatos dos guris: o estar na rua, nas esquinas, é frequente enquanto forma de socialização, e a convivência com familiares e amigos que se envolvem em atividades “do crime” também é frequente. Assim como é frequente que essa inserção seja transitória, não representando a totalidade da participação social dos adolescentes e jovens colaboradores de etnografias de outras pesquisas, nem se

focarmos o momento de vida dos jovens, nem se olharmos sua participação ao longo da vida (TELLES e HIRATA, 2007; FELTRAN 2010a).

Na fala de Adriano, também destacamos o envolvimento de pessoas muito próximas com a atividade criminal, sejam elas familiares, amigos ou outros jovens da comunidade.

P: E quem que te levava? Tu lembra? [...] era amigo do bairro, era parente...?

Adriano: Amigo, amigo da rua, da mesma rua que eu. Maconha não. Maconha desde pequeno eu gostava do cheiro da maconha. Era tri bom o cheiro, e eu ia na casa dele, fumava um baseado...[...]

Adriano: Tô pra sair. Aí no caso, foi roubando né? E aí, toda minha família quase é do crime.

P: Uhum.

Adriano: Eu quando sair daqui não sei o que vou fazer. Ficar na rua lá, vou voltar pro crime. Voltar a roubar, a matar, e já era.

[...]

Adriano: Aham. Só esses dois, o resto já era, já... não faz nada, só estuda e trabalha, o resto né, o resto é tudo louco. Até minha mãe é.

P: É? Tua mãe é?

Adriano: Ah, minha mãe no caso, já ouviu falar no bonde das louca?

P: Oi?

Adriano: No bonde das louca?

P: Bonde das... não.

Adriano: No caso, minha mãe já foi presa várias vezes por causa disso.

P: Várias vezes ela roubou e várias vezes ela foi presa.

Adriano: É

P: Uhum...

Adriano: Ah velho... ela rouba, e ela rouba desde os 15. Eu não era nem nascido, ela tá com 40 agora.

Tentamos relativizar essa fala com as contribuições de Feltran (2010a e 2010b), que, em suas etnografias na periferia de São Paulo, encontra campo de convívio entre atividades laborais formais, informais e o crime, uma vez que este último é acolhido como fonte de boa remuneração, principalmente para jovens das comunidades, e disputa legitimidade na gestão de conflitos e ordenamento social. Assim como Ramos (2011), que, em suas pesquisas, encontra relatos de que é muito provável um jovem de periferia ter algum contato com atividades criminalizadas, especialmente o tráfico, pois tais atividades compõem o cenário da periferia e de suas relações, de forma que um jovem tem em seu círculo algum parente ou amigo envolvido ou que se envolveu em algum momento de sua vida com tais atividades.

Cleber, assim como Adriano na fala anterior, associa o envolvimento em atividades criminais com “caminho errado”, dizendo que alguns poucos familiares têm atitudes “corretas”, trazendo implicitamente uma noção moral das atitudes de membros de sua família,

em contraposição a de familiares que “dão certo”, ou seja, trabalham, têm vida regular, sem envolvimento com atividades criminalizadas.

Cleber: Só nós que fomos pro caminho errado. Só não, tem mais gente...

P: Da família só vocês? Só tu e teu irmão?

Cleber: Da família sim. Dali de nós sim

P: Mas primo, tio?

Cleber: Ah, tem meus tio que são envolvido.

P: Uhum... parte de mãe, parte de pai?

Cleber: Parte de pai. Parte de mãe.

P: Parte de mãe...?

Cleber: E parte de pai. Do lado dos dois [risadas].

P: Tá, e eles também vendem independente assim? Sem estar em facção?

Cleber: É.

P: Também já foram presos?

Cleber: Já. Oito anos. [...]

P: E tu convivia com eles, como que era tua relação?

Cleber: Não, nem convivia muito com eles.

P: Não?

Cleber: Também porque, tipo, são meus tios, eles não queriam, não incentivava nós a fazer os negócio. Não gostava também, falava “tá errado isso daí”, “isso daí não é pra vocês”. Porque também, eu tinha um tio que, báh, era conhecido. Conhecido por vários vagabundos, conhecido na região, entendeu, daí, báh, traficantezão, ele era traficante grande.

P: Aham

Cleber: Daí, báh, nem eu acredito hoje que ele tá na igreja.

Feltran (2010c), a partir do seu trabalho etnográfico, trabalha o contraponto entre as categorias bandido e trabalhador. Diz que elas passaram por profunda resignificação, principalmente entre a juventude periférica; o valor atribuído ao trabalhador advinha de uma expectativa de garantia de proteção e mobilidade que um contrato de trabalho oferecia, enquanto a própria comunidade assentia com o assassinato dos “vagabundos”, que manchavam a imagem das periferias. Também Zaluar (2007) e Misse (2008) relatam essa mesma dualidade na vida das comunidades. No Brasil, com a reestruturação produtiva veio a falência da promessa de mobilidade, que garantia algum ordenamento social; com isso, “o crime” passa a ocupar um lugar orgânico de disputa por legitimidade por critérios de subjetivação social e política com outras instâncias sociais (FELTRAN, 2010c). Ele dá ordenamento moral, pertença e identidade, administra conflitos, garante acesso à justiça e proteção. O mesmo aparece na fala de Cleber, as referências do que é “correto” e “certo” estão presentes, assim como o ser “traficantezão”, “conhecido”, também dá lugar de reconhecimento.

Muitos questionamentos são feitos acerca da política atual de “combate às drogas”, que criminaliza os pequenos atores, adolescentes e jovens da ponta da cadeia do tráfico de

drogas e não busca os grandes operadores nacionais e internacionais da produção de drogas, não regula a produção, entrada de insumos e de armas no território brasileiro. Pensamos que a criminalização da juventude pobre brasileira, presente na doutrina da situação irregular, presentifica-se sob a bandeira de combate ao tráfico e à violência urbana.

Buscamos complementar nossa abordagem sobre os relatos dos gurus acerca dos momentos de encontros entre os jovens, geralmente na rua, em uma fase inicial de aproximação de seus pares, os jovens mais próximos às suas casas. Assim, podemos ler em Pais (1990), que traz o tema das culturas juvenis como códigos, linguagem, comportamentos compartilhados por jovens de um mesmo grupo. O uso de drogas, a ocupação do espaço da rua, tudo isso comum a jovens independentemente de sua condição, portanto, algo que não poderia ser associado a um comportamento indicativo do ingresso na vida criminal. A partir disso, pode-se questionar a associação feita entre o início do envolvimento com atos infracionais e uso de maconha realizada pelos próprios gurus ou familiares, como na fala de Cleber:

Cleber: É, eu comecei mesmo a sair, que nem, com 12, 13 anos eu já tava saindo de casa. Aí fui ficando mais fora de casa, daí conheci a maconha, experimentei a maconha, daí fui me envolvendo com os guri, fui ficando maior...

P: Com teu irmão também?

Cleber: Com meu irmão, só que meu irmão não gostava que eu fumava maconha também quando eu era menor. Não gostava nem que eu ficava no meio dos guri.

P: Por quê?

Cleber: Porque ele já tava fazendo uns negócio errado junto também, ele não queria que o irmão dele praticava a mesma coisa. Mas daí quando eu cresci mais, comecei a ficar mais malandro, mais adulto, daí quando ele viu que eu tava envolvido também não tinha o que ele fazer, não ia adiantar ele falar pra mim “ah não faz”, “não fuma”.

Como saída às tantas portas que se fecham, pela estigmatização dos gurus ou pela seletividade policial, duas trabalhadoras disseram que, por vezes, as famílias impõem decisões aos adolescentes, como mudança de cidade ou de casa, com o fim de afastá-los do ambiente, dos amigos, para que tenham outro projeto de vida.

Às vezes a gente tá planejando uma coisa aqui dentro e acaba não dando certo mesmo, né? Algumas coisas podem dar certo, mas é da vontade dele, do desejo dele também de fazer aquilo. Claro que a família quer muitas vezes obrigar, a família quer levar ele lá pra casa dos avós, lá em outro estado: “Quero que ele fique longe dos amigos”, “Quero que ele fique longe desse ambiente”. Tem tudo isso também, muitas vezes ele é obrigado a ir. Muitas vezes acham que tirando ele dessa forma talvez ele não vá se

envolver, mas aí tudo vai depender dele. Porque ele pode estar aqui, pode estar em outro estado, em outro país, se ele quiser se envolver com drogas, com o tráfico, ele vai se envolver, independente do lugar, por isso o trabalho com ele é refletir, mostrar pra ele as consequências, pra ele se prevenir das situações, né?

Nesse cotidiano de portas fechadas, um tema recorrente foi a música. Um número significativo de guris tinha relação com composição musical, como algo valorizado entre eles, sempre faziam questão de apontar os MCs do grupo. Esse poderia figurar como um projeto após a saída da internação, uma das possibilidades de portas se abrirem, ou, pelo menos, de serem criadas frestas, sutis invenções que podem fazer elos com outros modos de estar e produzir no mundo. Compreendemos que, no contexto de trabalho técnico, as letras podem auxiliar a desenvolver diálogo e relação com os guris, pois falam de si e de sua história.

Renan disse que queria ser MC e que já tinha quatro músicas escritas. Os outros meninos insistiram, e ele cantou uma música. Tratava-se de uma música que ele havia feito em homenagem ao pai e ao irmão, já mortos (anotações do caderno de campo).

Com efeito, ao sair da internação, conversamos com Renan sobre o tema das músicas que compôs, e lhe perguntamos se teria interesse em gravá-las. Com sua resposta afirmativa, mobilizamo-nos a buscar algum projeto ou espaço que grave suas músicas. Por meio de contatos pessoais, conhecemos um projeto de estudantes ligados à arte que constituem um coletivo de produção cultural na cena alternativa da cidade. Um de seus integrantes coordena as atividades do estúdio de gravação e dispôs-se a gravar duas músicas, sem ônus, para guris “do nosso projeto”.

Por meio desse coletivo, chegamos a um MC com forte atuação no movimento hip hop da cidade. Renan também nos conta que elaborou currículo e “bateu na porta” de alguns grandes estabelecimentos comerciais da cidade e estava pensando em mudar-se para a capital, buscando algum emprego para poder pagar as gravações de suas músicas. Disse-nos, olhando nos olhos, que queria ficar famoso. Assim, promovemos os encontros entre eles (sempre com muitos desencontros, mudanças de números de telefone, demora de dias para conseguir um horário em comum), e as reuniões para produção e gravação das faixas seguem ocorrendo. Disso, também seguiram convites para Slams, Batalhas¹⁴, enfim, outras atividades ligadas à

¹⁴ São atividades da cultura hip hop em que MCs se encontram e compartilham poesias; podem ser em forma de duelos de rimas improvisadas, ou não. Elas ainda podem ser cantadas ou faladas.

cena Hip Hop da cidade. Esperamos que a música possa ser uma fresta de oportunidade para Renan.

Entre as portas fechadas, no momento da escrita deste texto, Luis havia sido reinternado por não ter cumprido sua medida socioeducativa. Sua mãe diz que ele também não estava trabalhando, e isso também foi apontado como justificativa para sua reinternação. Efetivamente, em vários dos nossos encontros, Luis estava pelas esquinas, o que já percebemos como fator que marca os guris como “vagabundos”, principalmente os guris das periferias. Além disso, trazemos relato de uma das visitas que fizemos em sua casa em que ele não estava: conversamos com sua mãe, que falava sobre a história da família e sobre seu filho, o mais velho. Mostrava os desenhos que fazia, os cadernos da escola que ainda tinha guardado, as produções artesanais feitas nas aulas de educação artística durante suas internações.

Chama-nos a atenção que, ao mostrar algo de seu filho, ou contar algo sobre a família, marcava os fatos e eventos no tempo, mas tal marcação se dava pelas épocas das internações de Luis: “Eu trabalhava com tal coisa quando ele estava internado na cidade X.”, “Isto ele fez quando estava internado na cidade Y”. Tal marca é carregada pelos guris, mesmo que eles demonstrem interesse por outras atividades, desejem circular por outros circuitos da cidade, como quando Luis nos contava que desejava ir à associação e à universidade em busca de atividades.

Portanto, com base nos relatos e acompanhamentos dos jovens, podemos inferir que os guris têm dificuldades em encontrar suporte e pertença a espaços que não os da socioeducação, pois as portas que encontram variam entre fechadas, abertas e entreabertas. Tal fato se dá por diferentes razões, e o processo de sujeição criminal “fecha portas” antes mesmo do ingresso no circuito socioeducativo. Tendo a infração como seu lugar predeterminado, a possibilidade de abertura de portas muito bem fechadas necessita de intervenção junto a outros atores, buscando formas cotidianas de (re)invenção de seu lugar. Por meio do acompanhamento dos adolescentes, das entrevistas e dos encontros grupais, foi possível destacar as dificuldades pelas quais os serviços públicos passam, tanto pela sua precariedade quanto pela sua inexistência. Ainda assim, quando o Estado se presentifica e a inexistência dos serviços e espaços é superada, não raro suas ações são normalizadoras, embasadas em senso comum e moralismos, o que cria distância entre as famílias, os guris e as equipes de atendimento.

Como dito anteriormente, a forte marca do processo social de sujeição criminal fecha muitas portas para os jovens que passaram por internação por medida socioeducativa ou que

tiveram algum envolvimento com atividades criminalizadas. Contudo, sua circulação pode ser facilitada se forem buscados processos de mediação a partir de um lugar de respeito, seja por familiar, amigos ou técnicos, que auxiliem a abertura de portas. Portanto, “estar por aí”, estar pelas ruas, pelas esquinas, em postura de disponibilidade aos encontros, parece ser uma forma possível de convite aos jovens para que o técnico possa iniciar o processo de mediação com aqueles jovens. Conforme vimos em Feltran (2010c), a circulação dos jovens é múltipla, diferente do que a imagem social do sujeito criminoso prega: o mau em sua totalidade.

Os acompanhamentos nos permitiram conhecer que os interesses dos adolescentes são diversos; para alguns, o envolvimento com a *vida loka* pode ser pontual, ocasional, uma entre tantas atividades; outros guris podem estar mais capturados nesse processo social e não se permitirem ocupar-se com outras coisas. Mas, de forma geral, a participação social dos adolescentes pobres é marcada pelo difícil acesso aos seus direitos e ainda pela possibilidade muito próxima e real de serem capturados pela engrenagem do sistema socioeducativo e serem socialmente marcados como o sujeito do crime. Assim, defendemos a importância de estratégias em prol da juventude (para além do acesso ao sistema de garantia de direitos) que contemplem ações visando a modificar o imaginário social sobre adolescentes pobres e sobre adolescentes que cometeram ato infracional.

4.3 ‘Todo Mundo Morre um Dia’

Este subtítulo é uma frase que ouvi com frequência dos guris, principalmente da metrópole. Geralmente, era a resposta que ouvia quando perguntava sobre como lidavam com os riscos da *vida loka*, tanto na disputa com grupos rivais, nos ciclos de vingança, quanto nos embates com policiais.

Buscamos, aqui, trazer um pouco mais desse aspecto da realidade dos guris por dois motivos. O primeiro pelo impacto inegável do recorte populacional de pessoas que têm suas vidas abreviadas por assassinato: são jovens, negros, moradores de periferia (WAISELFISZ, 2015), ou seja, o grupo populacional ao qual os colaboradores desta pesquisa pertencem. O segundo motivo se dá pela perspectiva que este fato traz para os próprios adolescentes: quando perguntados pelos seus desejos e intenções após a internação, é frequente a falta de sentido que um projeto calcado na escolarização e profissionalização carrega, os ganhos devem ser a curto prazo, pois sua vida está sob ameaça constante.

Em pesquisa sobre mortalidade de adolescentes egresso da FASE/RS, Vinicius Mauat da Silva (2016) encontra que, entre os anos 2002 e 2012, 8.290 adolescentes saíram de internações por medida socioeducativa. Destes, 784 (9,46%) tiveram óbito registrado até 2014. Entre as mortes, 639 (81%) por homicídio, seguido de 33 (4,2%) por HIV, 24 (3,1%) por outras doenças, 25 (3,2%) por acidentes de transporte e 19 (2,4%) por suicídio. No Brasil, a taxa de homicídios para a população total é de 27,4/100.000, e para a população jovem é de 54,5/100.000. A mortalidade dos adolescentes egressos da FASE atingiu 9.450/100.000, e a taxa de homicídios é de 7.700/100.000. Está caracterizada, portanto, a vulnerabilidade desta população e a relevância deste ponto para o trabalho com os guris egressos.

Primeiramente, destacamos que o ambiente no qual algumas crianças, adolescentes e jovens pobres estão inseridos é de extrema tensão, de ameaça constante à vida, tanto pelas disputas com outros jovens quanto pelos graves riscos à vida no confronto com policiais. Os adolescentes nos contaram situações em que quase perderam suas vidas, levaram tiros, foram espancados até perder a consciência. Desde este contexto extremamente tenso, como esperamos que os guris reajam? Quais são as suas opções possíveis? Uma das técnicas da metrópole nos diz que se manter nos grupos organizados é garantir uma rede de proteção, enquanto estão com seus pares, uns protegem aos outros. Deixar um grupo destes é ficar à mercê de qualquer ato de vingança.

Não considerar o risco de morte que os guris vivem, já analisado por pesquisadores e descrito no Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), torna a tentativa de responder a pergunta desta pesquisa – como se dá a reconstrução do cotidiano de guris egressos de internação – impraticável. Que sentido terá uma tentativa de inclusão na escola ou de profissionalização se a maior preocupação do adolescente é manter-se vivo? Ou, pior, se ele tem certeza de que não viverá por muito tempo? Urge pautarmos a valorização da vida das crianças e dos adolescentes pobres, buscando estratégias que garantam – novamente – a proteção dos adolescentes, e não sua criminalização.

Na cidade de médio porte, o risco de morte se dá basicamente pelo confronto com policiais militares, seja após perseguições ou em abordagens. Segundo os jovens, ocorrem troca de tiros, espancamentos, assassinatos. Nesse sentido, trazemos um recorte de nosso diário de campo em que eles apresentaram esse tema, relacionaram a adrenalina com as situações do ato infracional. A adrenalina está associada ao risco de sua integridade física, de serem internados e ao próprio risco de morte. Esse tema é diretamente associado às perdas de amigos e conhecidos e ao próprio corpo atingido por arma de fogo de policiais.

Vários juris falaram sobre pessoas que eles conheciam que já morreram. Raul disse que perdeu o pai, um outro menino disse que perdeu um amigo de 16 anos no mesmo assalto em que ele estava e Claudio falou que perdeu um amigo de 15 anos. Vitor disse que quase morreu, pois tomou um tiro no pé em uma fuga (anotações do caderno de campo).

Pereira (2010) aborda a relação de juventude e risco em seu artigo sobre os pichadores de São Paulo, grupo juvenil que compartilha certos códigos dos adolescentes colaboradores desta pesquisa. Como afirma o autor, alguns pichadores cometem pequenos atos infracionais (como furtos, a própria pichação ou o uso de drogas) e outros estão mais envolvidos com a *vida loka*. O autor refere, portanto, que a pichação não está diretamente relacionada com delinquência, o que ocorre ocasionalmente, mas com transgressão e risco. Este último está intimamente ligado com reconhecimento, o que consideramos importante para podermos pensar a relação dos adolescentes que escutamos com os riscos a sua integridade física.

Retomamos as contribuições de Peralva (2000), que aborda a relação de jovens cariocas de periferia com o surfe ferroviário. A autora compreende que o jovem, ao expor-se a situações de risco, corresponderia a uma postura ativa em relação ao risco de morte, como uma antecipação, uma inversão de posições: estar no controle dele e não subjugado a ele. Principalmente significativo para jovens moradores de periferia, onde os índices de homicídios são mais altos, as condições desenvolvidas pela desigualdade social e pobreza atualizam a questão do risco. O gozo por extrapolar as situações limítrofes de morte estaria relacionado à condição de jovem.

São realmente muito frequentes os relatos de experiências dos adolescentes em que tiveram sua integridade física ameaçada em enfrentamentos com a polícia. Lima et al. (2015) retomam a estatística de que, no Brasil, pelo menos seis pessoas são assassinadas por dia por policiais, a partir da legitimidade de padrões operacionais de letalidade policial. Segundo Misse (2008), entre 2003 e 2008, a polícia do Rio de Janeiro reconheceu que matou 4.000 pessoas em confronto, atribuindo a essas vítimas fatais a categoria de “bandidos”, traficantes, o que, de acordo com o autor, não repercute em movimentos que demandem explicação do Estado, pelo contrário, o processo de sujeição criminal parece explicar bem a reação consensual da sociedade brasileira.

Como já tratado no primeiro capítulo deste texto, há, no Brasil, uma seletividade para o encarceramento. À parte da eleição de condutas não lesivas, há uma preferência por grupos populacionais; dentre os apontados¹⁵ por Carvalho (2015), destacamos os jovens de periferia,

¹⁵ Em seu artigo, o autor trata do aumento do encarceramento de mulheres e de jovens.

negros, eleitos à internação por haverem cometido ato infracional. Ele aponta cinco variáveis para o aumento do encarceramento no Brasil: 1) o sistema punitivo encarcera muitas pessoas por crimes sem ameaça ou violência; 2) o Poder Legislativo cria grande demanda criminalizadora e o Poder Judiciário não opera como filtro dessa demanda; 3) a Polícia aumenta sua seletividade no exercício de sua violência institucional e tanto Ministério Público quanto o Poder Judiciário confirmam sua seletividade; 4) a população jovem, negra e de periferia de grandes centros urbanos é o alvo preferencial dos assassinatos por policiais, que são acobertados pela sua estrutura administrativa por meio dos ‘autos de resistência’, o que, segundo o autor, permite afirmar que há o racismo estrutural; e, por último, 5) há um momento populista punitivo que reforça a naturalidade da violência do sistema penal.

Um dos guris ainda conta que era frequente ter sido flagrado e liberado após os policiais terem retido sua carga de droga e apresentado na delegacia somente parte dela. Também, segundo o adolescente, essa parte da droga serviria para enxertar¹⁶, fazer falsos flagrantes em outros jovens:

Nada, nada. Saí na hora da delegacia, ainda me pegaram com droga depois, pegaram eu levando um monte de pacote pros cara vender, uns seis pacotes de doce, e eles ainda ficaram com os pacote, era uns seis pacote, eles ficaram com quatro, apresentaram só dois na delegacia. Isso é pra enxertar outros caras.

A mortalidade foi um tema abordado por ambas frentes: polícia e crime. Na metrópole, o termo “os contra” designa os rivais pertencentes a facções ou grupos que disputam território pela venda de droga. Fernando contextualiza muito bem como a configuração do crime constrói um ambiente hostil, violento e de risco de morte. Especificamente sobre os ‘contras’, destacamos, em seguida, a fala de Anderson, que, novamente, coloca o êxito ou fracasso, no caso de sua própria proteção, no indivíduo, como se ele dependesse única e exclusivamente de seus atos, desconsiderando que ele está inter-relacionado à ação de outros atores, como policiais e os ‘contras’.

Fernando: A senhora conhece o bairro (diz o nome do bairro em que trafica)?

P: Sim, claro, é enorme!

Fernando: Dona, lá tem 34 bocas... um contra o outro, é tiro toda hora, não dá pra andar em qualquer lugar...

P: Báh, deve ser tiro o tempo todo... deve ser muito tenso.

¹⁶ Enxertar refere-se à ação de (alguns) policiais que consiste em forjar uma situação de flagra de porte de drogas de jovens com drogas que não lhes pertenciam.

Fernando: É...[...]

Anderson: Os contra é um problema que não tem como evitar, mas tem como não morrer.

P: Aham...

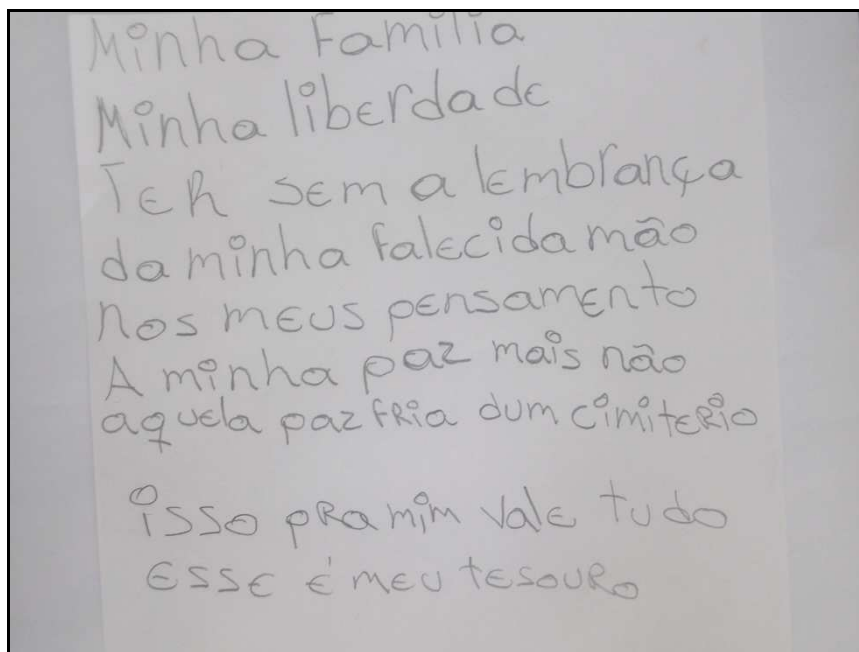
Anderson: Tem que andar sempre esperto...

P: Tu conhece muita gente que já morreu?

Anderson: Bah, conheci vários, conheci vários.

Trazemos como mais um dado para corroborar nossas afirmações quanto ao contexto da metrópole: todos os quatro gurus que aceitaram participar dos encontros citaram “Paz” como um dos tesouros a serem guardados consigo, conforme a figura a seguir. Isso não foi citado por nenhum dos 53 gurus da cidade de médio porte.

Figura 07 - Atividade 2 – Tesouros.



Fonte: Produção dos adolescentes.

Outra forma de morte recorrente é sobre a resolução de conflito entre as pessoas, que se trata de uma cultura presente em diferentes periferias do Brasil e constitui forma importante de dominação pela imposição da força. Manso (2012) afirma que os ciclos de vingança constituem-se em formas de manter-se vivo (matar para não ser morto).

Elas se transformam em pequenas tragédias territoriais, com os corpos nas ruas, comentários de vizinhos, velórios, enterros e planos de vingança. A repetição dessas ocorrências cria jovens temerosos de serem assassinados. Nos territórios onde os indivíduos se enxergam como potenciais matadores,

os conflitos podem provocar escolhas homicidas, que criam círculos viciosos e passam a fomentar disputas entre grupos vizinhos que podem durar e provocar inúmeras mortes. O medo de ser assassinado por vizinhos é um tipo de emoção fortemente indutora de escolhas homicidas (MANSO, 2012, p. 254).

Uma cena que ilustra esse ponto é quando um dos gurus, no centro de internação, conta que sonhou que um rapaz queria assassiná-lo. Em realidade, tratava-se de um rapaz de sua comunidade que estava ficando com uma guria com quem ele já havia ficado, e, por tal questão, sente-se ameaçado. A saída que encontra é o homicídio do rapaz logo que sair da internação, para evitar que seja assassinado antes.

Os gurus, agitados, me chamam num dos pequenos grupos e perguntam se eu acredito que os sonhos podem ser premonitórios. Pergunto por quê. Renato conta que sonhou que um rapaz de sua comunidade tentava matá-lo. Perguntei o que acontecia, e ele contou uma história confusa envolvendo uma guria. Ele ficava com a Tainá, ficou com vontade de ficar com outra guria também chamada Tainá, quis ficar com as duas ao mesmo tempo; sem o consentimento da primeira, deixa-a e fica com a segunda, que concordou com a relação a três, uma “estratégia” para ganhar tempo e convencer a primeira. Mas, nesse ínterim, a primeira Tainá começa a ficar com outro rapaz, de quem Renato tem receio de ser assassinado. Diz que quer se proteger e, para isto, quer se antecipar e matar o rapaz antes. “Dona, antes ele do que eu! Claro!”. “E não tem outro jeito de te proteger?”. Me pergunta que outro jeito, falo em conversar com o rapaz, Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte (PPCAAM), mudar-se de bairro, ir num terreiro. “Num terreiro, dona? A senhora acha que resolve?”. Falamos sobre as intenções, outros gurus falam sobre fé, suas crenças em Deus. [...] Pergunto por que um mataria o outro; se a guria queria ficar com o outro guri, qual seria a questão? Ele responde que tudo bem, ela poderia decidir, mas um não poderia ficar com “a mulher do outro”, e “que tinha mais coisa envolvida” (anotações do caderno de campo).

Ressaltamos, aqui, a lógica que regula a convivência entre alguns jovens nas periferias e que já foi registrada por diferentes pesquisadores (ZALUAR, 2007; MISSE, 2008; MANSO, 2012; FELTRAN, 2008). Outro fato que também nos chama a atenção para esta forte marca do risco de morte em que vivem os adolescentes reside na constante menção a pessoas que foram assassinadas (geralmente homens, jovens). Mais de uma vez, durante as conversas em grupo, os gurus relataram situações em que eles corriam risco de serem assassinados e contam sobre jovens assassinados em função de fugas, confrontos com policiais ou entre jovens. Nessa ocasião, falavam sobre pessoas que haviam sido assassinadas, sendo que, em uma das turmas de grupos de atividades, dos 11 gurus que participavam, nove mencionaram tal situação e, em outro grupo, de 13 participantes, 10 fizeram os mesmos

relatos. Quando perguntamos quem foram as pessoas assassinadas, não raramente eles contam mais de uma pessoa de seu círculo: amigos, pai, tios, irmãos, primos e conhecidos dos bairros.

A morte de pessoas próximas como resolução de conflitos banais na cotidianidade da vida gera, segundo Manso (2012), um medo constante de ser morto e faz com que mesmo pessoas que, por sua moral, não considerem o assassinato como forma de resolução de conflitos, acabem utilizando-o como recurso necessário para manter sua vida. Sentindo-se ameaçado pelo fantasma da possibilidade de vingança, o autor considera outros homicídios como forma de prevenir o seu próprio.

Na metrópole, assim como outras cidades do Brasil, os grupos ou facções possuem diferentes organizações criminosas que coordenam a venda de drogas ilícitas. Cada uma delas tem sua área de comercialização e dominância, assim como tem o objetivo de ampliá-la. Uma dessas organizações tornou-se muito conhecida entre os moradores da cidade por dois motivos. O primeiro é pelo forte traço de ações realmente violentas, brutais nas execuções e tomadas de outras “*bocas*”¹⁷, que, inclusive, dá o nome ao grupo: uma forma violenta de execução. O segundo motivo é pelas constantes tomadas de outros pontos de venda de drogas, movimento tão persistente e exitoso que garantiu a esta facção boa parte do território da cidade e de outras vizinhas e um movimento de outras facções rivais. No intuito de proteger seus territórios, as *bocas* rivais a esta facção encontraram na sua união a resistência possível, inclusive nomeando-se com o prefixo “anti” seguido do nome da facção.

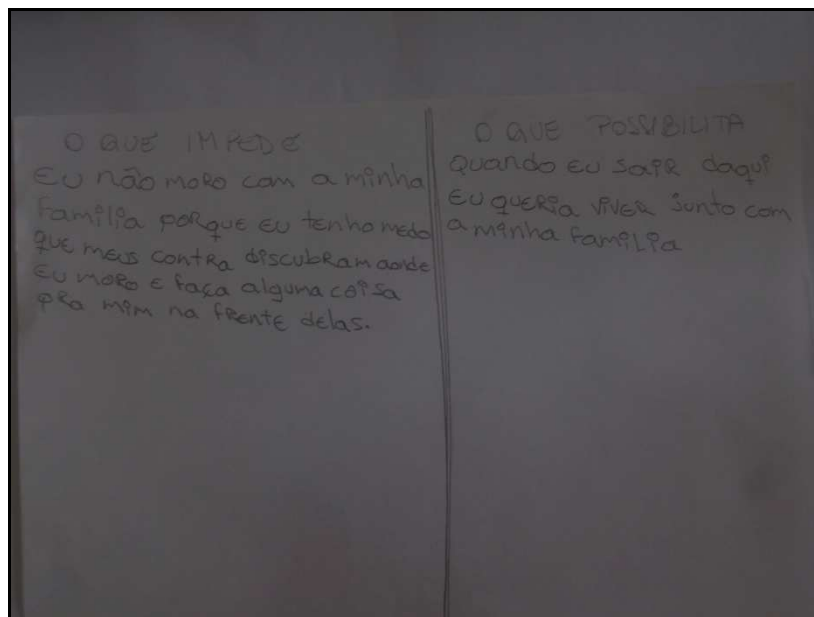
A persistência pela ampliação no território e a resistência das facções criaram um ambiente de muitas disputas armadas nos bairros periféricos e um aumento no número de roubos e assaltos em áreas mais visadas (provavelmente para financiar esses embates). À situação de aumento desses crimes constatada, de acordo com as informações da Secretaria Pública de Segurança do Estado, soma-se a retirada do policiamento das ruas por corte de gastos públicos, seguida de uma paralisação dos servidores da segurança por parcelamento e atraso nos salários. Os guris participantes da pesquisa revelaram ser ou não filiados a facções e a qual facção pertenciam.

Fernando, no centro de internação da metrópole, relata questões extremas da participação em facções/grupos criminais e, nesses casos, o valor da proteção que a socioeducação, por meio da medida de internação, exerce na manutenção da vida de alguns adolescentes. Em meio a esse relato, nas atividades realizadas, ele diz que seu maior tesouro é sua família, sua liberdade, sua paz e as lembranças de sua falecida mãe. Enquanto o que lhe

¹⁷ Os jovens atribuem este nome ao local-sede de venda de drogas.

impede de ter “seus tesouros” é a impossibilidade de morar com sua família, pela ameaça dos “contra”, pois teme que eles façam algo contra ele na frente de seus familiares; quando perguntado o que lhe ajudaria, responde que gostaria de voltar a morar com sua família. Em entrevista, Fernando conta que atua em um bairro com muitas bocas de fumo, em guerra constante, uma contra a outra.

Figura 08 - Atividade 3 – O que Impede e o que Ajuda.



Fonte: Produção dos adolescentes.

Fernando fala inclusive da relação desse contexto com as restrições de circulação pelos territórios da cidade que o impossibilitam de ir à escola. Além disso, fala da realidade de outros guris que estavam em situação de rua (como ele, antes de filiar-se ao seu patrão) e encontram na internação uma forma de prover-se dos cuidados básicos.

P: E não vai na LA... Mas isso não é descumprimento da medida? Não seria melhor ir pra não voltar pra cá?

Fernando: Ah, na real não dá. [...] a escola é na frente dos contras, acha que eu vou?

P: É, aí não dá! E já conversou com as técnicas sobre isso? Por que, assim, tu tá dizendo que não dá, é tua segurança, elas se preocupam, vão entender se tu disser, elas trabalham com isso há anos, sabem da realidade de vocês.

Fernando: Ah, se vier não tem problema, não dá nada.

P: Não te importa de ficar aqui, sem poder sair? Não tem problema vir pra cá de novo?

Fernando: Dá nada não...é até bom dá um tempo...

P: Dar um tempo? Dos tiros?

Fernando: É...

P: Tu te sente seguro aqui, então? De uma certa forma, é bom?

Fernando: Ih, dona, vários gostam de vir pra cá, tem moleque que tava na rua, sem comer, só usando droga, dormindo na rua.

P: Então tu conhece alguns que estão aqui... vocês se conhecem e se reencontram? E pra alguns é melhor aqui do que lá fora?

Fernando: Sim... tem guri que tá melhor aqui, tem comida, tem onde dormir.

Destacamos que Fernando diz que a internação “até é boa” “pra dar um tempo dos tiros”; mais uma vez, vemos que o ingresso no circuito da socioeducação é uma forma encontrada pelos guris de garantir proteção à sua vida e integridade física. O contexto de tensão pela ameaça à sua vida dispara diferentes formas de agenciar sua proteção.

As disputas ganharam tal dimensão que os serviços já não adentravam em várias partes das vilas e favelas. Reproduzimos, aqui, o início da conversa de pactuação da pesquisa no Centro da referida cidade, em que a mestrandia é orientada a não buscar os adolescentes em seus bairros na segunda etapa da pesquisa.

“O que? Encontrar os guris na rua? [...] Tu não tem ideia de como está a coisa aqui, a cidade tá em guerra, as vilas estão com toque de recolher, nem os serviços estão fazendo visita domiciliar em algumas regiões. [...] tu tem filho pequeno, não pode te expor assim!” (anotações do diário de campo).

Uma das formas de lidar com as imposições dos limites da construção do campo é trazendo-os, novamente, como dado para análise. A circulação pelas cidades trouxe necessariamente o tema da pesquisa para o cotidiano da pesquisadora, eram frequentes os relatos (e as recomendações de cuidado) dos moradores de cenas de violência e de “desova” de corpos.

Após a descrição do panorama contextual dos guris da metrópole, trazemos questões referentes ao contexto da cidade de médio porte, pois consideramos que suas diferenças trazem perspectivas protetivas à integridade física e manutenção da vida dos adolescentes. Faz-se necessário ressaltar como, na cidade de médio porte, a organização do crime explicita suas regras, seu conjunto de condutas. Apresentamos trecho da anotação do caderno de campo que ilustra nosso apontamento.

Eles falaram que se tivesse pena de morte não haveria tanto homicídio. Explicamos que não existe pena de morte no Brasil, ao menos não respaldada por lei, [...] e João Marcos disse: “Na nossa lei pode”. Eles também disseram que ninguém morre de graça e explicaram sobre a morte do Luis Henrique (outro jovem que conhecemos na atividade de verão) (anotações do diário de campo).

Em um dos grupos, um guri que fazia atividade em dupla com um colega me pergunta se eu já havia sido assaltada e como eu havia me sentido. Com isso, explicita sua relação com uma facção que dá ordenamentos às condutas:

‘Dona, a senhora já foi assaltada?’
Digo, ‘Sim, quem já não foi, né?!’
‘É mesmo dona?! E o que a senhora sentiu? O que levaram?’
Outro guri pergunta: ‘E como é dona, fica assim, estressada, com medo de sair de novo na rua?’
Respondo que não gosto, fico com medo, sim, e que já aconteceu de diferentes formas, apontando arma por debaixo da roupa, levando uma ‘gravata’. Nisto um dos gurus se espanta e diz: ‘Ô dona! Tá louco?! Sério?! Não pode, não, dona!!! No comando que eu pertença, não pode!’
Digo: ‘Ué, mas por quê?’
Porque não pode encostar na vítima, dona! Se eu for roubar tua correntinha, por exemplo, eu não posso nem tocar na senhora pra pegar! É a mesma coisa que se fosse... tipo abuso! Não pode!’
Pergunto: ‘Mas como assim? Por que não pode, como ficam sabendo, e o que acontece?’
‘Ah, dona, abuso não pode, é só roubar, não pode fazer o mal pra pessoa, e se os irmãos ficam sabendo que eu fiz uma coisa dessas, me matam!’ [...]
‘Ô dona, se a senhora for assaltada aqui, pede pra lhe devolverem seus documentos, chave de casa, que devolvem, viu?’”

Os gurus falam claramente que há um ordenamento às práticas, diferente do ordenamento do grupo da metrópole, quem constrói as regras é o “comando”. Enquanto o primeiro prega a violência como meio, o segundo a regula.

Produções acadêmicas de pesquisadores deste estado retratam a realidade da juventude envolvida com o crime. Chamam a atenção a configuração das relações, as regras e valores dos jovens de periferia submetidos ao regramento da facção do crime dominante (HIRATA 2010; MALVASI 2012; FELTRAN, 2008), advindo daí a forte intenção de contrastar com a realidade vivida por jovens que vivem na metrópole. Compreendendo, pois, que essas diferentes configurações têm forte impacto na vida dos jovens.

É conhecida a forma como a organização criminal atua nesta cidade e sua inserção é praticamente hegemônica pelo estado, uma vez que gerenciam grande parte da venda de drogas e outras atividades ilícitas. Alguns estudos etnográficos sobre a atuação desta organização mostram que, com o intuito de garantir o melhor andamento de seus negócios, eles pautam a paz nas periferias e entre vendedores, interrompendo ciclos de vinganças por questões de convivência ou por dívidas de usuários, assim como diminuindo a incidência de pequenos crimes realizados nas cidades (FELTRAN, 2012).

Zaluar (2015) faz referência a diversos relatos de pesquisadores para tratar sobre as formas

de violência entre alguns jovens de periferia, especificamente os envolvidos com atividades consideradas *crime*¹⁸. Remete a discussão às proposições que tentam elucidar os assassinatos entre os jovens, e pergunta-se se os diferentes conceitos, em verdade, referem-se à mesma questão empírica, uma vez que concernem a “práticas sociais que mudam a forma de pensar, sentir e agir de uma pessoa, reconhecendo a dimensão subjetiva dos jovens envolvidos nas redes do tráfico ilegal de drogas no Brasil, fazendo-os agir de forma crescentemente brutal, insensível ao sofrimento do outro” (ZALUAR, 2015, p. 25).

Ela acolhe as proposições que relacionam estas condutas com uma masculinidade identificada com a dominação pelo poder (hipermasculinidade ou etos masculino). Por sua vez, esse poder é representado pelo uso de arma de fogo, de roupas e joias caras, ofertas de festas e pagamento de bebidas para um grande número de pessoas em locais públicos, e, por fim, na sua radicalidade, o assassinato de um jovem por outro por disputas de bocas de fumo, dívidas, deslealdade, disputas por mulheres, entre outros conflitos. Afirma, também, a necessidade de buscarmos compreender quais os arranjos que compõem as decisões dos jovens a ingressarem nesses grupos em busca de reconhecimento e fama.

Ela nos traz a pergunta se a sociabilidade violenta poderia ser traduzida como a violência pela violência, partindo da proposição de Hannah Arendt de que “se o mau é sistêmico, ou banal, [...] então é a inércia que leva os jovens a matarem uns aos outros” (ZALUAR, 2015, p. 39). Posiciona-se argumentando que esse processo é viável pelo contexto social de masculinidade intensificada e da espetacularização da rebelião masculina, sendo operado pela desumanização de seu inimigo.

Alba Zaluar alerta, ainda, que se deve atentar a esta sociabilidade violenta, e não a generalizar como uma forma de vida de uma classe social inteira, ou de um grupo marginal. Afirma que, em suas incursões pelas favelas (e ao encontro de outros pesquisadores), essa realidade não é desejada pela totalidade dos moradores, reforçando que sua imposição se dá pelo uso da força com a ameaça à vida de quem se insubordina às despóticas formas de poder.

Do conteúdo trazido pelos adolescentes, pensamos ser importante destacar que a configuração do crime na metrópole, com os ciclos de vingança, sem a possibilidade de sair da facção, as constantes disputas por território, somados à violência institucional da polícia e da fundação, configuram risco à proteção e à vida daqueles adolescentes. Tais configurações se mostram mais ou menos protetivas à vida dos adolescentes e facilitadoras ou não da promoção de uma diversidade de cotidianos possíveis.

¹⁸ Grifo da autora. Ela destaca os diferentes status da palavra crime e seus agenciamentos, pela via legal ou pela via analítica.

Portanto, naquilo que foi recorrente na fala dos jovens sobre a pequena perspectiva de vida, considera-se essencial assinalar este item para falar sobre a reconstrução do seu cotidiano após a internação. A possibilidade de interrupção da vida, segundo os dados estatísticos e as vivências daqueles jovens, surgiu como um dado relevante da realidade para que se possa pensar a socioeducação, apresentando-se como um limite concreto a qualquer prática profissional no âmbito das políticas sociais.

4.4 “Ele é do tipo cara valente”

*Sempre diz
Que é do tipo Cara Valente
Mas veja só
A gente sabe...
Esse humor
É coisa de um rapaz
Que sem ter proteção
Foi se esconder atrás
Da cara de vilão
Então, não faz assim rapaz
Não bota esse cartaz
A gente não cai não
(trecho da letra Cara Valente – Marcelo Camelo)*

Nomeamos este item com um verso da música Cara Valente, amplamente divulgada na mídia brasileira. O excerto da canção que abre o item foi lembrado pela mestrandia após um dia intenso de entrevistas em uma das fundações. Ao final daquele dia, a última entrevista durou mais de duas horas e foi carregada de relatos de violência institucional da época em que as fundações de atendimento socioeducativos eram chamadas de FEBEM.

O tipo “cara valente” é bastante comum entre aqueles adolescentes. Tentavam demonstrar, na relação com seu interlocutor, sua virilidade, poder, seja pela força física, seja por superação em termos de acesso a consumo. O semblante de homem forte, poderoso e destemido era frequentemente utilizado como forma de se colocar em relação com as pesquisadoras, de manifestar-se nos grupos, ou, de forma indireta, relatando experiências, fatos ocorridos que ilustravam o uso dessa forma de estar com o outro. Assim, apresentaremos algumas situações em que esse “tipo” apareceu durante o trabalho de campo.

O contexto tenso de grave e consistente risco à vida ao qual os adolescentes estão imersos, como apresentado no item anterior, relaciona-se às contribuições de Manso (2012), sendo que ponderamos que em tal meio o semblante de masculinidade forte, viril, e de bandido talvez seja protetivo à sua vida. Consideramos, também, as falas de trabalhadoras que

dizem que a inserção em grupos com esse modo de vida também traz proteção. Isto se relaciona com as contribuições de Zaluar (2007, 2015) e Silva (2004), que tratam da existência desse tipo de sociabilidade entre jovens de periferia. Mas, por ser algo defensivo, oscila ao longo dos encontros, intercalando com posições mais juvenis e até infantis, característico da fase juvenil em que os gurus se encontram.

Portanto, a vivência do crime e a figura do cara valente são contrastadas com a condição juvenil. Isso foi observado em uma das falas de Adriano, chegando para um dos encontros grupais. Ele diz que estou com cheiro bom, digo que não sei do que é, que poderia ser do shampoo, do perfume, de algum hidratante para mãos. Ele fala de marcas importadas de perfume, digo que não uso coisas caras, cheiro meu cabelo, pois não sinto nenhum cheiro específico, e ele pede pra sentir o cheiro também, ao que ele confirma que deve ser do shampoo e pergunta qual eu uso. Digo que não sei exatamente qual a marca, ao que ele rapidamente pede para que eu confira que seu cabelo também estava com cheiro bom, pois havia tomado banho antes de vir ao grupo, o que confirmo e ele diz o shampoo que usava: “Turma da Mônica”. Depois de apresentar-se como o guri que gosta de adrenalina, de andar de moto, de relógios e perfumes importados, faz questão de mostrar que usa o shampoo da Turma da Mônica, trazido por sua mãe de presente. Assim, demonstra sua ambiguidade entre transgressor, guri da *vida loka*, cara valente, e sua situação juvenil, até mesmo infantil, como é típico dessa fase.

Tal situação nos apresenta outro ponto de extrema importância nesse difícil contexto: a vivência de adolescente em trânsito para a vida adulta, parte do que lhe foi permitido viver enquanto adulto está ligado a atividades criminalizadas, mas sua existência não se resume a isso, é ainda um adolescente referenciado a gibis infantis. Em outros termos, ele nos diz que está no e que deseja viver o período de moratória social juvenil, caracterizado pelo “entre” fases da vida (URRESTI e MARGULIS, 1982). Trata-se do direito de viver esse período de moratória social.

Essa questão da moratória juvenil também foi encontrada nas atividades elencadas como preferidas pelos adolescentes, nos grupos realizados nos centros de internação. O que nos mostra que o cotidiano dos gurus egressos é diverso, constituído por diferentes atividades, inserções, atores e contextos.

Como primeira forma de ilustração, apresentamos, na tabela a seguir, as atividades citadas pelos adolescentes como aquelas de que eles gostam e fazem. Elas compõem um quadro diverso e heterogêneo e, ao mesmo tempo, consideramo-las *atividades tipicamente juvenis*.

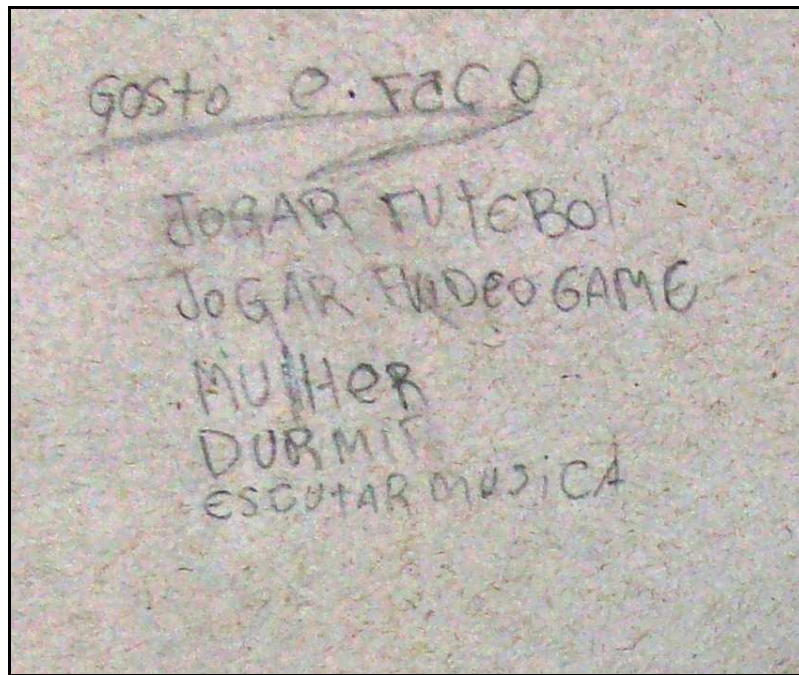
Quadro 01 - Atividade 1, Gosto e Faço.

Atividade 1 - Gosto e Faço	
Ajudar quem necessita	1
Andar de carro / moto	10
Cantar / Compor / Levar vida na carreira	3
Comer/ Comer chocolate / Comer sorvete	9
Conhecer outros meninos / Conversar com amigo	6
Cursos	2
Dar amor e carinho	2
Desenhar	2
Dormir	6
Estudar	4
Família (Ajudar / Cuidar / Estar com / Pensar na / Sair com / Visita / Ter visita da mulher / Conversar com a mulher)	20
Fazer sexo / Fazer sexo com a esposa / Namorar	9
Fugir da polícia	1
Fumar maconha	8
Gatos e cachorros	1
Lazer	30
Minha vida	1
Moca	1
Ouvir música (rap / sertanejo / funk / arrocha / pagode / gospel)	11
Praticar esportes / Nadar	26
Redes sociais	6
Roubar	1
Tatuagem	1
Ter dinheiro	1
Tomar banho	1
Tomar bebida alcoólica	1
Trabalhar	1
Vender drogas	3

Fonte: Sistematização da produção dos adolescentes nos grupos de atividades nas unidades de internação.

Na figura a seguir, o adolescente citou: “jogar futebol, jogar videogame, mulher, dormir, escutar música” como um conjunto de atividades preferidas dele, o que se poderia dizer que são as atividades preferidas de qualquer adolescente. Fica evidente que as atividades retratam o pertencimento comumente relacionado à adolescência, não correspondendo a um ‘perfil’ de periculosidade, ainda presente no imaginário em nossa sociedade, como retratado por Sposito, Silva, Souza (2006) e trabalhado por Misse (2014) em seu conceito de sujeição criminal.

Figura 09 - Gosto e Faço, Atividade 1.



Fonte: Produção dos Adolescentes.

A diversidade de atividades citadas pelos guris como atividades que eles fazem ou gostariam de fazer abarca todos os tipos: basquete, futebol, natação, pingue-pongue. Falam que gostam de sair com a família para comer lanche, passear, ir a festas, estar com “as gurias”, flertar, namorar, transar. Citam, ainda, jogar vídeo-game, soltar pipa, ouvir vários tipos de músicas. Com tamanho leque de atividades, parece-nos que a dificuldade da questão do retorno comunitário está menos para os interesses dos adolescentes do que para os locais possíveis de filiação ao seu alcance.

Outro ponto importante citado pelos guris entrevistados na metrópole, por alguns da cidade de médio porte e também por dois dos guris acompanhados após a internação é o desejo de constituir família. Foi observado, em seus relatos, a referência às primeiras experiências afetivo-sexuais e às expectativas envolvidas, envolvendo o desejo de construir uma família. Mesmo que tal expectativa seja também construída socialmente, na tentativa de se adequar ao padrão social de família nuclear com filhos, em um modelo idealizado e normativo, faz parte do imaginário de alguns adolescentes em sua perspectiva de futuro.

Em outra situação, também relatada em um momento de atividade grupal, observamos a coexistência dos âmbitos tanto na *vida loka* quanto da “juvenil”. Thiago estava engajado em sua formatura quando foi sentenciado à internação; o *gap* de tempo entre o flagrante do ato infracional e a determinação do cumprimento da medida socioeducativa foi apontado por mais

de um adolescente como injusto e revoltante, pois já estavam engajados em outro projeto, estudando, ou em alguma atividade laborativa quando foram internados.

Thiago falava, com grande empolgação, sobre o parque de diversão. Falava dos brinquedos, perguntou se eu já tinha ido e Gabriela respondeu que sim. “É da hora lá, né senhora?”, ele perguntou. Ele também disse que ia viajar para Florianópolis com a escola, porque estava no último ano e ia se formar, mas aí ele foi parar na Fundação, não sabia, portanto, se ia conseguir acompanhar sua turma.

Assim como Thiago planejava formar-se e ir ao passeio de formatura com seus colegas após sair da internação, outros guris também viam-se realizando outros projetos. Geralmente, eram guris mais velhos e com maior nível escolar, os mais novos e/ou com grande defasagem escolar dificilmente viam-se em outros projetos, ou os consideravam muito distantes, não podendo ser executados em imediato.

Com frequência, perguntavam a mim se eu já havia sido assaltada, e à Gabriela, possivelmente por ser mais jovem, se fumava maconha; vemos que os guris se apresentam de diferentes formas e estabelecerem relações a partir delas. Com estas nuances, buscamos tentar compreender estes espectros relacionais pelos quais os adolescentes colaboradores da pesquisa transitam. Compreendemos que eles expressam os lugares que agentes sociais também lhes atribuem; apesar da força do processo social de sujeição criminal, os guris nos apresentam outras possibilidades de interação, o que novamente rompe com a cristalização da identidade de criminosos, insistentemente atribuída a eles. Propomos que é possível construir ambiente em que os guris consigam transitar entre os espectros relacionais construindo com eles outras possibilidades de narrativas sobre si e sobre suas experiências.

Como podemos ver, os guris indicam caminhos possíveis, que contradizem o lugar social dado a eles de “frieza” e do “mal”; a postura de “cara valente” pode esconder muita dor e sofrimento, angústia e um pedido de elaboração de luto. Este último não precisa necessariamente ser a passagem ao ato de uma vingança que tira a vida de outro, a escuta de um desejo, uma vontade de vingança não necessariamente precisa ser tomada como um ato prestes a ser consumado, mas como uma vontade que pode ser deslocada para outras formas de elaboração da vivência, numa perspectiva de construir uma alternativa à figura do “cara valente”, salvaguardada, obviamente, a proteção à vida do adolescente em questão.

Pensamos ser importante destacar as voltas que os discursos dos guris podem dar, e a potência de uma postura relacional do interlocutor que permita que isso aconteça, considerando os apontamentos já feitos neste trabalho sobre esse lugar de escuta. Aí podem

residir possibilidades de construir novas narrativas de si e de suas experiências, ofertando outros sentidos que possibilitem ampliar suas possibilidades de circulação.

4.5 Do Lugar de Quem Não Faz Relatórios Pro Juiz

Assegurar aos gurus o sigilo sobre o que fosse dito nos processos da pesquisa foi um ponto fundamental para a colaboração deles no estudo. Sem tal segurança, não havia espaço para confiar e poder trazer conteúdos para além dos “programados”, aqueles que um técnico que trabalha com gurus em cumprimento de medida socioeducativa deseja ouvir, como falas de arrependimento, de que seguirão “outro caminho” etc. Garantir uma escuta que não os denunciaria à justiça, ou que, como resposta, não demandaria dos gurus um encaixe à norma foi imprescindível. Podíamos assegurar isso de nossa parte, mas a confiança tinha que ser construída no encontro com cada guri. Por vezes, o trabalho era possível, inclusive para ouvirmos que eles não desejavam estar conosco; em outras circunstâncias, não conseguíamos transpor a barreira da desconfiança, desconfiança de quem, depois de ter sido esquecido pelo Estado, já foi muito “acompanhado” pelos seus agentes, em uma vigilância que demandava condutas.

Partimos do lugar que não era o de quem congregaria informações para reportá-las à justiça ou à equipe técnica de acompanhamento das medidas. Este aspecto relacional da colaboração dos gurus já foi abordado na metodologia deste trabalho, mas o retomamos, pois reapareceu nos encontros após a saída da internação.

Nosso lugar era ao lado, buscando compreender as dificuldades em retornar para casa, e para a vida, após uma internação, ao lado para andar pela cidade e fazer percursos juntos, caso eles demandassem e permitissem; ao lado para escutar, sem julgar, vigiar ou cobrar condutas dentro de determinada norma social¹⁹.

Durante um dos acompanhamentos, quando eu faço uma fala apostando na habilidade que Daniel tem para vendas e que poderia vender produtos que lhe trouxessem mais lucro, pensando seriamente em um projeto de curto prazo para que aumentasse sua renda, sua mãe demonstra-se muito desconfiada. Digo em tom descontraído que sinto sua desconfiança, ao

¹⁹ Aqui nos apoiamos nas discussões de Saliba (2006) sobre o lugar dos técnicos na engrenagem da socioeducação: o de vigilantes e de mantenedores da norma, lugar o qual nos recusávamos a ocupar desde a Clínica da UFRGS e inconcebível enquanto pesquisadoras.

que Daniel diz que sim, sua mãe é desconfiada, e Márcia afirma desconfiar “de tudo”. Reforcei que não estava ali para fazer relatórios para a justiça ou para a equipe da Liberdade Assistida; repeti que vinha da Universidade para entender as dificuldades que os gurus e as famílias tinham quando eles saíam da internação e poderia dar algum suporte caso ele solicitasse. Enquanto Daniel me acompanhava até a parada de ônibus, conversamos, comentei sobre a desconfiança de sua mãe e tentei conferir com ele se ele também tinha a mesma ideia sobre minhas intenções. Fez expressão de estranhamento à minha pergunta e disse: “Não! Minha mãe é que é assim mesmo”.

Sabia que Daniel vendia balas no centro da cidade, algumas vezes liguei e combinamos de nos encontrar lá (e nunca encontrava Daniel); outras, eu ia por conta, tentando encontrá-lo. Das vezes que eu o encontrava, ele estava sempre com o rosto sério, tenso, num misto de constrangimento e pressa, dizia-me (muitas vezes sem me olhar nos olhos): “Tô trabalhando, dona, tô trabalhando”. Eu precisava dizer-lhe que não iria falar nada pra justiça, estava ali para encontrá-lo dentro do combinado que havíamos feito. Após um desses encontros no centro da cidade, quando chego à sua casa para um dos acompanhamentos, Daniel estava fumando maconha com um amigo. Ele me recebe, seu amigo vai embora, me leva para dentro do portão e chama sua mãe. Ela me diz, como se se queixasse para mim, que Daniel não quer ir à escola (já havia feito isso outras vezes).

Falamos sobre escola, mas Daniel não diz, ou não sabe, por que não quer ir; sua mãe diz a ele que escola é importante, mas sinto como aquelas falas meramente protocolares, para me dizer que ela considera a escola importante. Ela fala do receio de que ele seja internado novamente por não ir à escola e aos encontros da liberdade assistida (LA), disse que a equipe esteve em sua casa naquela semana. Diz ao seu filho que havia feito sua matrícula e que ele não poderia simplesmente sumir da escola, que deveria pelo menos ir “de vez em quando”, pelo menos no tempo que durasse a LA; ela me olha de soslaio e não entendo se está checando se pode confiar em mim e falar abertamente o que pensa, ou se me pede para fazer coro junto com ela, dando uma dura no Daniel, ou as duas coisas.

Nesse ponto, o discurso pronto da mãe de Daniel dá lugar a uma real preocupação, possibilitando uma conversa franca sobre ser internado, do respeito que tínhamos pelos seus motivos de não ir à escola (dos quais eu não fazia ideia) e das possibilidades de reduzir danos frente ao seu contexto.

A relação com cada guri teve seu tempo único de construção, com Daniel (e com sua mãe) a confiança e os lugares da relação foram sendo estabelecidos com o tempo, mais

lentamente do que com os outros guris, mas a certeza de que meu objetivo não era o controle possibilitou um encontro mais sincero.

Essas são famílias que conhecem os agentes do Estado, que estão acostumadas com suas visitas, intervenções, com seus discursos. Assim também foi com a família de Gabriel, no trecho transcrito do diário de campo, em que ainda tinha dúvidas sobre o meu papel. Trago a cena em que Gabriel desvela essa desconfiança da família e que, de forma muito singela, buscamos dar lugar e nome a esta relação, entre um guri que sai de uma Fundação de Atendimento Socioeducativo e uma pesquisadora, que busca compreender seu processo de retorno para casa.

Gabriel chega pra me receber, vem junto sua sobrinha, pequena, ele vem sorrindo, e me explica: “Eles (os familiares) acham que a senhora é tipo... assistente social”. Ele sorri achando engraçado, eu sorrio junto e aceno com a cabeça que não, ao que ele, também rindo, confirma. Pergunto “Ah, tipo alguém que vem conferir se tu tá fazendo tudo certinho?” Rimos. E eu digo: “Não, né?!” Gabriel concorda e diz: “Não, a senhora é minha o que mesmo? Minha... acompanhante?”. Digo que podemos chamar assim, que sou terapeuta ocupacional e o acompanho para saber que dificuldades ele tem ao sair da internação, ao que ele diz: “É, e pra me ajudar no que eu precisar pra fazer as coisas que eu quero, né?”

Dessa forma, Gabriel ocupa em nossos encontros um espaço de compartilhamento de desejos, intenções, eventos. Conta-me, por exemplo, que quer se mudar, morar com outro membro da família, em outro estado, tinha vontade de sair de onde estava; segundo ele, não havia contado isso para ninguém, nem para sua família, disse que ainda estava pensando. Também fala, pedindo para que eu não conte a ninguém, que ‘ainda está envolvido’, tem quatro ‘guris’ que vendem droga para ele e que fatura por semana cerca de três mil reais. Compartilha comigo que isso o permitiu reformar seu ‘barraco’, um imóvel que acolhe uma família bem maior do que sua capacidade prevê. Afirma que, muitas vezes, pensa em largar a atividade, mas também sente uma vontade muito forte de ‘ostentar’, fala isso com ar de estranhamento do seu próprio sentimento, como se não conseguisse compreender o fenômeno que vive. Menciona que há alguns fins de semana antes do nosso encontro gastou cerca de quatro mil e quinhentos reais em três dias.

Tais relatos nos apontam indícios que, possivelmente, uma relação de um guri com um técnico tem muitas chances de ser bem sucedida se for embasada em uma escuta compreensiva e promotora de acesso a proteções sociais, caso contrário, se for em uma perspectiva marcada pela moralidade, na investigação de condutas e julgamentos, não resta aos guris e a suas famílias outra saída que não o discurso pronto, praticamente teatralizado,

com conteúdos que os técnicos esperam ouvir de adolescentes em ressocialização e reabilitação socioeducativa.

Quando perguntados sobre quais as barreiras identificadas pelos profissionais para o retorno comunitário dos adolescentes, alguns técnicos também fazem referência a esta relação que as famílias criam com os técnicos das fundações. Por realizarem relatórios à justiça, as famílias não conseguem estabelecer relação de confiança por temerem que seus filhos permaneçam mais tempo internados caso suas dificuldades apareçam.

Porque, quando a gente tá aqui dentro da fundação, isso, às vezes, nos cria algumas barreiras com as famílias, com as comunidades. A gente representa o controle, a gente representa a possibilidade do guri sair e às vezes as informações não chegam, porque eles sabem que a gente faz relatório de avaliação; e isso é horrível, porque aí a gente fica com essa barreira mesmo. Então, os programas assim mais de ponta ajudam nisso de poder articular, deles acompanharem a família lá e a gente trocar as informações com o que a gente tem aqui.

Uma postura acuada, em que não se deixa “um técnico” aproximar-se, ou defensiva, no sentido de escolher não compartilhar determinados conteúdos com um interlocutor, fala muito da relação que essas famílias têm com agentes do Estado. Tais dados ficam em consonância com Goldani (2015), que retoma as críticas atinentes à intervenção do Estado sobre o cotidiano das famílias pobres, obviamente a partir das normas de sociabilidade da classe média. Sobre essas famílias desviantes da norma, notadamente as pobres, ainda recai a criminalização de suas condutas, pretexto sob o qual se sustentou a doutrina da situação irregular, que vigiava e retirava da convivência comunitária as crianças e adolescentes pobres.

Consideramos este um ponto importante a ser levado em conta ao se pensar não somente o trabalho técnico, mas, principalmente, com gurus envolvidos com atos infracionais e, especificamente, no que tange à saída de gurus das internações por medida socioeducativa. Acreditamos que a questão relacional pode representar um lugar possível para um programa de egressos, por exemplo.

4.6 Acompanhar. Acompanhado. Acompanhante.

Em uma das atividades em pequenos grupos, no centro de internação da cidade de médio porte, tratando do tema “o que me ajuda e o que me impede”, Gustavo diz que na

internação anterior aprendeu a fazer trufas; tinha 13 anos, e, quando saiu, decidiu manter a atividade. Teve alguma ajuda para comprar os materiais, sua primeira produção foi bem acolhida por vizinhos e algumas pessoas da escola e do CRAS, mas conta que logo após pediu que sua mãe o acompanhasse nas vendas. Segundo ele, sua mãe disse que não podia. Gustavo diz: “Bah, senhora, precisava que ela fosse comigo”, ao que seu colega de dupla emenda: “Senhora, quando a polícia foi na minha casa, pra me pegar e me trazer preso, eu pedi pra minha mãe ir comigo; ela estava fazendo pão, disse que não podia ir junto, pois estava com as mãos sujas de farinha”, e estende as mãos, espalmadas pra cima, imitando o gesto de sua mãe.

Os dois guris falam sobre serem acompanhados, sobre alguém estar ao seu lado, fazendo algo junto com eles. Esse tema foi recorrente em diferentes momentos do trabalho e compreendemos que está intimamente ligado às necessidades dos guris e às possibilidades de trabalho com eles.

Buscando, ou não, a construção de outro projeto de vida, os guris citam maciçamente figuras femininas, como mãe e namoradas, como motivadoras e pessoas que lhes dariam suporte. Propomos essa leitura com base nos relatos dos guris e nas produções gráficas realizadas durante a internação, em que eles referem suas mães, irmãos, pais, familiares, namoradas como único suporte após a saída da interação.

Compartilhamos, aqui, o panorama do que derivou da atividade gráfica “O que me impede e o que me ajuda” e que consideramos importante considerar quando se trata de quem acompanha os guris após a saída.

Quadro 2: Atividade 3, O que Ajuda.

Atividade 3 - O que ajuda	
Ajudar quem precisa	1
Amor/Afeto	4
<i>Carisma</i>	1
Confiança dos outros/Mostrar que mudei	2
<i>Coragem</i>	1
Cumprir as medidas	4
Deus (Fé em)	9
Esposa/Futura esposa/Namorada	6
Essa vida só dá cadeia ou caixão	1
Estudos	3
Família (Ficar com/Bons exemplos/Motivação/Inspiração)	41
<i>Fé (em mudar)</i>	4
Felicidade quando sair	1
Ficar longe do mundo das drogas	1
<i>Fidelidade</i>	1
Filha	4
<i>Força de vontade / Nunca desistir</i>	4
<i>Habilidades</i>	1
<i>Humildade</i>	1
<i>Liberdade</i>	4
<i>Meus respeitos</i>	2
<i>Mudar de opinião/Meus pensamentos/Meus conceitos</i>	8
<i>Novas escolhas / Fazer diferente / Seguir outro caminho / Rever atitudes</i>	10
Ouvir mãe e não colegas / Escutar quem quer bem	5
Pessoas que não deixam desistir / Valorizar pessoas que apoiam	2
<i>Paciência</i>	1
Pensar antes de agir / Estudar bem o roubo / Se cuidar pra não ser preso	4
Sair do crime	2
Trabalho / Dinheiro	7
Visita da mãe/mulher/filho(a)	4

Fonte: Dados de campo. Grifo nosso em negrito do conteúdo correspondente às relações familiares e, em itálico, o conteúdo referente a fatores pessoais.

Como fator de ajuda para a reconstrução de seu cotidiano com “seus tesouros”, a família aparece com mais frequência, sendo citada 41 vezes; se somarmos com filha, 4 vezes; visita de familiares, 2 vezes; pessoas que não deixam desistir/valorizar pessoas que apoiam, 2 vezes, e ouvir familiares e quem lhes quer bem, 5 vezes, temos uma dimensão de quem os adolescentes identificam como “acompanhante”: exclusivamente seus familiares. Há de se

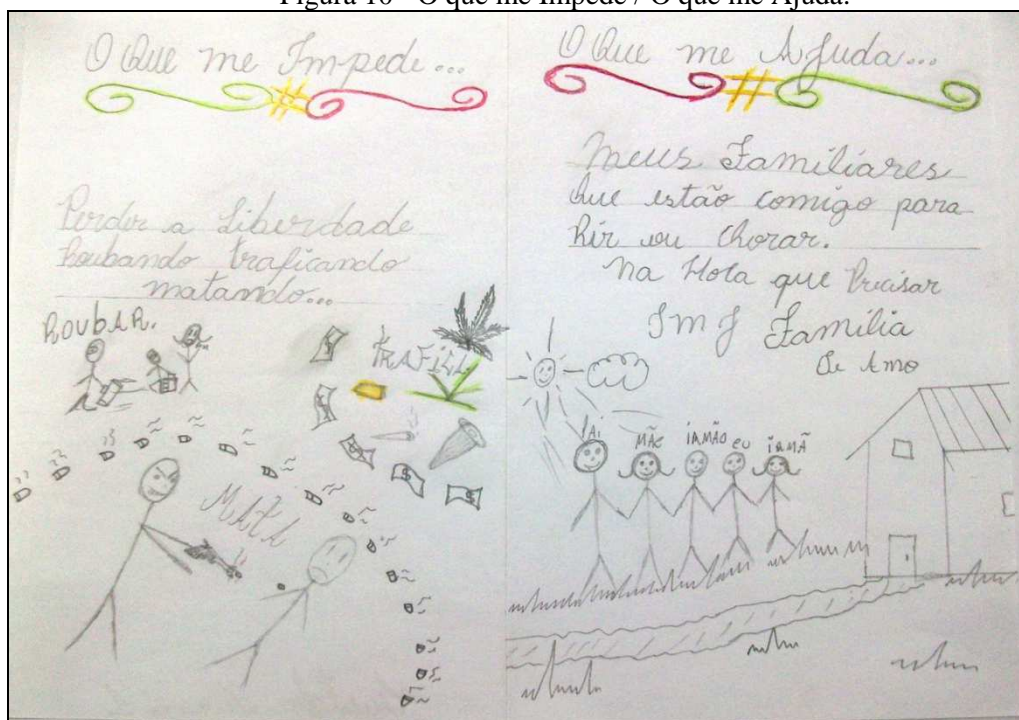
destacar que nenhum trabalhador ou serviço/instituição foi citado como alguém/algo que os auxilie a mantê-los próximos do que lhes tinha valor.

A partir disso, podemos compreender que, efetivamente, os serviços e seus trabalhadores não são considerados pelos gurus como atores da rede de apoio para seu retorno comunitário. Pensamos que esse dado pode ser explicado de duas formas, a primeira nos remete ao item trabalhado anteriormente neste texto, ou seja, não há relação de confiança entre os gurus, seus familiares e os agentes do Estado. A segunda diz respeito ao momento de vida que os gurus vivem, por serem adolescentes, podem referir como apoio pessoas de vínculos mais próximos (“minha mãe”, “meus pais”). Isso também pode refletir a internalização da expectativa normativa de uma família adequada, “boa”. Com frequência, seus amigos são citados como aqueles que os levam para atividades criminalizadas, “pra fazer coisa ruim”, ou “pro crime” (como eles dizem), ou são invejosos e esperavam vê-los “cair”, que, quando perdem tudo, ao serem internados, são esquecidos por esses amigos, não os visitam, não enviam cartas, não dão suporte aos seus familiares.

Destacamos, também, que fatores pessoais (em itálico na tabela) foram citados 37 vezes – fatores que remetem ao próprio adolescente um retorno comunitário bem-sucedido. Consideramos grande a frequência das alusões feitas a alguma motivação ou fator pessoal para manter-se fora do circuito das atividades do crime, e citamos, como exemplo, “meus pensamentos”, “meus conceitos”, “força de vontade”, “fé” e “fé em mudar”.

Percebemos que, do ponto de vista dos gurus, grande parte da sustentação de um projeto de vida depende da possibilidade de mudança de curso de vida, e está mais em si do que no exterior (em pessoas, serviços, atitudes de outros). Se, por um lado, parece-nos uma tarefa solitária, por outro, aponta para uma possível autonomia.

Figura 10 - O que me Impede / O que me Ajuda.



Fonte: Produção dos adolescentes.

Os guris relacionam a perda da liberdade com a perda do que lhes é valioso, alguns de forma direta e outros mais indiretamente; a primeira leitura nos soa coerente quando retomamos o conteúdo da atividade dos tesouros (mãe, família, liberdade foram os maciçamente citados). Se seguirmos essa linha de pensamento, seria coerente pensar que, se o projeto de vida após a internação contivesse o que seria importante pra eles, a lógica nos levaria a pensar que esse projeto excluiria o envolvimento com atos infracionais.

No entanto, considerando as histórias de retorno ao envolvimento em atos infracionais relatado pelos próprios guris participantes dos grupos, sua postura é ambivalente: mesmo considerando os custos de uma nova internação, alguns afirmam que retornarão ao trabalho no tráfico ou em assaltos, conforme ilustra o registro da conversa de grupo a seguir:

Diego disse que vai voltar [sair da internação] pior. "Aqui se segurar mais, vai aprender mais coisa [...] quem quer mudar de vida, muda. Não é Fundação que vai mudar".

Denver disse que "não adianta falar as coisas aqui dentro e chegar lá fora e continuar". Eles disseram que a Fundação não funciona e que no mundão tem a tentação. Também disseram que ficar lá dentro gera mais revolta, que eles saem com o "coração abalado". Perguntamos sobre como eles podem fazer para não voltar, e Denver diz que, às vezes, é preciso se afastar das amizades. A maioria disse, também, que só sai dessa vida quem quer.

Tal questão nos coloca a pensar se tais afirmações não seriam reflexo do que é disseminado em nossa sociedade, que deposita nos indivíduos todo o sucesso ou fracasso de suas vidas. O que pode ser relacionado com o processo de sujeição criminal, no qual também está presente a individualização das suas possibilidades de construção de respostas às suas condições. Ao sujeito, cabe ver-se como recuperável ou não (MISSE, 2014). Levantamos a hipótese de que, apesar de os guris acreditarem, e isso também aparecer na fala dos trabalhadores, como veremos a seguir, tanto os serviços quanto as famílias não desconstruíram tal crença; destes, somente as famílias representam relação de confiança e suporte para outro projeto.

Trazemos, a seguir, outros relatos de grupos e entrevistas em que os guris falam de familiares e namoradas como acompanhantes para seu projeto após a saída. Cleber apresenta a relação com sua namorada como algo que sustentaria uma vida fora dos riscos que a atividade criminal traz, com suporte de seu pai, que lhe ofereceu uma casa no terreno de sua família. Sua namorada também o aconselha e o desafia, dizendo não ser tolerante à atividade de roubos e assaltos, e que não seguiria a relação se ele voltasse a se envolver com isso. Também refere ter suporte de tias da metrópole. Somente ele e Adriano mencionaram apoio da família extensa. Segue trecho da conversa com Cleber.

P: E o que ela acha disso? Ela sabe do que tu pensa em fazer?

Cleber: Ah, já falei pra ela, mas ela acha que eu não vou me segurar.

P: Ela acha isso?

Cleber: Já falei que eu vou, já botei na cabeça que eu quero.

P: Agora virou questão de honra com a Marina.

Cleber: É vou ter que provar pra ela que eu vou conseguir.

[risadas][...]

P: Tu acha que ela te daria um apoio então?

Cleber: Bah! Cansou de falar pra mim dos negócio, pra mim não ir. Que nem, quando eu fiquei com ela, ela não sabia que eu fazia esses negócio. Eu ia escondido.

P: O que ela achava que tu fazia?

Cleber: No caso ela sabia que eu traficava, no caso, e ela sempre falava pra mim “bah, larga isso aí, isso aí não é vida, vai trabalhar”. Sempre falava isso pra mim. Ai, bah depois que eu fui preso por esse ato infracional aí, 157, bah, ela ficou louca. Ai não é fácil.

P: Ela te colocou alguma condição pra vocês voltarem?

Cleber: Como assim?

P: Ela te colocou alguma condição, “ah vou morar contigo mas... tu tem que largar isso”.

Cleber: Ela falou.

P: Falou?

Cleber: Falou [risadas] Ela falou mesmo.[...]

P: Quem mais te ajuda? Te ajudaria, te apoiaria nisso?

Cleber: Meu pai, minha mãe, minhas tias também.

P: Tuas tias também?

Cleber: Bah, minhas tias são que nem mãe pra mim.

Adriano também fala do desejo de conhecer alguém e formar uma família, o que, por sua vez, não necessariamente exclui o envolvimento com assaltos.

Adriano: Nem tô na esperança de... Ah eu quero conhecer alguém, ter filhos né, eu quero ter filhos na real.

P: Ah, é?

Adriano: É, quero deixar um monte de filho na real.

P: Tu quer ter família grande que nem sua mãe?

Adriano: Enquanto eu estiver vivo eu vou cuidar deles, tá ligado? Que nem minha mãe deixou eu.

Temos, portanto, que, para os colaboradores desta pesquisa, a família aparece como suporte, mas também como projeto de vida. Interessante apontar que os discursos pendem entre a possibilidade ou não de conciliação de levar a *vida loka* e de “ter uma família”, de encarnar a figura de “bandido” ou a figura de “pai de família”. O que segue à visão de que, por fim, resta a escolha individual de traçar percurso diferente do que já foi vivido novamente. Tais posicionamentos relacionam-se com o processo de sujeição criminal: os guris parecem titubear frente às figuras puras e condensadas de “bem” e “mal”, elas não poderiam coexistir, mas parece que coexistem em seu imaginário, nas suas intenções, o que reforça a ideia de que essas figuras são realmente construídas socialmente e que há forças que buscam capturar os guris nessa direção.

Sobre este tema, uma das trabalhadoras afirma que as possibilidades são construídas, principalmente, pelos familiares, que têm o papel de criar as condições na comunidade para que o adolescente possa integrar seu cotidiano. Quando não há o responsável legal pelo cuidado do adolescente, a trabalhadora afirma que a rede tem um papel ainda maior na proteção e cuidados. Trazemos sua fala para ilustrar a questão:

Eu acho que... a possibilidade antes da dificuldade, ela tem que ser criada, e pra ela ser criada, você precisa trabalhar muito o responsável. Quando o responsável trabalha junto com a gente na medida, você pode contar com o responsável, as possibilidades, mesmo sendo difícil, o responsável consegue criá-las lá fora, com muita luta, só que daí ele sabe que pode contar com a gente também. Quando você não tem o responsável, que dê pra contar, que a gente tem muito isso, às vezes o menino não tem um responsável legal que você fala: “olha, esse daqui vai nos ajudar”, às vezes não tem, aí fica muito difícil, é aí que entra ainda mais o trabalho da rede, porque aí a gente vai precisar 100% da rede.

Em uma das fundações está instituído o “Círculo de Compromisso”, dispositivo que reúne o adolescente, familiares, trabalhadores das fundações e trabalhadores dos serviços comunitários. É visto pelas suas trabalhadoras como ferramenta importante para a articulação com os serviços e para a identificação dos desejos e possibilidades de cada ator, principalmente da família e do adolescente envolvidos. Pode-se apontar, nesse momento, que o trabalhador ou o familiar (ou qualquer outro ator comunitário) pode compor a rede social de apoio aos projetos dos gurus egressos e isso pode ser trabalhado nesse momento da internação, por exemplo, no círculo de compromissos.

Mais de um trabalhador relatou ser recorrente alguns adolescentes solicitarem nova medida, como liberdade assistida, ao invés de extinção de medida para seguir sendo acompanhado e sentir-se “obrigado” a ir à escola e não se envolver novamente em atos infracionais. Em outra situação, durante uma reunião de apresentação a um dos gurus, estava presente um técnico da medida de liberdade assistida, que seria referência do adolescente em questão. Ele nos conta que, em seu serviço, no último ano, dois gurus pediram a manutenção da medida, mesmo após saber que a equipe indicaria à justiça sua extinção. A justificativa era a mesma: gostariam de continuar sendo acompanhados; nessas situações, o serviço de cumprimento de medida é que aparece como apoio possível às figuras familiares para dar suporte aos projetos de saída. Lemos esses pedidos dos adolescentes como pedidos de intervenção estatal para garantir o acesso aos seus direitos, frente à impossibilidade de garanti-los pelas mãos de suas famílias ou da sociedade.

Por mais que tenhamos a tendência de pensar que esse pedido dos gurus seja da ordem da internalização da vigilância, do controle sobre os corpos, da captura feita pelo processo de sujeição criminal, há de se perguntar se essa demanda não fala da necessidade de sentir-se acompanhado, de alguma forma vincular-se a outra pessoa, podendo contar com a presença física de alguém para realizar as travessias, percorrer os percursos do seu momento de vida.

Imprescindível sublinhar que, novamente, o ingresso e a permanência do adolescente no circuito socioeducativo são a saída construída pelos adolescentes a ter sua proteção social garantida, acessar direitos. Frisamos que, para alguns adolescentes pobres, está previsto o não acesso a direitos, que há uma tolerância social às suas condições e a construção social desse lugar como criminoso justifica e mascara o não acesso a condições dignas de moradia, ao trabalho seguro, à remuneração de seus genitores condizente às necessidades familiares, à educação, cultura e lazer, entre tantos outros direitos. A porta que se abre com o discurso de acesso parece ser a da socioeducação, paradoxalmente, ela tem em si o imaginário da justiça punitivista, portanto, o acesso a direitos passa primeiro pela criminalização dos adolescentes

para tentar engendrar (a partir do trabalho dos técnicos) o referido acesso, que, por sua vez, falha ao encontrar no imaginário social de atores comunitários barreiras condizentes com o processo de sujeição criminal.

Tomamos a circulação de Deivid como ilustração do nosso argumento. De acordo com sua mãe, ela se dava nos arredores de seu bairro, usava bicicleta e percorria longas distâncias com outros gurus do bairro, andava pela quadra de esportes e por uma região onde os moradores banhavam-se em águas correntes, isso quando não estava da região central, onde vendia balas. Seu percurso era autônomo, quando íamos à sua casa e ele não estava, sua mãe sempre dizia não saber a que horas ele chegava ou que horas voltava, geralmente não tinha certeza sobre onde ele estava.

Observamos, assim, uma dinâmica familiar de maior autonomia na circulação de seu membro adolescente, por assim dizer, diferente de parâmetros de outras camadas sociais. Tal configuração pode ter sido construída pelas condições materiais, econômicas e de suporte social da família: havia com quem deixar os filhos enquanto a mãe saía para trabalhar, existiam serviços de educação e de cuidados à primeira infância e quais eram seus horários de funcionamento, havia condições financeiras para compensar tal falta? Segundo Fonseca (2005), as famílias acabam por se adaptar às condições contextuais de escassez ou insuficiência de suporte social e de serviços públicos que deem conta de suas necessidades, e essa adaptação cria esses modos de viver tipicamente associados às classes populares. Por distanciarem-se dos modos moralmente valorizados por classes mais favorecidas, esses modos de vida são criminalizados e disparam todo um aparato normalizador, vigilante, repressor e punitivo dessa população.

Buscando com Renan alternativas para sua circulação na cidade, realizamos os primeiros encontros. Em pouco tempo, perdemos o contato telefônico, tentamos pelo número de sua mãe, e também não tivemos êxito. Foi necessário irmos à sua casa procurá-lo, sem poder avisar previamente. A dificuldade de contato telefônico foi frequente, e tivemos que fazer isso mais de uma vez; poucas vezes o encontramos, conversávamos com sua mãe, tentávamos marcar encontros por meio dela. Geralmente, Renan comparecia quando agendávamos, de todos os gurus era o que mais mantinha as combinações, inclusive quando elas previam circulação pela cidade. Quando ele não estava em casa, sua mãe dizia que algum amigo havia passado por lá e haviam saído para algum lugar. Essa dinâmica parecia frequente, o que me levava a pensar em querer ser a primeira a passar por sua porta!

Conforme Renan nos conta, seus dias aconteciam artesanalmente, eram construídos de acordo com as demandas que surgiam, amigos que o chamam, sua mãe que pede que fique na

salgaderia para ela, encontros conosco. A pergunta que parece insistir quando pensamos nos encontros com Renan (assim como com Daniel) é: quem bate à porta dos adolescentes? Também defendemos que reside aí ferramenta importante para se pensar na intervenção com a juventude: o estar com, ir com, fazer juntos. Pensamos que há consonância com o proposto pelas elaborações da terapia ocupacional social para o dispositivo de intervenção do acompanhamento territorial singular, já abordado neste trabalho. Defendemos que este formato de acompanhamento, desde que contemplando uma perspectiva não normativa, carrega potencialidades para um trabalho com egressos de internação, assim como para um trabalho realizado a partir dos serviços de proteção, como já descrito nos trabalhos de Lopes et al. (2014) e Lopes, Borba e Cappellaro (2011).

Como pudemos perceber, a circulação dos gurus é geralmente acompanhada em relação com o outro, seus cotidianos são construídos com quem bate à sua porta, com quem está ao seu lado, incluindo aqueles que vêm da rua fazer esta oferta.

Se Agnes Heller vê na ciência, na política e nas artes a possibilidade de contravenção ao cotidiano alienante, Certeau (2008) compreende que, havendo práticas sociais de dominação e de reprodução disciplinar por meio, inclusive, da vigilância dos atos individuais, as pessoas, mediante suas “maneiras de fazer”, são capazes de reapropriar-se desse espaço dominado. O autor afirma que o cotidiano é arte em si, é sempre oportunidade de criação de novas configurações de existência, e elas se expressam nos fazeres, são expressão e são a resistência em si às formas de dominação (AGUIAR, 2004).

As maneiras de fazer falam da inércia e da resistência às imposições sociais, expressam a astúcia dos consumidores que acabam por constituir uma antidisciplina à norma (AGUIAR, 2004). Nessa leitura das vivências, residem importantes caminhos para buscar compreender como se dão as trajetórias e escolhas dos adolescentes colaboradores desta pesquisa e tantos outros em situação de pobreza e vulnerabilização, principalmente vivenciando processos de criminalização da sua condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 11 - Charge de Santiago.



Fonte: Charge publicada no jornal Extra Classe em março de 2007. Disponível em: http://grafar.blogspot.com.br/2007_12_16_archive.html.

O trabalho de campo realizado, por meio das atividades nas Fundações, mostra-nos adolescentes com interesses como quaisquer outros rapazes. Sua fase peculiar explicita-se nas referências à mãe e à família como suporte, muitas vezes citadas como únicas bases de apoio aos seus projetos. Tais pontos rompem com o imaginário social que os aloca como “bandidos”, portadores unicamente do “mal”. Mas aos jovens de periferia o que está garantido é o controle e a vigilância do Estado, a partir do seu aparato técnico contando com a forte atuação da polícia e da justiça. As atuações mais eficientes no campo da juventude são aquelas com o objetivo de encarceramento e assassinato da juventude pobre. Esta é a (in)visibilidade (SPOSITO, SILVA, SOUZA, 2006) deste grupo populacional, são vistos somente a partir da perspectiva de sujeição criminal. Vê-se que esse processo em curso, subjugando essas populações, limita sua circulação na sociedade, fecha portas para sua participação social. Pelos resultados desta pesquisa, pode-se apontar como o maior desafio aos trabalhadores da socioeducação e da formação de profissionais que trabalharão com adolescentes a mudança do lugar social dado às crianças e aos adolescentes pobres em todo o país.

Nesse sentido, de um lugar social ou de invisibilidade ou de uma visibilidade que os determina como criminosos a priori, identificamos que os adolescentes não se sentem acolhidos pelos serviços ou percebem sua inexistência em seus cotidianos em seus bairros.

Tal percepção foi corroborada pelos trabalhadores das fundações nas duas equipes: as comunidades não possuem serviços/espços em quantidade suficiente para acompanhamento dos jovens, e, quando possuem, ou são refratários àqueles adolescentes ou não têm condições materiais ou, principalmente, de pessoal para manter um acompanhamento qualificado dos jovens que possibilitasse um verdadeiro suporte social para seus cotidianos.

Persistem, nos achados desta pesquisa, as falhas da proteção às crianças, aos adolescentes e às suas famílias, que somam processos de vulnerabilização em suas existências. A vulnerabilização pode ser tão extrema que, por vezes, a própria internação foi vista por alguns adolescentes como protetiva para sua vida devido ao contexto de disputas entre grupos ou à situação de rua em que estavam. Vemos, aí, um regresso à doutrina da situação irregular, e que, novamente, a porta que se abre aos adolescentes é a da criminalização.

Uma das portas abertas aos jovens pobres é a do envolvimento com grupos e/ou facções envolvidas com atividades criminalizadas, eles transmitem aos adolescentes princípios e regramentos de condutas, e, não raramente, interferem de maneira direta nas possibilidades de retorno às comunidades: seja por valorizar a manutenção da vida dos jovens por meio da regulação dos homicídios, atuações em assaltos e ciclos de vingança, seja por promover ou não disputas constantes pelos territórios de venda de drogas, garantindo a “proteção” de adolescentes em relação a desafetos ou pelas restrições territoriais impostas pelos grupos daquele território. Nesse contexto, questionamos quais seriam as possibilidades das equipes técnicas envolvidas com o cumprimento de medidas socioeducativas para intervenção nesse difícil cenário.

Acreditamos que a intervenção no campo da terapia ocupacional social, embasada num arcabouço teórico que considere o contexto social no qual estão inseridos os adolescentes e as interrelações com a composição de seu cotidiano, pode contribuir para processos de mediação social que visem ao retorno comunitário daqueles jovens e à busca de abrir outras portas e frestas em suas vidas.

Na experiência aqui realizada, compreendemos que o uso das atividades nos auxiliou a compreender, pelo menos em parte, a realidade daqueles guris, suas contradições e potencialidades para estar ao seu lado quando da saída da internação. Buscamos explorar as potências que os conceitos e compreensões sobre cotidiano apresentam para a terapia ocupacional e, especificamente, para abordar projetos que os adolescentes egressos de internações por medida socioeducativa possam ter ou construir para o seu futuro.

Compreendemos, por fim, que a reconstrução do cotidiano dos adolescentes após o cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade depende da acolhida de uma rede de suporte social que consiga romper com o processo que inscreve os guris, mesmo antes de sua internação, em um único caminho: o da sujeição criminal e a sua consequente criminalização.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. L. S. R., HERSCHMANN, M. Vida cotidiana: em torno de Agnes Heller e Michel de Certeau. **Revista Eletrônica da PPGMC Artigos Seção Livre**, n. 5, p. 1-16, dez/2014.

ALMEIDA, Marília Mastrocolla de. **Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois de internação na FEBEM de Ribeirão Preto**. 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área: OPsicologia) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I.; LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 95-103, set./dez. 2002.

BORBA, P. L. O. **Juventude marcada: relações entre o ato infracional e a Escola Pública em São Carlos - SP**. 2012. 250f. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm> Acesso em: 03 fev. 2015.

_____. Lei Federal N. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Decreto 3.597/00. Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999, 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília.

_____. Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinada a adolescentes que pratique ato infracional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm#art86>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 39 p.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília. 2014. 92 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100 p.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento Anual SINASE 2014**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2017. 65 p.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **Estatuto da Juventude** – Lei N.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília., 2013. 133 p.

_____. Lei 6697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

CAPPELLARO, M. **Cadê as meninas?** Cotidiano e traços de vida de jovens meninas pobres pela perspectiva da terapia ocupacional. 100f. Dissertação de Mestrado em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: 2013.

CARVALHO, S. O encarceramento seletivo da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do Poder judiciário. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 67, p. 623-652, jul/dez. 2015.

CASTEL, R. **As metamorfoses de uma questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 1998.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. ed 15, Petrópolis/ RJ: Vozes, 2008.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. n.24, p. 40-52, set/out/nov/dez, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>> Acesso em: 24 mar. 2016.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras em Tensão**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2008.

_____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão dos homicídios na periferia de São Paulo. **Caderno CRH**. Salvador. v 58, n.23, p. 59-73, jan-abr. 2010a.

_____. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n 79, p. 201-233, 2010b.

_____. Manter a ordem nas periferias de São Paulo: coexistência de dispositivos normativos na “era PCC”. In: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V.S.. (Org.). **Ilegalismos, cidade e política**. Ed 1. Belo Horizonte – MG: Fino Traço, 2012, v. 1, p. 100-125.

_____. Periferias, direito e diferenças: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, v. 53, n. 2, p.565-610,2010c.

FONSECA, C. L. W. Concepções e Práticas de Intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v 4, n.2, p50-59, mai/ago, 2005.

GALHEIGO, S. M. O Cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, São Paulo, v.14, n.3, p.104-109, 2003.

_____. Occupational Therapy and the Social Field: clarifying concepts and ideas. In: KRONENBERG, F.; ALGADO, S. S.; POLLARD, N. **Occupational Therapy without Borders: Learning from the spirit of survivors**. Londres: Elsevier Limitada, 2005. p. 87-98.

GOFFMAN, Erving **Manicômios Prisões e Conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. Ed 7. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOLDANI, J. M. A influência do contexto familiar nas decisões judiciais a respeito de atos infracionais de adolescentes: o intervencionismo familiar ainda de faz presente? In: COSTA, A. P. M.; EILBERG, D. D. (org.). **Justiça Juvenil na Contemporaneidade**. Porto Alegre: DM, 2015. p.20-242.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. ed 11, São Paulo / Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2016.

HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. 2010. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo.

LEHFELD, N. A. S.; SILVA, T. R. O *lócus* do jovem pobre na sociedade a partir do *boom* dos rolezinhos. **Revista Katálysis**. Florianópolis: v. 9, n. 1, p. 126-134, jan/jun, 2016.

LIMA, R. S.; SINHORETTO, J.; BUENO, S. Gestão da vida e segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. v. 30, n. 1, p. 123-144, jan-abr 2015.

LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e Sociedade**, v 17, n.3, p. 63-76, 2008.

_____. Recursos e tecnologias em terapia ocupacional social: ações com jovens pobres na cidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v 22, n. 3, 2014, p. 591-602.

_____. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamento. **História Revista HISTEDBR** – on-line. Campinas, n.23, p. 114-130, set, 2016.

LOPES, R. E. et al. Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. IN: LOPES, R. E; MALFITANO, A. P. S. (orgs) **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. EDUFSCar, São Carlos, 2016. p.29-48.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L.; CAPPELARO, M. Acompanhamento individual e articulação de recursos em terapia ocupacional social: compartilhando uma experiência. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.35, n. 2. p. 233-238, 2011.:

- MALFITANO, A. P. S. Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (org.) **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. EDUFSCar, São Carlos, 2016. p. 117-133.
- MALVASI, Paulo Artur. **Interface da vida loka** - Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo.. Tese (Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MANSO, Bruno Paes. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. **La juventud és más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. La construcción social de la condición de juventude. In: LAVERDE TOSCANO M. C. et al. (org.). **Viviendo a toda**. Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santa Fe de Bogotá: Siglo del Hombre. Editores, 1998. Disponível em: <http://blogs.unlp.edu.ar/pec/files/2015/02/MargulisyUrresti-Laconstrucci%C3%B3nsocialdelacondiciondejuventud.pdf>. Acesso em março de 2016.
- MARINHO, F. C. **Jovens egressos do sistema socioeducativo: desafios à ressocialização**. Dissertação do mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade Federal de Brasília: Brasília, 2013.
- MAXIMINO, V. S.; TEDESCO, S. Rotina, hábitos, cotidiano. In: MATSUKURA, T. S.; SALLES, M. M. (orgs.). **Cotidiano, atividade humana e ocupação: perspectiva da terapia ocupacional no campo da saúde mental**. São Carlos: EduFSCar, 2016, p. 123-147.
- MÉNDEZ, E. G. Problemas centrales de la responsabilidad penal juvenil en América Latina. In: COSTA, A. P. M.; EILBERG, D. D. (orgs.). **Justiça Juvenil na Contemporaneidade**. Porto Alegre: DM, 2015. p. 14-28.
- MISSE, M. Sujeição Criminal. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (orgs) **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p.204-212.
- _____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set-dez, 2008.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da Juventude. **Análise Social**, v. XXV (105-106), 1990. p. 139-165.
- PATTO, M. H. S. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. **Perspectiva**. São Paulo, v. 16, 1993. p. 119-141.
- PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**. O paradoxo brasileiro. Paz e Terra: 2001.
- _____. Funk ostentação em São Paulo: Imaginação, consumo e novas tecnologias da informação e comunicação. **Revista de Estudos Culturais**. v.1, p. 1-18, 2014.

PEREIRA, P. E.; MALFITANO, A. P. S. Olhos de ver, ouvidos de ouvir, mãos de fazer: oficinas de atividades em terapia ocupacional como método de coleta de dados. **Interface**, v. 18, n.49, p. 415-422, 2014.

PRADO, Anihelen Cristine Gonçalves Cordeiro. **O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais**: como prossegue a história? Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014

RAMOS, S. Trajetória no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas. **Trivium**. V 3, n 2, dez 2011. P 41-57.

SALLES, M. M.; MATSUKURA, T. S. Estudo de revisão sistemática sobre uso do conceito cotidiano no campo da terapia ocupacional no Brasil. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v 21, n 2, p. 265-273, 2013.

SALIBA, M. G. **O Olho do Poder**: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: UNESP, 2006.

SILVA, L. A. M. da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan/jun 2004.

SILVA, C. As atividades como recurso para pesquisa. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v.21, n.3, p. 461-470, 2013.

SILVA, C. R., LOPES, R E. Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, p 87-106, 2009.

SILVA, V. M. **Mortalidade dos egressos da FASE-RS: 2002-2012**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação – Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SISTEMA NACIONAL DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Brasília-DF: COMANDA, 2006.

SOARES, L. E.; BILL, MV; ATHAYDE, C. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SPOSITO, M. P.; SILVA, H. H. C.; SOUZA, N. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 248-267, 2006.

TEIXEIRA, S. M. F. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Caderno de Saúde Pública**, v 1, n.4, p. 400-417, out-dez, 1985.

TEJADAS, S. S. **Juventude e Ato Infracional**: Múltiplas Determinações da Reincidência. Dissertação (Programa de Pós-Graduação – Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados** 21 (61), 2007.

WASELFISZ, J. J. **Os Jovens do Brasil**. Brasília. 2014.

_____. **Juventude viva: Mortes Matadas por Arma de Fogo. Mapa da Violência 2015**. Brasília. 2015a.

_____. **Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil**. Brasília, 2015b.

_____. **Mapa da Violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil**. Brasília, 2016.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 3, p.3-17, 2007.

_____. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados, Revista de ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 2, jul/set 1999.

_____. Sociability in crime: culture, form of life or ethos? **Vibrant**, v.11, n.2, p.12-46, jul-dez 2015.

ANEXO A
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
COM OS TRABALHADORES

Roteiro de entrevista semiestruturada com os trabalhadores

1. Como é o planejamento da saída dos adolescentes internados?

2. Quais as barreiras encontradas para buscar garantir o cotidiano que foi planejado?

3. Quais as potências encontradas para dar suporte ao pactuado com o adolescente? Por onde geralmente é possível a construção do cotidiano?

4. Como a instituição lida com o planejamento da saída dos adolescentes?

ANEXO B
TERMO SOLICITADO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS COM
ADOLESCENTES INTERNADOS NA FUNDAÇÃO A
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1 - Dados de Identificação do Entrevistado

Nome: _____
 Documento de Identidade: _____
 Sexo: _____
 Endereço: _____
 Idade: _____ Fone: (____) _____

2 - Dados de Identificação do Responsável pelo Entrevistado

Nome: _____
 Documento de Identidade: _____
 Sexo: _____
 Endereço: _____
 Idade: _____ Fone: (____) _____

3 - Dados sobre a Pesquisa

- a) Título da Pesquisa: A (Re)Construção do Cotidiano de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado.
- b) Pesquisadora: Caroline Beier Faria
- c) Instituição onde se realiza a pesquisa: Fundação “A”
- d) Avaliação de risco da pesquisa: não se aplica por não comportar procedimentos invasivos.
- e) Duração da Pesquisa: 2 anos.

4 - Registro do pesquisador ao entrevistado sobre a pesquisa

Consignando as seguintes informações:

1. Justificativa e os objetivos da pesquisa;
2. Procedimentos que serão utilizados e propósitos, incluindo a identificação dos procedimentos que são experimentais;
3. Desconfortos e riscos esperados;
4. Benefícios que poderão ser obtidos;
5. Procedimentos alternativos que possam ser vantajosos para o indivíduo.

Explicação ao sujeito da pesquisa:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “A (RE)CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO FECHADO”. O objetivo da pesquisa é compreender como adolescentes que estiveram internados por medida socioeducativa em meio fechado retomam seu dia a dia em liberdade. Assim, busco: (1) conhecer os projetos idealizados pelos adolescentes em internação e como pensam em efetivá-los após a saída da internação; (2) mapear que pessoas, lugares e instituições são vistos como apoio para efetivar seus projetos; (3) conhecer o cotidiano dos adolescentes após a saída da internação, as atividades e os sentidos que carregam, assim como a composição de sua rede de suporte social e institucional; (4) conhecer qual a expectativa das equipes e das instituições de cumprimento de medida socioeducativa acerca do cotidiano do adolescente após a saída da internação e de que forma oferecem o suporte para os objetivos traçados em conjunto; e, por fim, (5) conhecer as decisões judiciais que determinam o cotidiano do adolescente que sai da internação.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fazer parte de um Grupo de atividades em Terapia Ocupacional enquanto estiver na Fundação e, nesse período, conceder uma ou duas entrevistas, que nada mais serão que uma conversa com perguntas abertas sobre cotidiano e atividades, projetos, família e amizades. Nesse momento, será proposto que você produza vídeos ou fotos que representem seu cotidiano de volta à cidade. Após a saída da internação, será realizado novo encontro, em local escolhido a depender de sua vontade, com o objetivo de conversar e conhecer como está se dando o retorno à vida comunitária. A partir disso, você avaliará com a pesquisadora se deseja marcar novos encontros. O que você produzir em fotos e/ou vídeo será utilizado somente para os fins da pesquisa, e você decidirá como quer guardar, tornar público ou compartilhar com alguém. A entrevista será gravada e transcrita, e também será utilizada somente para os fins desta pesquisa. Você não será identificado de nenhuma forma.

Ao contribuir para a pesquisa, você poderá sofrer algum desconforto mediante as questões apresentadas, no entanto, poderá deixar de responder às perguntas que julgar necessárias, garantindo com isso que não se submeta a nenhum tipo de dano. As informações que você fornecer não serão associadas ao seu nome, portanto não haverá possibilidade de que você venha a ser identificado. Caso você não decida mais participar do estudo, ficará ao seu critério interromper o processo assim que achar necessário, e você não sofrerá nenhum prejuízo. Sua contribuição, junto a de outros colaboradores, auxiliará profissionais a desempenhar melhor suas funções e outros jovens poderão ser melhor atendidos. Se você concorda com essas condições, por favor, assine este termo de consentimento e receberá uma cópia dele.

5 – Esclarecimentos dados pelo pesquisador sobre garantias do sujeito da pesquisa

- a) Acesso, a qualquer tempo, às demais informações que julgar necessárias;
- b) Liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízo à continuidade da assistência;
- c) Salvaguarda da confidencialidade, sigilo e privacidade.

6 – Informações de nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa, para contato em caso de quaisquer esclarecimentos

Pesquisadora: Caroline Beier Faria

Orientadora: Ana Paula Serrata Malfitano

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional UFSCar

E-mail: caroline.beier@xxxxx.com

7 – Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar desta pesquisa.

“Cidade A”, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura da Pesquisadora

Caroline Beier Faria

Fone: (xx) xxxx-8859

ANEXO C
TERMO SOLICITADO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM
ADOLESCENTE DA FUNDAÇÃO B
 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1 - Dados de Identificação do Entrevistado

Nome: _____
 Documento de Identidade: _____
 Sexo: _____
 Endereço: _____
 Idade: _____ Fone: (____) _____

2 - Dados de Identificação do Responsável pelo Entrevistado

Nome: _____
 Documento de Identidade: _____
 Sexo: _____
 Endereço: _____
 Idade: _____ Fone: (____) _____

3 - Dados sobre a Pesquisa

- a) Título da Pesquisa: A (Re)Construção do Cotidiano de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado.
- b) Pesquisadora: Caroline Beier Faria
- c) Instituição onde se realiza a pesquisa: Fundação “B”
- d) Avaliação de risco da pesquisa: não se aplica por não comportar procedimentos invasivos.
- e) Duração da Pesquisa: 2 anos.

4 - Registro do pesquisador ao entrevistado sobre a pesquisa

Consignando as seguintes informações:

1. Justificativa e os objetivos da pesquisa;
2. Procedimentos que serão utilizados e propósitos, incluindo a identificação dos procedimentos que são experimentais;
3. Desconfortos e riscos esperados;
4. Benefícios que poderão ser obtidos;
5. Procedimentos alternativos que possam ser vantajosos para o indivíduo.

Explicação ao sujeito da pesquisa:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “A (RE)CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO FECHADO”. O objetivo da pesquisa é compreender como adolescentes que estiveram internados por medida socioeducativa em meio fechado retomam seu dia a dia em liberdade. Assim, busco: (1) conhecer os projetos idealizados pelos adolescentes em internação e como pensam em efetivá-los após a saída da internação; (2) mapear que pessoas, lugares e instituições são vistos como apoio para efetivar seus projetos; (3) conhecer o cotidiano dos adolescentes após a saída da internação, as atividades e os sentidos que carregam, assim como a composição de sua rede de suporte social e institucional; (4) conhecer qual a expectativa das equipes e das instituições de cumprimento de medida socioeducativa acerca do cotidiano do adolescente após a saída da internação e de que forma oferecem o suporte para os objetivos traçados em conjunto; e, por fim, (5) conhecer as decisões judiciais que determinam o cotidiano do adolescente que sai da internação.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma ou duas entrevistas, que nada mais serão que uma conversa sobre a proposta da pesquisa e com perguntas abertas sobre cotidiano e atividades, projetos de vida, família e amizades, onde também será proposto que você registre em vídeos ou fotos algo que represente o seu cotidiano após a internação; também será utilizado o material produzido por você no Grupo de Atividades de Terapia Ocupacional desenvolvido na Fundação “B” nas férias escolares de janeiro e julho. Será realizado encontro, em local escolhido por você, com o objetivo de conversar e conhecer como está se dando o retorno à vida comunitária. A partir disso, você avaliará com a pesquisadora se deseja marcar novos encontros com o objetivo de auxiliá-lo no seu projeto para este momento de vida. O que você produzir em vídeo será utilizado somente para os fins da pesquisa, e você decidirá como quer guardar, tornar público ou compartilhar com alguém. A entrevista será gravada e transcrita, e também será utilizada somente para os fins desta pesquisa. Você não será identificado de nenhuma forma.

Ao contribuir para a pesquisa, você poderá sofrer algum desconforto mediante as questões apresentadas, no entanto, poderá deixar de responder às questões que julgar necessárias, garantindo com isso que não se submeta a nenhum tipo de dano. As informações que você fornecer não serão associadas ao seu nome, portanto não haverá possibilidade de que você venha a ser identificado. Caso você não decida mais participar do estudo, ficará ao seu critério interromper o processo assim que achar necessário, e você não sofrerá nenhum prejuízo. Sua contribuição, junto a de outros colaboradores, auxiliará profissionais a desempenhar melhor suas funções e outros jovens poderão ser melhor atendidos. Se você concorda com essas condições, por favor, assine este termo de consentimento e receberá uma cópia dele.

5 – Esclarecimentos dados pelo pesquisador sobre garantias do sujeito da pesquisa

- a) Acesso, a qualquer tempo, às demais informações que julgar necessárias;
- b) Liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuidade da assistência;
- c) Salvaguarda da confidencialidade, sigilo e privacidade.

6 – Informações de nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa, para contato em caso de quaisquer esclarecimentos

Pesquisadora: Caroline Beier Faria

Orientadora: Ana Paula Serrata Malfitano

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional UFSCar

E-mail: caroline.beier@xxxxx.com

7 – Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar desta pesquisa.

“Cidade B”, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura da Pesquisadora

Caroline Beier Faria

Fone: (xx) xxxxx-2019

ANEXO D
TERMO SOLICITADO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS COM
TRABALHADORES DE AMBAS AS FUNDAÇÕES
 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1 - Dados de Identificação do Entrevistado

Nome: _____
 Documento de Identidade: _____
 Sexo: _____
 Endereço: _____
 Idade: _____ Fone: (____) _____

2 – Dados sobre a Pesquisa

- a) Título da Pesquisa: A (Re)Construção do Cotidiano de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado.
 b) Pesquisadora: Caroline Beier Faria

- d) Instituição onde se realiza a pesquisa: _____
 e) Avaliação de risco da pesquisa: não se aplica por não comportar procedimentos invasivos.
 f) Duração da Pesquisa: 2 anos.

3 – Registro do pesquisador ao entrevistado sobre a pesquisa

Consignando as seguintes informações:

1. Justificativa e os objetivos da pesquisa;
2. Procedimentos que serão utilizados e propósitos, incluindo a identificação dos procedimentos que são experimentais;
3. Desconfortos e riscos esperados;
4. Benefícios que poderão ser obtidos;
5. Procedimentos alternativos que possam ser vantajosos para o indivíduo.

Explicação ao sujeito da pesquisa:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “A (RE)CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO FECHADO”. O objetivo da pesquisa é compreender como adolescentes que estiveram internados por medida socioeducativa em meio fechado retomam seu dia a dia em liberdade. Assim, busco: (1) conhecer os projetos idealizados pelos adolescentes em internação e como pensam em efetivá-los após a saída da internação; (2) mapear que pessoas, lugares e instituições são vistos como apoio para efetivar seus projetos; (3) conhecer o cotidiano dos adolescentes após a saída da internação, as atividades e os sentidos que carregam, assim como a composição de sua rede de suporte social e institucional; (4) conhecer qual a expectativa das equipes e das instituições de cumprimento de medida socioeducativa acerca do cotidiano do adolescente após a saída da internação e de que forma oferecem o suporte para os objetivos traçados em conjunto; e, por fim, (5) conhecer as decisões judiciais que determinam o cotidiano do adolescente que sai da internação.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma ou duas entrevistas, que nada mais serão que uma conversa com perguntas abertas sobre o trabalho realizado com os adolescentes colaboradores da pesquisa que são acompanhados por você nesta instituição.

Ao contribuir para a pesquisa, você poderá sofrer algum desconforto mediante as questões apresentadas, no entanto, poderá deixar de responder às questões que julgar

necessárias, garantindo, com isso, que não se submeta a nenhum tipo de dano. As informações que você fornecer não serão associadas ao seu nome, portanto não haverá possibilidade de que você venha a ser identificado. Caso você não decida mais participar do estudo, ficará ao seu critério interromper o processo assim que achar necessário, e você não sofrerá nenhum prejuízo. Sua contribuição, junto a de outros colaboradores, auxiliará profissionais a desempenhar melhor suas funções e poderá trazer apontamentos importantes para a política de socioeducação. Se você concorda com essas condições, por favor, assine este termo de consentimento e receberá uma cópia dele.

4 – Esclarecimentos dados pelo pesquisador sobre garantias do sujeito da pesquisa

- a) Acesso, a qualquer tempo, às demais informações que julgar necessárias;
- b) Liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuidade da assistência;
- c) Salvaguarda da confidencialidade, sigilo e privacidade.

5 – Informações de nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa, para contato em caso de quaisquer esclarecimentos

Pesquisadora: Caroline Beier Faria

Orientadora: Ana Paula Serrata Malfitano

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional UFSCar

E-mail: caroline.beier@XXXXX.br

6 – Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar desta pesquisa.

Local e data.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura da Pesquisadora

Caroline Beier Faria

Fone: (xx) xxxx-8859

APÊNDICE

Quadro 1 - Atividade 1, Gosto e Faço.

Atividade 1 - Gosto e Faço	
Ajudar quem necessita	1
Andar de carro / moto	10
Cantar / Compor / Levar vida na carreira	3
Comer/ Comer chocolate / Comer sorvete	9
Conhecer outros meninos / Conversar com amigo	6
Cursos	2
Dar amor e carinho	2
Desenhar	2
Dormir	6
Estudar	4
Família (Ajudar / Cuidar / Estar com / Pensar na / Sair com / Visita / Ter visita da mulher / Conversar com a mulher)	20
Fazer sexo / Fazer sexo com a esposa / Namorar	9
Fugir da polícia	1
Fumar maconha	8
Gatos e cachorros	1
Lazer	30
Minha vida	1
Moca	1
Ouvir música (rap / sertanejo / funk / arrocha / pagode / gospel)	11
Praticar esportes / Nadar	26
Redes sociais	6
Roubar	1
Tatuagem	1
Ter dinheiro	1
Tomar banho	1
Tomar bebida alcoólica	1
Trabalhar	1
Vender drogas	3

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 02: Atividade 1, Gosto e Não Faço.

Atividade 1 - Gosto e Não Faço	
Amor	2
Andar de bicicleta / moto / skate / Dirigir	6
Bebida alcoólica	2
Caçar	1
Cantar / Cantar na sala de aula / Cantar o que compõe	4
Comer coisa boa	2
Cuidar do filho	3
Dormir até tarde	3
Estar com amigos	3
Estudar / Estudar aparelhos desmontando	2
Família (Ver / Ficar com / Sair com)	12
Ficar em internação	1
Fugir da Fundação	1
Fumar maconha	6
Igreja	1
Jogar (Futebol / Pingue-Pongue / Videogame)	7
Liberdade	2
Matar policial	2
Muito dinheiro / Dinheiro	2
Namorar / Fazer sexo / Ter companheira e filhos	8
Não respondeu	3
Ouvir música (Pagode)	5
Ostentar / sair com as gurias / Mulher	3
Pescar	1
Roubar / Ter arma / Vender droga / Matar	7
Roupa de marca	2
Sair / Ficar na rua à noite / Ir pra balada	7
Soltar pipa	4
Trabalhar	2
Viajar (para lugares novos / praia / Espanha)	6
Xingar funcionários	2

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 03: Atividade 1, Não Gosto e Faço.

Atividade 1 - Não Gosto e Faço	
Acordar cedo	16
Andar de chinelo / Dobrar coberta / Fazer revista / Ficar com a mesma roupa 4 dias / Fazer atividades / Conviver com quem não se dá bem	6
Cumprir regras	3
Desenho do palhaço	1
Dormir cedo	1
Discutir com mãe/irmã / Brigar com mulher / Desrespeitar as pessoas	4
Esperar algo	1
Estudar/Fazer lição da escola / Ir à escola	10
Fazer coisas difíceis	1
Fazer faxina	2
Ficar longe da família / tios(as)	3
Ficar longe de amigos	1
Ficar preso	20
Ir na casa da tia	1
Jogar vôlei / dama / bola / Pegar no gol	5
Lavar roupa / Lavar louça	3
Não respondeu	4
Que outros mandem em mim ("funcionários")	6
Ver filme	1
Ver minha mãe aqui	3
Xingar palavrão	1

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 04: Atividade 1, Não Gosto e Não Faço.

Atividade 1 - Não Gosto e Não Faço	
Andar a pé / Andar de moto	2
Assinar CAD	1
Brigar com a mãe	1
Brigar com outros	2
Comer beterraba / Comer sushi	2
Ficar em casa à noite	1
Ficar parado	1
Ficar perto de "viados"	4
Ficar preso	1
Ficar sem visita	1
Fumar maconha	1
Ir à escola / Estudar / Curso de artes	3
Jogar vôlei /bola/ basquete	8
Lei da polícia/de trânsito/ de ser mandado	3
Fazer mal a ninguém/humilhar / Desrespeitar mais velhos / Falar mal pelas costas / Ser maldoso, folgado, mal-educado e irresponsável	8
Matar / Matar pessoas sem motivo	3
Mentira	1
Morte	1
Não respondeu/Não sei	8
Pensar na namorada aqui dentro	1
Que me trate sem educação / Abaixar a cabeça pra alguém / Aceitar desaforo	3
Roubar / Vender droga / Fazer coisa errada	3
Sertanejo e danças / Ouvir rock	2
Tarefas domésticas	8
Trabalhar / para outros / servente de pedreiro	4
Usar droga forte	2

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 05: Atividade 2, Tesouros.

Atividade 2 - Tesouros	
Amigos (verdadeiros e não verdadeiros)	11
Amor / Sentimentos	13
Cachorro	1
Carros / Moto / Ouro / Dinheiro	8
Casas	1
Deus / Bíblia	6
Esperança / Fé	7
Esposa (Futura) / Namorada	14
Família (irmã / irmão / mãe / pai / filho)	93
Família extensa (tio / tia / vó / vô / primos / sobrinhos)	22
Felicidade	1
Foco / Pensamento	2
Força	1
Humildade	3
Lembranças	1
Liberdade	5
Maconha	1
Minha vida	4
Minha paz	4
Música	1
Óculos, correntes e anéis	2
Saúde	3
Sonhos	2

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 06: Atividade 3, O que Impede.

Atividade 3 - O que impede	
Crime / Arma / Tentação de roubar, traficar e fumar / Tráfico	7
Críticas	1
Desconfiança da família / Não ter apoio da família	3
Desejo de vingança	1
Desmotivação / Falta de fé	3
Desunião / Egoísmo	2
Dinheiro (falta de) / Ganância / Ostentação / Falta de trabalho	6
Erros / Fazer o mal / Minhas atitudes / Meu jeito	8
Estar preso/A fundação	32
Falta de curso	1
Falta de inteligência	1
Ficar longe da família	2
Liberdade	4
Más companhias/ouvir colegas / Rua	4
Morte/assassinato	3
Perdas / Saudade	2
Recalcado / Maldade alheia	3
Tatuagens	1
Tristeza de estar preso	1
Uso de droga	2

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 07: Atividade 3, O que Ajuda.

Atividade 3 - O que ajuda	
Ajudar quem precisa	1
Amor/Afeto	4
Carisma	1
Confiança dos outros/Mostrar que mudei	2
Coragem	1
Cumprir as medidas	4
Deus (Fé em)	9
Esposa/Futura esposa/Namorada	6
Essa vida só dá cadeia ou caixão	1
Estudos	3
Família (Ficar com/Bons exemplos/Motivação/Inspiração)	41
Fé (em mudar)	4
Felicidade quando sair	1
Ficar longe do mundo das drogas	1
Fidelidade	1
Filha	4
Força de vontade / Nunca desistir	4
Habilidades	1
Humildade	1
Liberdade	4
Meus respeitos	2
Mudar de opinião/Meus pensamentos/Meus conceitos	8
Novas escolhas / Fazer diferente / Seguir outro caminho / Rever atitudes	10
Ouvir mãe e não colegas/Escutar quem quer bem	5
Pessoas que não deixam desistir / Valorizar pessoas que apoiam	2
Paciência	1
Pensar antes de agir / Estudar bem o roubo / Se cuidar pra não ser preso	4
Sair do crime	2
Trabalho / Dinheiro	7
Visita da mãe/mulher/filho(a)	2

Fonte: Elaboração própria.